Dalton Luiz de Menezes Reis

As Empresas Juniores da Universidade Federal de Santa Catarina e as mudanças da política educacional nos anos 90 na Universidade Pública:

Uma articulação de projetos coincidentes?

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Universidade Federal de Santa Catarina visando à obtenção do título de Mestre em Educação sob a orientação do Professor Doutor Paulo Sergio Tumolo

UFSC/Florianópolis
Fevereiro 2001

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

"AS EMPRESAS JUNIORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA E AS MUDANÇAS NA POLÍTICA EDUCACIONAL NOS ANOS 90 NA UNIVERSIDADE PÚBLICA: UMA ARTICULAÇÃO DE PROJETOS COINCIDENTES?".

Dissertação submetida ao Colegiado do Curso de Mestrado em Educação do Centro de Ciências da Educação em cumprimento parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA em 23/02/2001

Dr. Paulo Sérgio Tumolo – Orientador/UFSC

Dra. Maria da Graça Nóbrega Bollmann – Examinadora/UFSC

Dr. Fernando Ponte de Souza – Examinador/UFSC

Dra. Célia Regina Vendramini – Suplente/UFSC

Prof. Dr. Lucídio Bianchetti
Coordenador do PPGE/CED/UFSC

Dalton Luiz de Menezes Reis

Florianópolis, Santa Catarina, fevereiro de 2001.

"Um professor meu costuma dizer que para bom profissional não falta mercado"
(um estudante de uma Empresa Júnior)

Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade, em circustâncias escolhidas por eles próprios, mas nas circustâncias imediamente encontradas, dadas e transmitidas
(Karl Marx)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 8
CAPÍTULO I: A UNIVERSIDADE PÚBLICA E A POLÍTICA EDUCACIONAL NOS ANOS 90 NO CONTEXTO DAS ORIENTAÇÕES DO BANCO MUNDIAL 19
1 O Banco Mundial e as orientações para o ensino superior 20
1. 1 – O contexto "flexível" das orientações do Banco Mundial 21
1. 1. 1 – Condições para os empréstimos 23
1. 1. 1. 1 - Banco Mundial e o FMI: apoio mútuo "incondicional" 26
1. 1. 2 – As lições de uma experiência danosa 28
1. 1. 3– Financiamento do ensino superior: propostas do Banco Mundial 30
2 A Universidade Pública e a política educacional nos anos 90 37
2. 1 Que tipo de Estado promoveu as mudanças na política educacional 39
2. 2 O que mudou na Universidade Pública 43
2. 2. 1 Financiamento 51
2. 2. 2 Autonomia 58
2. 2. 3 Avaliação 61
2. 2. 3. 1 O Exame Nacional de Cursos (Provão) 67
CAPÍTULO II - PARA UM NOVO MODELO DE UNIVERSIDADE UMA NOVA FORMA DE ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDANTES: A EMPRESA JUNIOR 72
2. 1 Trajetória histórica das Empresas Juniores, no Brasil e na Universidade Federal de Santa Catarina . 75
2. 2. Organização político-administrativa das Empresas Juniores 78
2. 3. Objetivos das Empresas Juniores 80
2. 3. 1 Empreendedorismo e relação direta com o mercado: perspectivas de formação dos estudantes das Empresas Juniores. 82
2. 3. 2 A importância da Empresa Júnior na formação profissional dos estudantes 86
2. 3. 3 Valorizar os estudantes, professores e a instituição universitária 90
2. 4 Relação das Empresas Juniores com a política educacional sobre avaliação 95
CONSIDERAÇÕES FINAIS 98
BIBLIOGRAFIA 106
ANEXOS 111
Anexo I – Roteiro de questões para entrevista com os representantes das Empresas Juniores 112
Anexo II – Estatuto da Ação Júnior – UFSC 114
Anexo III – Reportagem da "Folha de S. Paulo"- 20/out/97 123
Anexo IV – Matéria na Revista do Provão 2000 126

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Ação Júnior - Consultoria dos Alunos do CSE

ANDES-SN – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – Sindicato Nacional

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

APUFSC – Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina

BIRD – Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento

BM – Banco Mundial

CCFB – Câmara de Comércio França-Brasil

CCS – Centro de Ciências da Saúde

CDS – Centro de Desportos

CONEJ – Conselho Nacional de Empresas Juniores

CSE – Centro Sócio-Econômico

CTC – Centro Tecnológico

CIPEDES - Centro Interdisciplinar para o desenvolvimento da Educação Superior

ENEJ - Encontro Nacional de Empresas Juniores

ENEN – Exame Nacional do Ensino Médio

ENC – Exame nacional de Cursos

EJ – Empresa Júnior ou empresas juniores

EJEP- Empresa Júnior da Engenharia de Produção

EPEC- Escritório Piloto de Engenharia Civil

EMC- Empresa Júnior da Engenharia Mecânica

FAAP – Fundação Armando Álvares Penteado

FEJESC – Federação das Empresa Juniores do Estado de Santa Catarina

FEJESP – Federação das Empresas Juniores do Estado de São Paulo

FMI-Fundo Monetário Internacional

FGV – Fundação Getúlio Vargas

GED – Gratificação de Estímulo à Docência

GERES – Grupo Executivo de Reformulação do Ensino Superior

GTPE – Grupo de Trabalho em Política Educacional

IEL – Instituto Euvaldo Lodi

IES – Instituições de Ensino Superior: públicas ou privadas, universidades, escolas/institutos/faculdades isoladas

IFES – Instituições Federais do Ensino Superior (universidades ou instituições isoladas)

IFI – Instituição Financeira Internacional

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MARE – Ministério da Administração e Reforma do Estado

MEC – Ministério da Educação e do Desporto

NPI -Núcleo de Projetos em Informática

Nutri Jr.- Empresa Júnior de Consultoria em Nutrição

OCC – Outros Custeios e Capital

OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimentos Econômicos

OMC – Organização Mundial do Comércio

P&D – Pesquisa e Desenvolvimento

PAE – Programa de Ajuste Estrutural

PAIUB – Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras

PARU – Programa de Avaliação de Reforma Universitária

PATME – Programa de Apoio Tecnológico as Micro Empresas

PEC – Proposta de Emenda Constitucional

PDRAE – Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado

PIB – Produto Interno Bruto

PNB – Produto Nacional Bruto

SAEB – Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Básico

Sebrae – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNE – União Nacional dos Estudantes

RESUMO

O objetivo deste trabalho consistiu em identificar as articulações entre as Empresas Juniores (EJ) da UFSC e a política educacional implementada nos anos 90 relativa, principalmente, às universidades públicas, no contexto das orientações do Banco Mundial para o ensino superior dos países periféricos.

Através de revisão bibliográfica e dos documentos referentes às políticas educacionais e universidade pública, compomos uma breve caracterização do atual quadro das universidades públicas no que se refere às questões de financiamento, autonomia e avaliação. Além dos materiais das próprias Empresas Juniores, realizamos entrevistas com representantes da Federação das Empresas Juniores do Estado de Santa Catarina e com as principais EJ da Universidade Federal de Santa Catarina.

Como resultado, apresentamos uma análise das identidades existentes fundadas em elementos da política educacional. Através dos processos de avaliação e das características das EJ, identificamos a construção de uma perspectiva de educação empreendedora por parte do MEC.

Porém, o que ficou mais evidente foi que o mercado de trabalho tem sido o maior determinante para o desenvolvimento das EJ.

PALAVRAS-CHAVE: Empresa Júnior; empreendedorismo, universidade pública; política educacional; Banco Mundial.

"Como é tarde, como é tarde!"

Não é difícil sentir-se o Coelho Branco da estória de Alice. Basta olhar um pouco para trás, mais exatamente à 22 meses, e ver como o tempo é curto quando as condições nos são impostas.

E esta foi uma forte sensação que nos acompanhou durante todo o processo da dissertação.

Porém, a sensação de agradecimento para todos (as) que contribuíram para tornar o caminho menos doloroso é muito grande.

Ao agradecer, sei que cometerei uma enorme injustiça (e espero não ficar impune como é comum neste país), pois não citarei o nome de tantas pessoas que fizeram parte desta caminhada. Contudo, alguns foram imprescindíveis:

- Aos trabalhadores e trabalhadoras do PPGE, que representam uma importante categoria porém, tão desprezada pelo governo federal;

- Ao Paulo, que me mostrou a importância do rigor e da objetividade com o trabalho acadêmico tanto nas aulas como na orientação. Aliás, me acompanha uma boa sensação de ter sido o seu primeiro orientando no Mestrado;

- À Maria Célia, pelas aulas incríveis e pela capacidade de articulação teórico-metodológica que ganhou a minha enorme admiração;

- Ao Lucídio, a Eneida e a Celinha que nos Seminários de Dissertação buscaram fazer com que eu achasse a minha rota, além de toda ajuda fora das aulas;

- À Graça e ao Fernando, por suas atenciosas e competentes observações;

- Aos companheiros e companheiras do Movimento Graúna, a Jô, o Douglas, o Ivandro, o Ricardo e a Karine;

- Ao Gustavo, que há pouco também passou por isso;

- Ao Landinho, que se "tomar vergonha" também vai passar;

- À Karine (outra vez), minha companheira para quem faço declarações em forma de ações, e que as ações declaram minha paixão;

- Por último, aos órgãos financiadores vai o meu agradecimento proporcional ao tempo (22 meses) para a realização deste trabalho e também pelos 10 meses de bolsa.

INTRODUÇÃO

> "O cientista não deve considerar-se um inspirado, um homem sem raízes, que receberá do céu o dom das idéias, só precisando seguir a imaginação para descobrir quais os objetos a que se deve dedicar. Ao contrário, sua consciência terá de ser dócil à realidade a que pertence, voltar-se para o mundo que é seu, e dele receber as instruções de trabalho a efetuar, que nele estão claramente impressas. A realidade ambiente, o mundo pobre, faminto, de populações marginais, alta mortalidade infantil, falta de bens de conforto elementar, espoliação do trabalho, lhe servirão de inspiração, e desse conjunto de condições brotarão os temas a que se deverá consagrar-se"
>
> (Álvaro Vieira Pinto)

Com esta investigação objetivamos entender as articulações que se estabelecem entre a Empresa Júnior (EJ) e as mudanças na política educacional implementadas pelo governo federal nos anos 90, destacando as referentes à Universidade Pública, inseridas no contexto das orientações e propostas do Banco Mundial para o ensino superior. As empresas juniores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e, em particular, a Federação das Empresas Juniores do Estado de Santa Catarina (FEJESC), sediada na UFSC, constituem a base empírica deste estudo de caso.

É comum ouvirmos dizer que rápidas e avassaladoras transformações têm alterado, significativamente, o conjunto das relações sociais capitalistas. São alterações que se desenvolveram no campo da produção econômica, a partir de descobertas e inovações científico-tecnológicas, microeletrônicas, informacionais e, também, nas formas de gestão e organização do trabalho. Este complexo modelo que se consubstancia num novo padrão de acumulação do capital, denominado de acumulação flexível (Harvey, 1999) é o pano de fundo das transformações que ocorrem em vários países.

Em países como o Brasil, caracterizado como periférico, os efeitos destas

mudanças atingiram o Estado, de forma desmanteladora, bem como a Universidade Pública, privilegiada em nossa investigação. A reforma do aparelho de Estado propugnada pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE) teve como eixo o enxugamento da máquina estatal, guiada pelas insígnias da "eficiência" e da "qualidade". A Universidade Pública Brasileira, assim como na América Latina, é atingida, em cheio por estas políticas denominadas neoliberais[1]. Em consequência, sua administração tem optado por formas diferenciadas para enfrentar este novo cenário. De outra forma, também estão colocadas diferentes alternativas para que as universidades sobrevivam, dentre as quais destacamos as oriundas na crescente relação Universidade e Empresa (Velho, 1996).

Ao abordarmos qualquer assunto sobre Universidade Pública, três pontos constituem passagem obrigatória nesta temática: o financiamento, a autonomia e a avaliação. Na realidade, é com a interligação destes que tentamos desenhar um quadro explicativo do atual momento da Universidade Pública Brasileira, ao mesmo tempo identificando alguns elementos da concepção das administrações nos anos 90.

Com o desenvolvimento da política neoliberal a respeito do enxugamento da máquina estatal, onde lemos diminuição dos recursos do Estado para diversas de suas áreas, o tema financiamento tornou-se central tanto no debate teórico (Amaral, 1999; Menezes, 2000) quanto na prática cotidiana das universidades públicas. Isto posto, verifica-se a condição propícia para o redirecionamento das alternativas de alocação de recursos. As universidades públicas adotam programas de cortes de gastos, porém insuficientes (e muito questionáveis) para a sua manutenção, emergindo de vez a privatização interna como principal alternativa no enfrentamento da crise orçamentária.

Esta alternativa enfrenta questões de diversos matizes, que vão desde debates sobre a apropriação privada do conhecimento em espaços públicos, e até mesmo questões

[1] Sobre as políticas denominadas neoliberais, encontramos importantes contribuições em Gentilli &

de ordem jurídico-institucional, onde ressaltamos a importância do debate sobre Autonomia, para as instituições de ensino superior, no qual se destacam vários estudos (Chauí, 1999; Catani, 1999; Trindade, 1999; Amaral, 1999; Menezes, 2000). Nesta disputa, polêmicas sobre como deve ser o financiamento das universidades, se o Governo deve ser ou não o financiador da Universidade Pública, se a Autonomia deve ser (como é atualmente) um direito constitucional ou pode ser alterado por legislação ordinária[2], constituem uma pequena parte de seu terreno espinhoso.

Articulada com os pontos anteriores, está a Avaliação, ainda pouco discutida na Universidade Pública. Porém; consideramos que o atual modelo de Avaliação está ligado à lógica economicista (neo)liberal, espalhada por todo o Estado, diante deste novo quadro de acumulação capitalista. Dizer isto, significa que esta forma de Avaliação de caráter produtivista e quantitativista está submetida à preocupação em formar profissionais tecnicamente competentes para as necessidades do mercado. Neste caminho, afirma Dias Sobrinho: "a preocupação com o conhecimento é a reafirmação do valor econômico desse conhecimento entendido como força de produção" (1999, p.152).

Apresentamos estes pontos de forma introdutória, considerando a importância do atual cenário político-educacional, caracterizado pela grande influência exercida por fatores externos, como as orientações do Banco Mundial para o ensino superior e os desdobramentos da relação com esta Instituição Financeira Internacional (IFI) no Brasil, (Soares, 1996; Coraggio, 1996; De Tommasi, 1996; Fonseca, 1996; Dias Sobrinho, 1999) a partir da orientação de empréstimos condicionados à política (Chossudovsky, 1999). Algumas análises evidenciaram clara concordância da política apresentada pelo Governo

---

Sader,1995 e também em Coggiola, 1996.

[2] Algumas tentativas já foram apresentadas neste sentido, como o Projeto de Emenda Constitucional nº 233, com propostas de autoria do então deputado federal Paulo Bornhausen de Santa Catarina. O debate que se travava sobre este assunto é de que as Universidades ficariam reféns das constantes mudanças no Congresso Nacional tendo que renegociá-las (sabe-se lá a que preço?) de quatro em quatro anos (a cada legislatura).

Federal/MEC e as orientações do Banco Mundial. Neste marco circunscreveu-se nossa investigação.

Se, por um lado, temos o asfixiamento da Universidade Pública, com uma política de redução do financiamento, temos, por outro, uma maior aproximação da Universidade com o mundo empresarial. Estes dois momentos estão em completa consonância com as orientações das IFIs.

Surgem então, desta relação, novos procedimentos na Universidade Pública que rapidamente se familiariza com a lógica empresarial. Isto, sem falar na adequação, pela própria estrutura organizacional/institucional, que possibilita firmar estes laços, como por exemplo, a solidificação das fundações como agentes mediadores da relação Universidade-Empresa. É possível afirmar que este contato da Universidade Pública com as empresas cresce rapidamente e a comunidade universitária não tem refletido, com a devida atenção, sobre as consequências desta relação (Velho, 1996; Menezes, 2000).

Desta forma, vários segmentos da universidade passam a ter, no horizonte de suas atividades, além de desenvolver a sua especificidade acadêmica, os objetivos surgidos da lógica empresarial. As administrações universitárias adotam programas de gerenciamento com base nos critérios de eficiência e de qualidade, os professores são avaliados, cada vez mais, por uma lógica quantitativista, como a GED. Estes são apenas alguns exemplos, dos quais destacamos prioritariamente, em relação ao corpo discente, o surgimento da Empresa Júnior (EJ).

Concomitantemente ao desenvolvimento da política educacional dos anos 90, desenvolve-se também a EJ, uma entidade formada por estudantes de graduação, geralmente organizada por curso, com o objetivo de contribuir na formação profissional dos estudantes. Este objetivo está relacionado com a complementaridade ao ensino adquirido nas Instituições de Ensino Superior (IES), através do contato direto com o

mercado, por atividades de prestação de serviços, em grande parte de consultoria. Estas entidades contam com a supervisão de um professor orientador e são sediadas nas próprias IES.

O que nos chama a atenção, além da "coincidência" do desenvolvimento da EJ, concomitante à implementação da proposta de política educacional nesta década, tem sido o interesse demonstrado pelo MEC em relação à EJ, principalmente no que diz respeito às propostas de avaliação da Universidade, onde sublinhamos o Exame Nacional de Cursos, conhecido como "Provão". O MEC, no ano de 1999, convidou os representantes das Federações de Empresas Juniores para comporem uma comissão nacional, que tem por objetivo estabelecer critérios para avaliar as EJ, ou seja, estabelecer um certo padrão. Ressaltamos que, atualmente, um dos critérios que conta pontos nos processos de avaliação é o fato de existir Empresa Júnior no curso avaliado.

Em nossa investigação, o tema foi ganhando relevância na medida em que recolhíamos informação nos materiais das próprias EJ e de suas Federações, em especial da Federação das Empresas Juniores do Estado de Santa Catarina (FEJESC). Também em matérias de jornais, vídeos, revistas de entidades empresariais (IEL[3] e SEBRAE[4]) e na única obra que tivemos acesso sobre Empresa Júnior (Matos, 1995). Esta relevância ficou destacada ao percebermos o crescente interesse, por parte das entidades citadas, no desenvolvimento das EJ, principalmente nas sediadas nas Universidades Públicas. Pretendemos demonstrar como ocorre e quais são os objetivos deste interesse.

Além do fato de as Empresas Juniores estarem organizadas em vários Estados da Federação, principalmente nas Universidades Públicas, e em alguns Estados, organizadas com Federações estabelecendo vínculos crescentes com as Instituições de Ensino Superior,

[3] O Instituto Euvaldo Lodi promove anualmente uma premiação empresarial denominado Prêmio Iel de Interação Universidade-Indústria que, na versão 2000, foi dirigido às Empresas Juniores.

com o MEC e com entidades empresarias, este é um tema que não possui quase nenhuma investigação. O que, de certa maneira, alavanca a importância de estudos nesta área, considerando que as Instituições Públicas vem se conformando com a adoção de perspectivas onde "a eficiência da administração pública – necessidade de reduzir custos e aumentar a qualidade de serviços, tendo o cidadão como beneficiário – torna-se essencial[5]". Contudo, faz-se mister dizer que a escassez de materiais e o surgimento recente destas entidades empreendedoras estudantis, apresentaram limitações de análise, o que aponta para um estudo de caráter exploratório.

Como já dissemos, a concomitância do desenvolvimento da EJ no mesmo período em que vem ocorrendo diversas mudanças na política educacional sobre ensino superior foi um fator importante. O interesse desenvolveu-se em questões a partir do crescente estreitamento da relação Universidade e Empresa.

Consideramos também relevante o fato de algumas universidades públicas, como a UFSC, discutirem como integrar as EJ na sua estrutura organizacional.

Assim, um conjunto de interrogações nortearam à exploração da temática Empresa Júnior no contexto das mudanças ocorridas na política educacional nos anos 90:

- Qual o objetivo do MEC em articular as Empresas Juniores à política atual para o ensino superior?

- Qual o significado da participação das Empresas Juniores nos processos de avaliação realizados pelo MEC?

- As empresas juniores contribuem para constituição de que modelo de universidade?

---

[4] O SEBRAE é considerado um dos maiores parceiros da EJ, pois considera que os serviços prestados pelas EJ, de custo reduzido em relação ao mercado de firma de consultoria, é uma boa alternativa para as micro e pequenas empresas.

[5] Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado – MARE – Brasília, 1995, pág.21.

De acordo com o quadro das mudanças da política educacional, orquestradas pelos governos federais nos anos 90, principalmente pelo MEC, em relação às Universidades Públicas, as nossas reflexões indicavam que estas mudanças **visam integrar as Empresas Juniores, como canais diretos na relação Universidade e Empresa**. Possibilitando, com a aprovação do modelo de Autonomia do MEC e de acordo com os objetivos do Banco Mundial, criar novas formas de integração das universidades públicas com o mercado.

Uma de nossas reflexões iniciais indicava que **os referenciais adotados pelo MEC, presentes nas mudanças ocorridas da política educacional nos anos 90, favoreceram o surgimento e o desenvolvimento das Empresas Juniores nas Universidades Públicas**. Esta vinha ao encontro do objetivo de formar os estudantes, com a mediação destas entidades, em pleno acordo com as novas exigências do mercado. Ou seja, **a formação de profissionais que estejam imbuídos de uma mentalidade empreendedora**.

Caracterizar as articulações existentes entre as Empresas Juniores da UFSC, representadas pela FEJESC, e as mudanças na política educacional dos anos noventa executadas pelo MEC, de acordo com as orientações do Banco Mundial, para o ensino superior no mesmo período, foi o objetivo que perseguimos nesta investigação.

Para realizarmos o objetivo indicado nos propusemos a responder ao conjunto de questões específicas, pontuadas a seguir:

- Estabelecer as relações entre a política do Banco Mundial e do MEC para o ensino superior;
- Identificar os referenciais que orientam a atual política educacional, apresentada pelo MEC, que favorecem o desenvolvimento das EJ;
- Situar a variação dos recursos destinados às Universidades Públicas nos

anos 90;

- Estabelecer as relações entre a política proposta pelo MEC, sobre financiamento, Autonomia e avaliação, e a Reforma do Aparelho de Estado implementado pelo MARE;

- Analisar as propostas de avaliação desenvolvidas pelo MEC, com destaque para o Exame Nacional de Cursos (Provão)

- Traçar o perfil da evolução histórica das EJ da UFSC e da FEJESC..

Enfim, para a consecução desta investigação foi necessário adotarmos um conjunto de procedimentos metodológicos.

A partir da proposta de estudo de caso, que reconhecemos como uma forma de abordar uma temática, que apresenta limitações, devido ao fato de impossibilitar generalizações, analisamos a questão das Empresas Juniores da UFSC no contexto das mudanças na política educacional dos anos 90. Esta escolha foi adotada considerando que a própria política educacional é um tema que possui uma abrangência nacional, com implementações extremamente similares nas Universidades Públicas Federais de todo o país.

Sobre as EJ da UFSC, vale frisar que estas organizam-se por meio de federações. Em nosso Estado, temos a Federação de Empresas Juniores do Estado de Santa Catarina (FEJESC), possuindo sede na própria UFSC. A FEJESC foi uma das três primeiras federações que se formaram no país e está incluída na comissão nacional, que elaborará critérios para avaliação das EJ, no processos de avaliação do MEC.

Em nosso entender, o que constitui uma grande diferença, e que dificultaria fazer generalizações, é o contexto econômico dos Estados em que residem as EJ. Pois os clientes das EJ encontram-se na sua grande maioria no universo empresarial, reconhecidamente diversificado nos Estados da Federação. Isto não significa que não exista um

comportamento padronizado, em relação ao funcionamento e constituição das EJ.

Para podermos identificar se as EJ estão sendo favorecidas pela política educacional apresentada pelo MEC, recolhemos diversos materiais das EJ da UFSC e da FEJESC, como estatutos, boletins, informativos, vídeos, kits "como montar uma EJ" e uma única obra, a qual tivemos acesso, sobre EJ (Matos, 1995).

Para caracterizarmos qual mentalidade é desenvolvida pelas EJ recorremos a entrevistas[6] semi-abertas com representantes da FEJESC e as EJ da UFSC selecionadas.

Utilizamos material conseguido no Instituto Euvaldo Lodi[7](IEL), referentes ao Prêmio IEL de Interação Universidade-Indústria, versão 2000, dirigida às Empresas Juniores.

Sobre Universidade Pública, consultamos a produção do Centro Interdisciplinar para o desenvolvimento da Educação Superior (CIPEDES) como textos e a Revista Avaliação. Utilizamos o material produzido pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES), principalmente a Revista Universidade e Sociedade, como também os produzidos pelo Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina – APUFSC - SSIND, com destaque à Revista PLURAL. Consultamos obras de autores que abordam as temáticas financiamento, autonomia e avaliação nos anos 90.

Destacamos também o Plano Nacional da Educação – Proposta da Sociedade Brasileira, elaborado por diversas entidades do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública.

Consultamos projetos de lei, emendas constitucionais, medidas provisórias relativas à política educacional nos anos 90 apresentadas pelo MEC e por parlamentares.

---

[6] De acordo com o nosso propósito, entendemos ter sido melhor desenvolver mais detalhadamente como ocorreram as entrevistas na parte introdutória do capítulo II – "Para um novo modelo de universidade uma nova forma de organização dos estudantes". O roteiro das entrevistas encontra-se em anexo (anexo I).

Utilizamos o material do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP – sobre financiamento, e também a Revista do "Provão", elaborada em conjunto com a Diretoria de Avaliação e Acesso ao Ensino Superior.

Sobre a questão da Reforma do Estado, selecionamos textos que caracterizam a proposta dos governos nos anos 90, recolhendo também análises de investigadores deste tema.

E, considerando o contexto que forma o pano de fundo, selecionamos o material do Banco Mundial para a educação superior, destacando os analistas do caso brasileiro.

Parte do material, como cópias dos projetos governamentais, textos, revistas das entidades sindicais, foram conseguidos na APUFSC, na biblioteca do Centro de Educação e ainda com o acervo de professores(as) da UFSC.

Este trabalho ficou dividido da seguinte forma:

O primeiro capítulo objetivou caracterizar as políticas educacionais relativas à universidade pública, no contexto das orientações do Banco Mundial para o ensino superior dos países periféricos. Buscamos relacionar a política educacional dos anos 90 situando os temas financiamento, autonomia e avaliação.

No segundo capítulo, apresentamos a trajetória, a organização e os objetivos das EJ. Com base nestas informações, buscamos demonstrar a articulação das EJ com a política educacional do MEC nesta década de 90.

De forma muito breve, podemos apresentar alguns resultados desta investigação.

Pudemos perceber, ao longo das informações obtidas, que **um determinante fundamental para o surgimento das Empresas Juniores tem sido o mercado de trabalho**.

---

[7] O IEL é formado por setores industrias de perspectiva liberal, ligados a Confederação Nacional das Indústrias – CNI.

A necessidade de determinadas características na formação da força de trabalho ou a situação de uma perspectiva de desemprego crescente, exigindo a criação de novos empreendimentos, foram questões que se evidenciaram a partir da parte empírica do nosso trabalho. Muito embora estas não fossem a pretensão do nosso trabalho e nem tenha sido feito nenhum estudo para confirmação destas indicações.

Ou seja, **não é possível compreender o surgimento das Empresas Juniores somente pela articulação com a política educacional dos anos 90.** É necessário inserí-la numa análise que inclua as características das formas pelas quais o capitalismo se organiza atualmente.

Outra consideração é que a construção da nossa análise corrobora a idéia de que há uma profunda identidade entre a política educacional e as Empresas Juniores. Este resultado é fruto de uma reflexão que apresenta as relações das políticas do Banco Mundial (BM) e a política educacional brasileira nos anos 90.

Ainda sobre o Banco mundial, consideramos que não há um contra-senso nas novas orientações que indicam para os Estados periféricos investirem no ensino superior e, nem se trata do BM reconhecer algum equívoco, como indica Sguissardi (2000).

CAPÍTULO I: A UNIVERSIDADE PÚBLICA E A POLÍTICA EDUCACIONAL NOS ANOS 90 NO CONTEXTO DAS ORIENTAÇÕES DO BANCO MUNDIAL

"Tudo que é sólido desmancha no ar"
(Marx e Engels)

No conjunto das atuais relações sociais capitalistas, as relações econômicas, sociais, políticas e culturais são organizadas/desorganizadas de forma nunca dantes vista porém, o objetivo do capital, de continuar se reproduzindo como capital, permanece inflexível.

O atual modelo, denominado por Harvey (1999) de acumulação flexível, caracteriza bem as rápidas transformações do mundo da produção. As instituições na maioria dos Estados capitalistas assumem novas feições, como as universidades públicas, de acordo com o grau de desresponsabilização nas áreas sob tutela estatal e de acordo com a correlação de forças políticas em cada país[8].

Se o Estado cumpre as suas funções de uma nova maneira, decorrente das mudanças no capitalismo atual, surge também um novo formato para as instituições submetidas ao seu poder administrativo.

Temos por objetivo, neste capítulo, desenvolver uma sucinta caracterização da instituição Universidade Pública, no cenário das mudanças da política educacional nos anos 90, de acordo com as orientações do Banco Mundial no mesmo período.

Como primeiro passo apresentaremos o contexto "flexível" em que são desenvolvidas as políticas indicadas pelo Banco e as condicionalidades impostas aos requerentes de empréstimo. Ao final desta seção analisamos as orientações, a partir das experiências (danosas) feitas na área do ensino superior, indicadas aos países periféricos.

---

[8] Estamos nos referindo, principalmente, ao conjunto de países periféricos que compõe o quadro no atual padrão de acumulação do capital.

Em seguida, abordamos o caso brasileiro a partir da Reforma do Aparelho de Estado e as mudanças na política educacional com o foco destacadamente dirigido às Universidades Públicas. Nestas mudanças sublinhamos os pontos, considerados pelos investigadores, tidos como essenciais para o entendimento do que está sendo feito às universidades públicas brasileiras: o financiamento, a autonomia e a avaliação, dito de outra maneira, é o conjunto articulado destes itens que nos fornece a explicação da situação das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Ao final deste capítulo dedicaremos atenção para uma das formas de Avaliação Institucional, o Exame Nacional de Cursos (conhecido como Provão), apresentado pelo MEC como principal modelo avaliador e, de particular interesse desta investigação, pelo fato da participação das Empresas Juniores (EJ) nesta forma de Avaliação.

1 O Banco Mundial e as orientações para o ensino superior

> *"La participación de representantes del sector privado en los consejos de administración de las instituciones de nivel terciario, públicas o privadas, contribuye a asegurar la pertinencia de los programas académicos".*
> *(Banco Mundial)*

O Banco Mundial é uma instituição de criação contemporânea à 2ª Guerra Mundial, a partir do acordo de *Bretton Woods*, e exerce atualmente uma enorme influência nos destinos político-econômicos de várias nações.

Para melhor compreendermos algumas determinações no campo da política econômica, nas quais o Brasil se subordina, convém sublinhar a configuração da estrutura decisória do Banco Mundial:

Os estatutos do Banco Mundial estabelecem que a influência nas decisões e

votações é proporcional à participação no aporte de capital, o que tem assegurado aos EUA a presidência do Banco desde a sua fundação, e hegemonia absoluta entre as cinco nações líderes na definição de suas políticas e prioridades (Soares, 1998: 16).

Desta situação de subordinação, aos interesses dos países centrais, decorrem graves consequências como a interferência nos destinos das áreas sociais mais básicas como a saúde, a educação e em espaços fundamentais para formação profissional e produção/transmissão de conhecimentos como a Universidade Pública.

Contudo, vejamos muito brevemente, alguns elementos do contexto que condicionaram esta situação.

1. 1 – O contexto "flexível" das orientações do Banco Mundial

Os anos 70 são apresentados como um período de crise do modelo de acumulação capitalista por vários pesquisadores. Segundo a afirmação de Anderson, caracterizando este período, o que ocorreu, em síntese, foi:

> A chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, quando todo mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, mudou tudo. A partir daí as idéias neoliberais passaram a ganhar terreno. As raízes da crise, afirmam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais (1996: 10).

Deste período em diante é que ocorrem as transformações e as mudanças tão detectadas e investigadas por muitos autores. Com entendimentos variados, estes, buscam fazer uma caracterização da nova forma com que o capital continua o seu processo de

reprodução.

Dentre estas contribuições destacamos a de Harvey intitulada como "*A condição Pós-moderna*". A sua caracterização principal, denomina-se de acumulação flexível e, é assim definida:

> A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado "setor de serviços", bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (tais como a "Terceira Itália", Flandres, os vários vales e gargantas do silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados). Ela também envolve um novo movimento que chamarei de "compressão do espaço-tempo" no mundo capitalista — os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado (1999: 140).

Questões econômicas, políticas, sociais, artísticas, culturais, geográficas e históricas compõem o quadro de análise de Harvey que, ao fazer uma articulação destas, também faz um resgate do marxismo como o arcabouço teórico com capacidade explicativa para a atual forma de **acumulação capitalista**[9].

De maneira muito superficial, podemos dizer que, o período atual é fruto de um processo de reestruturação produtiva, decorrente do esgotamento do modelo de

[9] Para Harvey "o capital é um processo, e não uma coisa. É um processo de reprodução da vida social por meio da produção de mercadorias em que todas as pessoas do mundo capitalista avançado estão profundamente implicadas. Suas regras internalizadas de operação são concebidas de maneira a garantir que ele seja um modo dinâmico e revolucionário de organização social que transforma incansável e incessantemente a sociedade em que está inserido. O processo mascara e fetichiza, alcança crescimento mediante a destruição criativa, cria novos desejos e necessidades, explora a capacidade do trabalho e do

acumulação taylorista-fordista. As novas alterações a partir da introdução das novas tecnologias, principalmente de base microeletrônica e nos meios informacionais, revolucionaram todas as formas até então conhecidas de produção e de exploração da força de trabalho trazendo como consequência, um Estado capitalista reformado (menos responsabilizado pelas questões sociais e, mais atento, a sua função de contribuir com a reprodução do capital) e o desemprego como um problema globalizado e permanente.

1. 1. 1 – Condições para os empréstimos

As instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial, tem orientado as políticas de países periféricos através do condicionamento de empréstimos à adoção de suas políticas. Estas possuem um caráter de cunho neoliberal que tem significado, geralmente, enxugamento do aparelho estatal e, principalmente, recorrentes cortes de verbas nas áreas sociais como saúde e educação.

A atual importância política do Banco é destacada por Soares:

> O Banco Mundial exerce profunda influência nos rumos do desenvolvimento mundial. Sua importância hoje deve-se não apenas ao volume de empréstimos e à abrangência de suas áreas de atuação, mas também ao caráter estratégico que vem desempenhando no processo de reestruturação neoliberal dos países em desenvolvimento, por meio de políticas de ajuste estrutural (1998: 15).

A autora explica que essa influência se dá menos em função do volume de recursos emprestados do que pelo fato de os grandes capitais internacionais e o Grupo dos Sete terem transformado o Banco Mundial e o FMI nas instituições responsáveis não só

---

desejo humanos, transforma espaços e acelera o ritmo da vida. Ele gera problemas de superacumulação para os quais há apenas um número limitado de soluções possíveis. (op.cit.307)

pela gestão da crise de endividamento como também pela reestruturação neoliberal dos países em desenvolvimento (idem: 21).

De acordo com a referida autora, a era "pós-ajuste" (denominação utilizada depois da crise mexicana de 1994[10]) fica assim caracterizada:

> abertura comercial, desregulamentação e privatização; redução do gasto público; reforma da previdência (diminuição dos encargos previdenciários e, mudanças nas leis trabalhistas (flexibilização/precarização); reforma no sistema educacional e; reforma institucional e reestruturação do Estado (1998: 28-29).

No Brasil a situação não é diferente, ao contrário, no último período, os grupos políticos que vem ocupando o Governo Federal nesta década, tem sido muito competentes em aplicar as proposições do Banco.

A conformação do Estado brasileiro está subordinada ao novo padrão de acumulação do capital. O FMI e o Banco Mundial são os agentes responsáveis pelos chamados ajustes e reformas implementados pelos governos brasileiros, com particular sucesso nos governos do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que tem causado enormes prejuízos aos serviços públicos. O início destas intervenções, segundo Soares, teve maior destaque:

> Nos anos 80, com a emergência da crise de endividamento, o Banco Mundial e o FMI começaram a impor programas de estabilização e reajuste da economia brasileira. Não só passaram a intervir diretamente na formulação da política econômica interna, como a influenciar crescentemente a própria legislação brasileira (ib.: 17).

E como foram sendo aceitas as orientações do Banco?

Foi por meio das condicionalidades aos empréstimos nas quais, o Banco Mundial, começou a implementar um conjunto de reformas nos países endividados baseadas em uma

---

[10] No artigo, também em nota, Soares afirma que "a operação de salvamento do México articulada pelo governo norte americano, que envolveu um pacote de empréstimos de mais de 50 bilhões de dólares (superior ao Plano Marshall), mostrou o terror dos gestores da ordem internacional. Como confessou o secretário do Tesouro norte-americano, 'se deixássemos o México quebrar, toda a proposta da economia liberal estaria arruinada'". (op. cit., p.28)

concepção "mais adequada de crescimento". Estas políticas caracterizam-se pela perspectiva "liberal, privatista, de abertura ao comércio exterior e ortodoxa do ponto de vista monetário". Em termos gerais estão de acordo às necessidades do capital internacional e ficaram conhecidas nos anos 80 como o "Consenso de Washington" (Soares, 1998: 23).

Segundo a colocação de Fonseca, no que diz respeito ao setor educacional (considerando a penúria em que se encontra) qualquer recurso é geralmente bem-vindo e estes são obtidos nos chamados programas de "cooperação técnica" (1998: 229).

Quanto ao caráter dos empréstimos específicos para a educação vale recordar a afirmação do autor:

> Os créditos concedidos à educação, enquanto partes de projetos econômicos, integram a dívida externa do País, para com as instituições financeiras bilaterais, multilaterais e bancos privados. Embora a política de crédito do Banco se autodenomine 'cooperação' ou 'assistência técnica', trata-se na verdade, de empréstimos do tipo convencional (ou *hard*), tendo em vista os pesados encargos que acarretam a rigidez das regras e as pré-condições financeiras e políticas inerentes ao processo de financiamento comercial (idem, p. 234).

É certo que este é um assunto complexo e os investigadores que relacionam o Banco Mundial e a educação não esgotaram o debate. Tampouco é o objetivo deste trabalho realizar atividade de tal envergadura contudo, gostaríamos de apresentar algumas informações que, acreditamos, seja possível dar maior significado ao entendimento da importância e da influência do Banco Mundial, e de outras IFIs, na vida dos países periféricos. É de nosso entendimento que o conhecimento do contexto, visto como totalidade, fornece os elementos necessários, sem os quais, não obteremos respostas às questões particulares.

Desta forma, a seguir, destacaremos um pouco a articulação entre as IFIs.

1. 1. 1. 1 - Banco Mundial e o FMI: apoio mútuo "incondicional"

As instituições do acordo de *Bretton Woods*[11] exercem um poder incontestável sobre os países periféricos.

Para entendermos como isso acontece, recorreremos às formulações e constatações de Chossudovsky[12] no trabalho intitulado: *A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial.*

O texto apresenta a idéia de que a crise atual, destacando-se a crise da dívida do início dos anos 80, é um fenômeno que atinge todo o globo. Isto é considerado em vista de que os bancos e o comércio internacional estão integrados aos mercados financeiros de todo o mundo, ligados por um sistema de comunicação em tempo real.

Desta maneira,

> o movimento da economia global é regulado por um, processo de cobrança da dívida em âmbito mundial, que sufoca as instituições do Estado nacional e contribui para eliminar empregos e reduzir a atividade econômica. No mundo em desenvolvimento, o peso da dívida externa atinge dois trilhões de dólares (Chossudovsky, 1999: 11).

Se o valor das cifras impressiona é fundamental saber que isto faz parte das reformas macroeconômicas que ocorreram com a crise da dívida nos anos 80.

De acordo com o autor,

> as reformas macroeconômicas são um reflexo concreto do sistema capitalista do pós-guerra e de sua evolução destrutiva. A direção macroeconômica adotada nos âmbitos nacional e internacional desempenha um papel central na surgimento de uma nova ordem econômica global: essas reformas regulam o processo de acumulação capitalista no mundo todo. Todavia esse não é um sistema de livre mercado: embora sustentado por um discurso neoliberal, o chamado 'programa de ajuste estrutural' (PAE)

[11] Em tempos de 2ª guerra, vários países do lado ocidental reuniram-se, sob a hegemonia dos Estados Unidos, e assinaram um acordo cuja intenção era a "reconstrução econômica" e a estabilidade nas principais taxas de câmbio. Foram criadas naquele momento o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, estruturas administrativas que, na verdade são órgãos reguladores que operam no sistema capitalista de acordo com os interesses dos países centrais.

[12] Michel Chossudovsky, professor de Economia da Universidade de Ottawa, Canadá.

> patrocinado pelas instituições de *Bretton Woods* constitui um novo esquema intervencionista (idem: 11).

A pressão e o controle para que os países devedores submetam-se as imposições do FMI/Banco Mundial cresceu com a criação da Organização Mundial do Comércio – OMC em 1995. Se já haviam garantias a partir das assinaturas de contrato com as instituições de *Bretton Woods* agora,

> muitas das cláusulas do PAE (por exemplo, a liberalização do comércio e o regime de investimento estrangeiro) foram inseridas de forma permanente nos artigos do acordo da OMC. Esses artigos têm servido de base para "controlar" países (e impor "condicionalidades") de acordo com a lei internacional (ibidem: 28).

A dimensão global do controle destas instituições é apontada pelo autor, referindo-se ao alcance do Fundo Monetário Internacional:

> O mesmo cardápio de austeridade orçamentária, desvalorização, liberalização do comércio e privatização é aplicado simultaneamente em mais de cem países devedores. Estes perdem a soberania econômica e o controle sobre a política monetária e fiscal; seu Banco Central e Ministério da Fazenda são reorganizados (frequentemente com a cumplicidade das burocracias locais); suas instituições são anuladas e é instalada uma "tutela econômica" (ib.: 28).

Denota-se que o objetivo é exatamente este, controlar as economias nacionais, que são consideradas pelo autor como "reservas" de mão-de-obra barata e, também, de recursos naturais.

Esta perspectiva demonstrada por Chossudovsky não encontra correspondência entre os governos dos países subordinados e, evidentemente, no Banco Mundial. Para sustentar o controle, incluindo no campo ideológico, o Banco gera seus intelectuais até nas universidades com o intuito de formar "economistas leais e confiáveis que sejam incapazes de desvendar os fundamentos sociais da economia de mercado global" (ib.: 34).

Verificamos também que o ardil desta instituição chega a criar um contradiscurso moral e ético, pautado pelo desenvolvimento sustentável e na diminuição da pobreza. O autor entende que o Banco Mundial possui um decisivo papel na promoção de pesquisas sobre a pobreza e as denominadas "dimensões sociais do ajuste". Isto objetiva fornecer uma feição humana às instituições de *Bretton Woods* e "uma aparência de compromisso com a mudança social" (ib.: 35).

Há uma cuidadosa divisão de tarefas entre o Banco e o FMI, segundo o autor

> O FMI cuida de negociações políticas-chaves relacionadas com a taxa de câmbio e o déficit orçamentário, enquanto o Banco Mundial fica muito mais envolvido com o processo de reforma efetiva através de suas agências de âmbito nacional e de suas numerosas missões técnicas (ib.: 46).

Além disso, "o Banco Mundial está presente em muitos ministérios: as reformas na saúde, **educação**, indústria, agricultura, transporte, meio ambiente, etc. estão sob sua jurisdição" (ib., 46, grifo nosso).

Concluindo este item poderíamos ainda assim perguntar por que países como o Brasil se submetem a tutela das IFIs?

E de forma direta Chossudovsky nos responde:

> Porque estavam endividados, o que deu às instituições de Bretton Woods o poder de obrigá-los, por meio das chamadas "condicionalidades" anexas aos acordos de empréstimo, a redirecionar "propriadamente" suas políticas macroeconômicas de acordo com os interesses dos credores oficiais e comerciais (2000: 35).

1. 1. 2 – As lições de uma experiência danosa

Em 1993 o Banco Mundial concluiu um relatório sobre o ensino superior no qual foram analisadas as experiências das realidades educacionais realizadas em vários países. Em 1995 com a publicação deste texto em espanhol, popularizou-se um dos mais

significativos documentos referentes ao ensino superior: *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia.*

Este documento gerou grandes debates a partir da revelação explícita e implícita que a instituição de *Bretton Woods* demonstrou objetivar em relação à educação.

Para Soares ao destacar a enorme atenção dada a educação, o Banco possui o seguinte entendimento:

> No setor social, o Banco Mundial vem dando ênfase especial à educação, vista não apenas como instrumento da redução da pobreza, mas principalmente como fator essencial para a formação de "capital humano" adequado aos requisitos do novo padrão de acumulação (1998: 30).

O eixo central do documento é a questão do financiamento (como não poderia deixar de se esperar advindo de um Banco) que a instituição fornece para os países periféricos. Considerando que, para a efetivação deste, é necessária a aceitação de um conjunto de medidas visando a "melhoria" do sistema de ensino superior em cada país.

Para que as reformas tenham êxito, sem aumentar o gasto público, devem ser adotadas as seguintes orientações:

> - *Fomentar la mayor diferenciación de las instituciones, incluido el desarrollo de instituciones privadas*
> - *Proporcionar incentivos para que las instituciones públicas diversifiquen las fuentes de financiamiento, por ejemplo, la participación de los estudiantes en los gastos y la estrecha vinculación entre el financiamiento fiscal y los resultados*
> - *Redefinir el función del gobierno en la enseñanza superior*
> - *Adoptar políticas que estén destinadas a otorgar prioridad a los objetivos de calidad y equidad (Banco Mundial, 1995: 4).*

E prossegue afirmando que para o sucesso da execução das reformas, depende também do:

> *1) el establecimiento de un marco coherente de políticas; 2)* ***mayor apoyo en los incentivos y mecanismos orientados al mercado para aplicar las políticas,*** *y 3) mayor autonomía*

> *administrativa de las instituciones públicas (idem, p. 10, grifo nosso).*

Aqui no Brasil é grande a anuência com estas orientações, de acordo com Soares

> O governo Fernando Henrique vem dando continuidade às reformas liberalizantes, ampliando o processo de abertura econômica, intensificando o processo de privatizações e aprovando uma série de mudanças constitucionais que abrem caminho para o aprofundamento das reformas. Muitas das mudanças em curso coincidem com as propostas do Banco, como a reforma do sistema previdenciário, a revisão do sistema tributário, a flexibilização dos monopólios, a concentração dos recursos para educação no ensino básico, entre outras" (1998: 37).

Vejamos então o tratamento apontado para algumas questões específicas do ensino superior e as correspondentes análises dos investigadores.

1. 1. 3– Financiamento do ensino superior: propostas do Banco Mundial

Já afirmamos que a questão central do Banco passa pelo financiamento tanto pelo seu papel como investidor quanto na indicação de qual aspecto deva ser mais modificado na área educacional, por parte do Estado, de acordo com as orientações daquele.

Vejamos nas palavras do Banco que leque de medidas devem ser desenvolvidas, de forma articulada e de acordo com as características de cada país, para estabelecer um sistema educacional mais equitativo, eficiente e de melhor qualidade:

> *1) controlar el acceso a la educación superior a cargo del Estado en función de criterios de selección eficientes y equitativos; 2) fomentar el establecimiento de instituciones com programas y objetivos diferentes; 3) crear un ambiente positivo para las instituciones privadas; 4) establecer o aumentar la participación en los gastos y otras medidas de diversificación financiera; 5) proporcionar planes de préstamos y donaciones, y organizar programas de trabajo y estudio para asegurar que todos os estudiantes que reunan las condiciones tengan la oportunidadde seguir estudios superiores; 6) Asignar recursos públicos a las instituciones de enseñanza terciaria de manera transparente y de modo que fortalezcan la calidad y aumenten la eficiencia; y 7) permitir a las instituciones públicas del nivel superior que, en*

> *forma autónoma, obtengan y utilicen los recursos y determinen el número de estudiantes admitidos" (op. cit.: 15).*

De acordo com o documento do Banco a diversificação das fontes de financiamento para as instituições públicas é fundamental. Neste sentido, defende a maior participação de recursos privados no financiamento das instituições públicas através da participação direta dos estudantes (mensalidades), da eliminação de subsídios estatais (moradia estudantil e restaurante universitário), de doações de ex-estudantes e de empresas privadas (situação característica nos Estados Unidos) e da geração de recursos através da realização de cursos rápidos de formação profissional, desenvolvimento de pesquisas para a indústria e serviços de consultoria[13].

Outra forma apresentada é a destinação e utilização dos recursos de forma mais eficiente. O Banco aponta as modalidades de orçamento existentes nos vários países, criticando, em particular, o que foi chamado de orçamento negociado (como o caso do Brasil) devido a falta de critérios relacionados com o desempenho das instituições universitárias. Cita como mais comuns o modelo de financiamento baseado nos insumos (há a proposição de uma fórmula que combina o número de matrículas com os custos unitários por estudantes); o baseado nos produtos (considera o tempo de formação dos estudantes no prazo normal dos cursos, financiando com acréscimo as instituições nas quais os estudantes cumprem o prazo e sancionando assim que não há o cumprimento do prazo com uma enorme redução do financiamento) e; o baseado na qualidade.

Apesar de apenas um país adotar o sistema de financiamento baseado na qualidade o texto apresenta com destaque a forma chilena:

> *las instituciones reciben subsidios financieros del gobierno por cada estudiante que ingresa situado entre los mejores*

---

[13] Atividades como esta tem sido muito comuns nas Universidades Públicas, servindo como complemento salarial dos docentes (em alguns casos ultrapassam e muito os salários).
O corpo discente começa a se familiarizar também com este tipo de serviço, através das Empresas Juniores, como veremos no capítulo seguinte.

> *27.500 clasificados en el examen de aptitud académica que rinden anualmente todos los egresados de las escuelas secundarias (ib.: 59).*

Em seguida expõe o motivo: *"El objetivo del programa es estimular la competencia entre las instituciones para mejorar su calidad y atraer así a los mejores estudiantes" (ib.: 59)*

E conclui,

> *los efectos de este programa podrían fortalecerse mediante medidas complementarias del gobierno que permitieram poner a disposición del público información y evaluaciones estandarizadas de los diferentes programas de las instituciones (ib.: 60).*

Estas orientações caminham na direção de uma concepção educacional fundamentada em um forte viés economicista ou "customizado". Segundo Coraggio o Banco adequa a realidade educacional com o seu modelo econômico para daí estabelecer uma analogia entre o sistema educativo e de mercado, entre os pais e os consumidores de serviços, entre a escola e a empresa, entre as relações pedagógicas e as relações de insumo-produto desconsiderando a realidade educativa e suas especificidades.

Ainda para o autor

> seguem nessa linha as recomendações para minimizar a gratuidade, recuperando os custos sempre que possível cobrando pela educação de quem a recebe... quando por razões políticas não for possível cobrar taxas, admitir-se-á que outras fontes de renda 'genuínas' compensem a "artificialidade" dos preços subsidiados, como à venda de serviços das universidades às empresas privadas (Coraggio, 1998: 104).

Toda esta lógica está subentendida à idéia de que educação é apenas mais um produto como outro qualquer, reconhecida pelo autor

> Em consequência não seria de se estranhar que sua proposta básica para o sistema educativo consista em (até onde for possível) deixar a atividade educacional à mercê do mercado e da concorrência para que a interação entre consumidores e fornecedores de serviços educacionais defina a quantidade de

> educação, seus conteúdos e pedagogias, suas formas de estruturação em que áreas e a que preço deve ser oferecida (idem: 103).

É até mais do isto, a instituição de *Bretton Woods* entende que deva haver um investimento estatal estimulando o desenvolvimento de instituições privadas justificando-se "*en razón de que constituyen una forma de aumentar la matrícula a un menor costo para el gobierno que de ampliar las instituciones públicas" (Banco Mundial, 1995: 41).*

A idéia anterior, de Coraggio, encontra fundamento na noção, existente na elaboração do Banco Mundial, de que deve haver uma maior participação por parte do empresariado nos processos educacionais, principalmente no setor universitário no qual afirma-se, tenha se sucedido um distanciamento "das reais necessidades da economia e pretende-se resolver esta situação estabelecendo sua articulação com a demanda do mercado" (op.cit.: 106).

Por outro lado, o próprio autor, acha questionável esta orientação em vista de que a diretriz mercadológica atual é mais dinâmica e as necessidades de investimento em formação tornam-se pontuais e de curto prazo.

Ainda, referindo-se à outra orientação do Banco, na qual portanto, vale mais a pena investir em educação fundamental, considerando-se os custos sociais, Coraggio indica que o investimento em educação, num contexto de marginalização e exclusão econômica, levaria a altas taxas de evasão escolar, se não vier acompanhada de ações de investimento no conjunto social, concluindo que a intervenção do Banco Mundial "não passa de uma estratégia mal formulada" (op. cit.: 109).

Fica patente a preocupação do Banco Mundial com os recursos financeiros para a educação superior quando se refere a qualquer temática de relevância para as universidades. Quando a IFI afirma que:

> *las instituciones deberían tener, igualmente, la facultad de contratar y despedir personal dado que representa una partida*

> *importante de gastos en la mayoría de las instituciones de enseñanza superior. Esta flexibilidad es esencial para que las universidades puedan establecer programas que respondan a las nuevas demandas del mercado laboral y controlar los costos reduciendo personal docente cuando la proporción entre profesores y estudiantes esté por debajo de los niveles de eficiencia (Banco Mundial, 1995: 70).*

O Banco Mundial está apresentando uma concepção e demonstrando para que serve a autonomia. Ou seja, critérios fundamentados em custo-benefício, (exclusivamente financeiros) pré-estabelecidos, determinam importantes decisões sobre o destino da produção científica dos países periféricos e da formação profissional necessárias em cada realidade.

Da mesma forma, quando o Banco afirma que "*el principal factor determinante del desempeño académico es, quizás, la capacidad de evaluar y vigilar la calidad de los resultados de la enseñanza y la investigación*" (idem: 78, grifo nosso), a preocupação primeira encontra-se no financiamento. O documento da IFI destaca como objeto de avaliação o ensino proferido pelo corpo docente e que

> *los métodos empleados com maior frecuencia dependem de las calificaciones de los estudiantes, los análisis de los esquemas de los cursos, las evaluaciones a cargo de los jefes de los departamentos y los colegas, y los premios a docentes (ib.: 78-79, grifo nosso).*

O Banco Mundial desconsidera os possíveis interesses nacionais ou necessidades sociais da população dos países periféricos. Desconsidera, portanto, **o quê** estas universidades devam produzir. A preocupação encontra-se no âmbito **de quanto** elas gastam para produzir. Se esta é a preocupação é compreensível que sejam estipulados critérios de desempenho pautados por uma lógica produtivista e quantitativista.

Ao término deste item, gostaríamos de apresentar duas breves considerações de Fonseca e Soares, sobre os financiamentos do Banco Mundial para a educação nos países periféricos.

A primeira refere-se especificamente aos projetos do Banco Mundial no Brasil:

> A análise dos resultados financeiros suscita a indagação sobre a real necessidade do financiamento externo à educação brasileira, tendo-se em conta despesas decorrentes dos empréstimos e a fraca captação de recursos para setor (Fonseca, 1998: 247).

E a segunda refere-se aos financiamentos de modo geral:

> após cinquenta anos de operações e empréstimos de mais de 250 bilhões de dólares, a avaliação de performance do Banco Mundial é extremamente negativa. Esta financiou um tipo de desenvolvimento econômico desigual e perverso socialmente, que ampliou a pobreza mundial, concentrou renda, aprofundou a exclusão e destruiu o meio ambiente (Soares, 1998: 17).

Por fim, sobre a questão do financiamento, é importante registrar o que foi chamado de "reconhecimento mais explícito de um grande equívoco anterior" (Sguissardi, 2000: 28). Trata-se do documento *Higher Education in Developing Countries – Peril and Promise* (de 1° de março de 2000). De acordo com o autor este documento apresenta uma reorientação no que se refere aos investimentos estatais no ensino superior. Explicitada na afirmação que segue

> Desde os anos 80 muitos governos nacionais e organismos financiadores internacionais tem atribuído à educação superior um nível de prioridade relativamente baixo. As análises econômicas, de olhar estreito- e, em nossa opinião, equivocado – tem contribuído para formar a opinião de que o investimento público em universidades e instituições de educação superior se traduziria em ganhos insignificantes em comparação com os ganhos do investimento em escolas primárias e secundárias; assim como de que a educação superior aumenta exageradamente a desigualdade de ganhos. (...) O Grupo de Estudo está coeso na convicção de que a urgente tomada de medidas para expandir a quantidade e melhorar a qualidade de educação superior nos países em desenvolvimento, deveria constituir-se em máxima prioridade nas atividades de desenvolvimento (Banco Mundial, 2000: 11, citado por Sguissardi, 2000: 28).

Segundo o autor, é necessário que consideremos algumas questões para o entendimento desta reorientação. Em primeiro lugar, as principais orientações do

documento *La enseñanza superior: lecciones derivadas de la experiência,*

> Já se tornaram em grande medida realidade: maior privatização e diferenciação, diversificação das fontes de recursos, redefinição das funções e menor envolvimento do Governo com a educação superior, e medidas visando qualidade e equidade (idem: 27).

Da mesma forma, afirma que "muitos países já procederam às reformas ditadas por tais organismos mundiais e sintetizados no *Consenso de Washington*" (ib.: 27)

Sguissardi afirma que o Banco possui confiança no mercado porém, não de maneira exclusiva como um espaço capaz de aumentar a quantidade e qualidade das pesquisas nacionais, no sentido de proporcionar aos países periféricos criar e selecionar novos conhecimentos de forma mais eficiente e mais rápida. Assim entraria o novo papel do Estado

> É necessário que os governos desempenhem um novo papel como supervisores da educação superior, mais do que como gestores. Deveriam concentrar-se em estabelecer os parâmetros dentro dos quais se possa alcançar o êxito, enquanto permitem que as soluções específicas aflorem das mentes criativas dos profissionais da educação superior (Banco Mundial, 2000: 11, citado por Sguissardi, 2000: 29).

Para isto, além das indicações de financiamento do documento anterior defende "fundos públicos mais constantes e produtivos" (idem: 29).

O autor compreende que qualquer análise a ser realizada sobre uma reorientação das políticas do Banco, não deva ser feita "de modo abstrato e isolado do contexto histórico de mais de meio século de atuação do Banco Mundial ao lado de eminentes parceiros, como o FMI, GATT/OMC" (ib.: 30).

Em nossa análise sobre as orientações do Banco Mundial para o ensino superior devemos ter cautela para não cairmos na armadilha que o documento (1995) esconde. Qual seja, a de darmos um tratamento a questão de forma fragmentada, desconsiderando o

complexo conjunto de relações sociais capitalistas que condicionam as perspectivas educacionais de forma global.

Não desconsideramos as possibilidades de atuação no campo educacional quanto as suas possibilidades nos embates pela transformação social, ao contrário, concordamos plenamente com Moraes quando afirma:

> A história da educação é rica em exemplos que reafirma as suas possibilidades neste sentido. Sempre que as contradições sociais se aprofundam em crise, a atuação educativa aprofunda sua relevância e as forças em disputa na luta política lançam-se ao campo educacional esperando, na particularidade de sua mediação, fortalecer suas respectivas posições. Verifica-se, então, que o reconhecimento da sua força ideológica – tanto para aqueles que detém o poder quanto para aqueles que se apresentam para disputá-lo – o torna campo estratégico no embate político (1990: 86).

Observamos então, nos itens a seguir, como o Estado Brasileiro e as Universidades Públicas estão em consonância com as orientações da instituição de *Bretton Woods*.

2 A Universidade Pública e a política educacional nos anos 90

> "Parece-me que hoje o interlocutor do Estado para as políticas educacionais é um interlocutor privado".
> (Mirian Jorge Warde, 1998)

Para realizarmos esta parte do trabalho, selecionamos a contribuição de destacados pesquisadores no campo das temáticas por nós definidas, relativas à política educacional e à universidade pública.

Entendemos que a política educacional para a universidade pública só faz sentido quando compreendida dentro do respectivo contexto político-econômico e social no qual esta se desenvolve. Desta forma, é possível afirmar que a história da universidade no Brasil tem acompanhado as configurações do Estado brasileiro nos respectivos e

distintos períodos de sua formação.

Em concordância com Menezes defendemos que,

> para compreender a razão de ser da universidade brasileira e do cerco que hoje vive, é preciso acompanhar a história de sua criação, do seu desenvolvimento, ou seja, sabendo que foi concebida como elemento de construção e consolidação do Estado e da nação (2000: 8).

A relação da universidade com o Estado, nos termos como hoje a conhecemos, possui mais de duas centenas de anos. Para Trindade, isto ocorreu após a Revolução Francesa quando "a universidade napoleônica rompe com a tradição das universidades medievais e renascentistas e organiza-se, pela primeira vez, subordinada ao Estado nacional" (1999: 16). Além disso, continua o autor, "a concepção de uma universidade fundada sobre o princípio das pesquisas e no trabalho científico desinteressado associado ao ensino amadurece sob o impulso do Estado" (idem: 17)

Por sua vez, a história da universidade brasileira é recente. Podemos dizer que três períodos desta história são significativamente marcantes para uma caracterização da universidade brasileira, qual sejam, os anos 30, os anos 60 e os anos 90.

Nos anos 30 ocorreu um forte impulso do processo de industrialização brasileiro com a perspectiva de formação de um Estado Nacional. O projeto educacional da época pretendia a formação de uma elite nacional dirigente. Este projeto deveria ser "adequado à uma nação que afirmava a propriedade privada, mas negava o conflito de classe"[14] (Moraes, 1990: 182).

Podemos considerar que nos anos 60 aconteceu algo semelhante com a proposta de Estado implementada pelos militares. Neste período, a formação de uma fração da classe dirigente ganha maior impulso com a estruturação de um sistema de pós-graduação

[14] Para os que pretendem maiores informações sobre o contexto da educação nos anos 30 indicamos como um trabalho que contém uma excelente caracterização do período a tese (Publicada em livro pelo Núcleo de

sólido e com financiamento garantido. Implementava-se um projeto de Reforma Educacional que incluía vários interesses dos setores descontentes com o próprio regime militar.

No que concerne aos anos 90, quando referimo-nos a reconfiguração do Estado a história parece ser bem diferente. Segundo observamos nas seções anteriores, os anos 90 traduzem um momento do processo de acumulação de capital com novas características.

Uma característica verificada em muitos países, decorrente da nova caracterização do padrão de acumulação é a Reforma do Estado. Vejamos a seguir como ocorre este processo no Brasil.

2. 1 Que tipo de Estado promoveu as mudanças na política educacional

> "O Estado é um produto da sociedade em determinada etapa de desenvolvimento; é a admissão de que esta sociedade se envolveu numa contradição insolúvel consigo mesma, se cindiu em contrários inconciliáveis que ela é importante para banir. Mas para que estes contrários, classes com interesses econômicos em conflito, não se devorem e à sociedade numa luta infrutífera, tornou-se necessário um poder, que aparentemente está acima da sociedade, que abafe o conflito e o mantenha dentro dos limites da 'ordem'; e este poder, nascido da sociedade nas que se coloca acima dela, e que cada vez mais se aliena dela, é o Estado"
>
> (Friedrich Engels)

A forma como o capital se reproduz atualmente é decorrente de um conjunto articulado de relações que incluem desde a chamada reestruturação produtiva até as mudanças no próprio Estado. Da mesma forma, é possível encontrar, no campo da

---

Publicações-CED-UFSC) de Maria Célia Marcondes de Moraes, *"Educação e Política no Pensamento de Francisco Campos"*, .Florianópolis: NUP-CED-UFSC, 2000.

reestruração da produção no Brasil[15] e, consecutivamente, no Estado brasileiro, as mudanças características do novo padrão de acumulação capitalista.

De acordo com o objetivo mais imediato do nosso trabalho, caracterizaremos brevemente as mudanças ocorridas no Aparelho de Estado a partir do documento intitulado Plano Diretor de Reforma do Aparelho de Estado (PDRAE), preparado pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, aprovado em setembro de 1995 pela Câmara da Reforma do Estado (Presidência da República, 1995). Também servirá de apoio, o texto sobre reforma do Estado no Brasil de um dos principais elaboradores pertencente à base de sustentação do governo, Bresser Pereira (1996).

Tanto o documento quanto o texto de Bresser Pereira apresentam a crise do Estado como existente desde os anos 70. No Plano Diretor, encontramos o entendimento de que o esgotamento do modelo de intervenção econômica deve-se à crise do Estado:

> A desordem econômica e a sobrecarga de demandas foram tomadas como expressão da dificuldade do Estado em continuar a administrar as crescentes expectativas em relação a política de bem-estar aplicadas com relativo sucesso no pós-guerra (PDRAE, 1996: 01).

Para a realidade econômico-social dos anos 90 o documento transmite o entendimento de que é necessária uma reforma do aparelho de Estado dentro de um contexto de redefinição do seu papel deste. O Estado transforma-se de produtor do desenvolvimento econômico e social para empreendedor deste desenvolvimento. Assim,

> apresenta-se como tendência, o fortalecimento das funções de regulação e coordenação no âmbito do Estado, particularmente no nível federal, e a progressiva descentralização vertical, para os níveis estadual e municipal, das funções executivas no campo da prestação de serviços sociais e de infra-estrutura. Simultaneamente, verifica-se uma descentralização no plano horizontal com a transferência de funções da esfera do Estado para o setor privado. O Estado assume um papel menos executor ou prestador direto de

[15] Sobre esta temática é possível encontrar um compilamento que inclui os principais investigadores no Brasil, com uma caracterização e com uma apresentação de limites das investigações sobre a reestruturação produtiva, na pesquisa realizada por Tumolo (1998).

> serviços, mantendo-se entretanto no papel de regulador e provedor destes (idem: 02, grifo nosso).

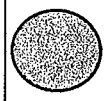
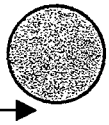
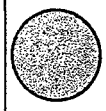
Em concordância com esta tendência empreendedora, superando o modelo de administração burocrática[16], está o modelo de administração gerencial. As causas principais para a adoção deste modelo, segundo o Plano Diretor, fundam-se na necessidade de redução dos custos da ação estatal e o impacto do desenvolvimento tecnológico. Decorre daí, segundo o documento, que "a reforma do aparelho do Estado passa a ser orientada predominantemente pelos valores da eficiência e qualidade na prestação de serviços públicos e pelo desenvolvimento de uma cultura gerencial nas organizações" (ib.: 03). Com este novo desenho o Estado deixa de ser visto, necessariamente, como produtor de bens e executor de serviços públicos. Para tanto, faz-se necessária uma "administração pública menos tutelar dos interesses dos cidadãos. A mesma deve ser permeável à maior participação dos agentes privados e/ou das organizações da sociedade civil e deslocar a ênfase dos procedimentos (meios) para os resultados (fins)" (ib.: 03, grifo nosso).

No Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado apresenta-se como sendo o objetivo global destas reformas "aumentar a efetividade do aparelho do Estado a partir de resultados claros a serem atingidos, o que implica em realizar diretamente nos quadros do aparelho do Estado apenas os serviços necessários ou aqueles que o Estado realiza melhor" (ib.: 11, grifo nosso).

Para caracterizarmos o modelo de Aparelho de Estado e as respectivas formas de propriedade, indicadas na proposição governamental, reproduziremos o seguinte esquema estratégico simplificado:

---

[16] No documento do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado este modelo é caracterizado por pautar-se na utilização de padrões normativos visando "promover o funcionamento racional da administração pública", tendo por princípios orientadores "a impessoalidade, a supremacia da técnica, o mérito profissional e a hierarquia funcional".

	Forma de Propriedade			*Forma de Administração*		*Constituições Estratégicas*
Núcleo Estratégico: Legislativo, Judiciário, Presidência, Cúpula dos Ministérios, Forças Armadas	Estatal	Pública Não Estatal	Privada	Burocrática	Gerencial	
						Carreiras e Concursos
Serviços Monopolistas: Controle, Fiscalização, Compra de Serviços, Seguridade Social Básica						Agências Executivas
Serviços Competitivos: Universidades, Hospitais, Centros de Pesquisa, Museus	Publicização →					Organizações Sociais
Produção para o Mercado: Empresas Estatais	Privatização →					Empresa Privada

Destacamos o setor de serviços competitivos ou não exclusivos do aparelho do Estado de acordo com o interesse da nossa investigação, ou seja, como o setor que abrange as universidades públicas.

Bresser Pereira caracteriza este setor como sendo aquele no qual o Estado realiza e/ou subsidia porque os considera importantes para os direitos humanos, ou "porque envolvem economias externas, não podendo ser adequadamente recompensados no mercado por meio da cobrança dos serviços" (1996: 283).

São considerados serviços não-exclusivos do Estado (os mais relevantes) as universidades, as escolas técnicas, os centros de pesquisa, os hospitais e os museus. Segundo Bresser Pereira:

> A reforma proposta é a de transformá-los em um tipo

> especial de entidade não-estatal, as organizações sociais. A idéia é transformá-los voluntariamente em 'organizações sociais', ou seja, em entidades que celebrem um contrato de gestão com o Poder Executivo e contem com autorização do parlamento para poder participar do orçamento público. Organização social não é, na verdade, um tipo de entidade pública não-estatal, mas uma qualidade dessas entidades, declarada pelo Estado (idem: 286).

O que se deduz da proposição governamental é um claro descomprometimento com o financiamento de alguns setores que estavam sob responsabilidade estatal e que compõem o patrimônio público da União, bem como a venda de um conjunto expressivo de empresas estatais. Noutro aspecto, ressaltamos a grande importância dada pelo governo em alterar a legislação trabalhista (chamada de "flexibilização") referente aos servidores públicos indicando principalmente, o fim da estabilidade para o servidor público.

É importante ressaltarmos que este modelo encontra-se em perfeita consonância com as indicações das instituições de Bretton Woods e, em particular, com as orientações do Banco Mundial para o ensino superior. Isto nos lança muitas dúvidas quanto aos reais interesses da reforma que está sendo implementada se recordarmos que os índices relativos à diminuição da pobreza mundial não tem sido alterados mesmo com a intervenção do Banco Mundial e do FMI, aliás, muito pelo contrário...

Na sequência, destacaremos algumas orientações da política educacional sobre a Universidade Pública.

2. 2 O que mudou na Universidade Pública

> **"A universidade não pode ser instrumento só da acumulação de capital e, também, da internacionalização da economia brasileira"**
>
> **(Florestan Fernandes)**

Os investigadores, ao abordarem a situação do ensino superior no Brasil, partem do pressuposto de que há uma situação de crise da universidade pública caracterizada por um descomprometimento progressivo do Estado para com o financiamento da educação superior pública.

Para Trindade

> Pela primeira vez na história, a crise da universidade é a crise da própria instituição multissecular na sociedade do conhecimento em que os mecanismos seletivos desenvolvidos, de financiamento da pesquisa científica ou social, básica ou aplicada, querem restringir a universidade à sua função tradicional de formar profissionais polivalentes para o mercado (1999a: 22).

Porém o próprio autor afirma que houve distorções nas políticas do MEC[17] que condicionaram a situação atual:

> a ênfase na pós-graduação abandonando o apoio à graduação; o bloqueio do crescimento das universidades públicas, incentivando a expansão das 'empresas educacionais', com a conivência ativa (e até corrupta) do ex-Conselho Federal de Educação (CFE); a erosão dos recursos para o financiamento de pesquisa que chegaram a níveis inaceitáveis, inclusive mais recentemente reduzindo o volume de bolsas. Em consequência, estabeleceu-se no sistema nacional de ensino superior público uma forte discrepância entre o volume de recursos humanos de alto nível disponíveis e a capacidade dessas instituições funcionarem com rendimento pleno em função das restrições no financiamento a que foram submetidos, na última década (Trindade, 1999b: 34).

Para o autor o que está acontecendo faz parte de uma estratégia do governo federal visando o desmonte da universidade pública brasileira com vistas à entregá-la para o mercado. A estratégia consistiria em conceder "autonomia plena" para as universidades públicas federais, financiando-as através do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Superior por um prazo de dez anos sendo que, neste período, realizar-se-ía uma política de

[17] Um texto importante que caracteriza a grande consonância das proposições do MEC, da reforma do Estado e as orientações do Banco Mundial é o documento relativo ao "Planejamento Político-Estratégico" para o período de 1995-1998 do Ministério da Educação e do Desporto.

qualificação das instituições privadas. Este fundo financiará tanto as instituições públicas como as privadas.

Podemos observar pelo quadro da Evolução do Número de Instituições por Natureza e Dependência Administrativa – Brasil –1980-1998, o aumento do número de instituições privadas em relação às públicas e de outras naturezas. Por exemplo se somarmos a quantidade de universidades, faculdades, centros universitários e os estabelecimentos isolados de natureza privada, no ano de 1990, chegaremos ao número 696. Se analisarmos o ano de 1998 este número chega a 764 instituições, resultando num aumento de 9,77%. Em relação às instituições de natureza não privada teríamos o número de 222 no ano de 1990 e em 1998 temos 205 instituições, representando um decréscimo de 5,85% (INEP – MEC, 1999: 12). Se analisarmos somente o número de universidades, veremos que as universidades públicas passam de 36 em 1990, para 39 em 1998. Enquanto que as universidades privadas vão de 40 para 76 na mesma ordem dos anos citados.

De acordo com estes números, concluímos que a preocupação dos investigadores está repleta de fundamento, quanto a transferência da responsabilidade no aumento de vagas para o ensino superior do setor público, para a iniciativa privada.

Cunha, outro analista indispensável das políticas para a universidade brasileira, sintetiza no que consiste a transformação das universidades em organizações sociais:

> o projeto de reforma do Estado consiste na implantação das organizações sociais, entidades públicas não estatais, a serem constituídas sob a forma de fundações de direito privado ou sociedade civil sem fins lucrativos que se destinariam a prestar serviços em diversas áreas, inclusive nas de educação e de ciência e tecnologia... a direção das organizações sociais seria compartilhada pelo Poder Público (minoritário) e por 'representantes da comunidade'. Mediante autorização legislativa expressa em lei, o governo da União ou de um estado celebraria com uma organização específica um contrato de gestão, no qual estariam previstos os serviços a serem prestados, as metas a serem atingidas e os recursos financeiros a serem transferidos a cada ano, do governo para a organização. Os recursos previstos nos orçamentos governamentais poderiam ser completados com a receita da cobrança

> pelos serviços prestados. Regidas pelo direito privado, cada organização social receberia do governo a cessão dos funcionários públicos e do patrimônio das autarquias e das fundações hoje existentes. O uso dos recursos seria livre, tanto para contratar mais funcionários (fora dos padrões do funcionalismo público) quanto para suplementar os salários daqueles (1999: 44)

Por sua vez, em outra análise, Menezes destaca como sendo de fundamental importância perceber os elementos componentes do amplo contexto no qual estão inseridas as universidades públicas:

> Há aspectos gerais e outros bastante específicos na composição do cenário social e econômico em que a universidade pública e as demais instituições de ensino superior se desenvolvem, e para os quais contribuem. Do geral ao específico, podemos lembrar, por exemplo, condições de economia nacional e global, que condicionem a demanda por ensino superior; definições políticas nacionais ou estaduais, que proponham a defesa de instituições ou o 'enxugamento' do Estado; decisões legislativas, que podem garantir autonomia financeira ou cancelar prerrogativas de professores universitários; deliberações da Câmara de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação, que podem credenciar ou não como universidades novos conglomerados de faculdades privadas; táticas empresariais dos setores do capital, operando no ensino superior, que podem atrair seus quadros docentes universitários de difícil reposição; estratégias dos colegiados de dirigentes universitários e das associações de docentes das universidades públicas, que poderiam romper o isolamento político a que acabaram confinados. Todos esses fatores, sem qualquer exagero, envolvem diretamente os destinos de mais de dois milhões de pessoas e, da perspectiva do interesse empresarial, envolvem um mercado de bilhões de dólares anuais e um mercado potencial muito maior. Indiretamente envolvem toda a nação (2000: 16-17).

O autor defende como idéia central a existência de um cerco territorial e econômico no qual se encontra a universidade pública, provocando diminuição no atendimento da demanda por ensino superior público e, como resultado deste cerco, teríamos a privatização desta, ou seja, quanto menos crescer a demanda pelo público, mais se alastrará o privado.

Na circunstância atual, na qual se desenvolve uma orientação privatista de ensino

superior, o referido autor lança um dilema para a comunidade universitária

> É preciso estabelecer claramente se a demanda social por ensino superior é algo que possa ser simples objeto de mercado ou se é também algo que se deva considerar uma necessidade nacional, merecedora de uma estratégia de Estado, de um programa de metas específico ou de uma supervisão de ações, ou se, pelo contrário, como a *fast food*, trata-se de uma opção individual que resulta numa demanda coletiva, cuja contrapartida é uma oferta competitiva, regida pelas leis de mercado e por órgãos de defesa do consumidor (ib.: 36) .

Merece destaque na investigação do autor a construção de cenários possíveis sobre a situação da universidade pública. Este exercício, quando consegue reunir um leque amplo de informações da realidade atual, ou seja, deste contexto mais amplo em que se inserem as universidades públicas, pode apresentar importantes questões para reflexão à própria comunidade universitária. Entendemos que o autor realizou de forma competente a caracterização do seguinte cenário:

> Um primeiro cenário leva em conta a possibilidade de um aprofundamento do processo de globalização, acompanhado de um aumento da exclusão social. O enfraquecimento do Estado levaria a uma sua desobrigação maior, relativamente aos serviços públicos, privatizando o que resta de infra-estrutura material de posse do governo. Para um Estado de tal forma enfraquecido, a manutenção de instituições públicas de produção científica e cultural poderia ser vista como um luxo desproporcional. Ainda que algo mais pessimista, esse cenário não é improvável, pois corresponde a um avanço de uma tendência em curso no Brasil e noutras partes do mundo (ib.: 17).

Considerar o cenário acima como provável requer o entendimento de que existem muitos interessados para que desta forma ocorra, como afirma Menezes:

> "Há diferentes agentes que defendem políticas que conduzem a esse cenário, desde políticos com propostas ultraliberais até empresários da educação superior que consideram a universidade pública uma espécie de 'concorrência desleal" (ib.: 17).

Na construção dos cenários possíveis, o autor demonstra a dificuldade de

sobrevivência da universidade pública. Considerando-a como um instrumento para a construção nacional, sua sobrevivência acompanha a importância que é dada ao Estado, ou seja, está havendo um processo de desestruturação nos setores sociais ou como afirmam os defensores desta mudança (nos documentos oficiais), há um processo de "modernização".

No presente contexto o referido autor aponta que a universidade pública tem reduzidas chances de obter vitória, ele indica que a universidade perde por nocaute ou perde por pontos considerando o quadro de desmonte do Estado. Desta forma "a universidade perde sentido quando a nação perde sentido" (ib.: 18).

A partir do entendimento de que há um processo privatista em curso, faz-se necessária uma reflexão sobre um tipo de "empresariamento" ou concepção empreendedora que se instala por toda a universidade. Desta forma, considerando-a como parte de um processo mais amplo de transformações que ocorrem na sociedade brasileira, Menezes nos lança novas interrogações:

> Talvez o limite para o império do mercado não seja muito fácil de estabelecer. Se a previdência social pudesse mesmo ser deixada ao sabor do mercado, como querem alguns, poderiam também a diplomacia e a segurança pública? Se as comunicações, como correio e telefonia, podem ser totalmente entregues à iniciativa privada competitiva, como se está tentando pôr em prática, poderiam também a justiça e o parlamento?
>
> É algo assim que deve discutir ao se analisar a universidade como instituição, e tem sido insuficiente esta discussão, mesmo dentro dela, pois sua crescente exposição ao mercado pode ser, a um só tempo, o instrumento de sua mais completa modernização mas, com a mesma rapidez, o veículo de sua dissolução (ib.: 30).

Uma outra análise que não poderíamos deixar de registrar é a que faz Marilena Chauí, na qual, também partindo da Reforma do Estado, a autora indica o processo de transformação da universidade para a "*universidade operacional*". Chauí afirma que,

> a reforma do Estado brasileiro pretende modernizar e racionalizar as atividades estatais, redefinidas e distribuídas em setores, um dos quais é designado Setor dos Serviços Não-

> Exclusivos do Estado, isto é, aqueles que podem ser realizados por instituições não estatais, na qualidade de prestadora de serviços. O Estado pode prover tais serviços, mas não os executa diretamente nem executa uma política reguladora dessa prestação. Nesses serviços estão incluídas a educação, a saúde, a cultura e as utilidades públicas, entendidas como 'organizações sociais' prestadoras de serviços que celebram 'contratos de gestão' com o Estado.
>
> A reforma tem um pressuposto ideológico básico: o mercado é portador de racionalidade sócio-política e agente principal do bem estar da república. Esse pressuposto leva a colocar direitos sociais (como a saúde, a educação e a cultura) no setor de serviços definidos pelo mercado. Dessa maneira, a Reforma encolhe o espaço público democrático dos direitos e amplia o espaço privado não só ali onde isso seria previsível – nas atividades ligadas à produção econômica -, mas também onde não é admissível – no campo dos direitos sociais conquistados (1999: 211).

A autora entende que, no processo de garantia de acumulação e reprodução do capital e da força de trabalho, o Estado endividou-se e desembocou num processo de dívida pública conhecido como déficit fiscal. E também afirma que o chamado neoliberalismo se tornou a opção preferencial pela acumulação e reprodução do capital como tem sido demonstrado pelo montante das dívidas públicas.

Desta forma, as universidades devem restringir os direitos conquistados como a garantia de gratuidade para todos, sendo retomada idéia de que "os ricos devem pagar pelos pobres", como identifica a autora:

> De fato, a cantilena, 'os ricos devem pagar pelos pobres' significa, em primeiro lugar, que os ricos são vistos como cidadãos (pagam impostos e mensalidades) e os pobres não (mesmo que saibamos que, neste país os ricos justamente não pagam impostos); em segundo lugar, que a educação não é vista como um direito de todos, mas como um direito dos ricos e uma benemerência para os pobres; em terceiro lugar, que a cidadania, reduzida ao pagamento de impostos e mensalidades, e o assistencialismo, como compaixão pelos deserdados, destroem qualquer possibilidade democrática de justiça (1999: 215).

Chauí faz referência à entrada do vocabulário neoliberal na instituição

universitária e apresenta como o MEC compreende autonomia, flexibilização e qualidade. Primeiro, refere-se a concepção de autonomia que

> se reduz a gestão de receitas e despesas, de acordo com o contrato de gestão pelo qual o Estado estabelece metas e indicadores de desempenho, que determinam a renovação ou não renovação do contrato. A autonomia significa, portanto, gerenciamento empresarial da instituição e prevê que, para cumprir as metas e alcançar os indicadores impostos pelos contratos de gestão, a universidade tem "autonomia" para "captar recursos" de outras fontes, fazendo parcerias com as empresas privadas (idem: 216, grifo nosso).

Em seguida, afirma que flexibilizar significa:

> 1) eliminar o regime jurídico de trabalho, o concurso público e a dedicação exclusiva, substituindo-os por "contratos flexíveis", isto é, temporários e precários; 2) simplificar os processos de compras, a gestão financeira e a prestação de contas; 3) adaptar os currículos de graduação e pós-graduação às necessidade locais; 4) separar docência e pesquisa, deixando a primeira na universidade e deslocando a segunda para centros autônomos de pesquisa (ib.: 216).

E por fim, a qualidade que é definida como

> competência e excelência cujo critério é o atendimento as necessidades de modernização da economia e desenvolvimento social; e é medida pela produtividade orientada por três critérios: quanto uma universidade produz, em quanto tempo produz e qual o custo do que produz (ib.: 216).

Estes pontos que destacamos da análise da autora formam um quadro da universidade nos anos 90 que foi configurado por Chauí com a denominação de "universidade operacional". Esta possui características específicas como os "contratos de gestão", avaliação realizada com base em índices de produtividade, docência entendida como transmissão rápida de conhecimentos (transmissão e adestramento substituem a principal marca da docência: a formação) e a pesquisa passa a não ser entendida como conhecimento de alguma coisa mas como "posse de instrumentos para intervir e controlar

alguma coisa".

Como resultado, a referida autora nos atesta que:

> Essa universidade não forma e não cria pensamento, despoja a linguagem de sentido e mistério, destrói a curiosidade e a admiração que levam à descoberta do novo, anula toda pretensão de transformação histórica como ação consciente dos seres humanos em condições materialmente dadas. (id.: 222)

Estamos considerando que a partir da redefinição do modelo de Estado ocorreu um impulso na mesma direção e sentido para as universidades públicas e, desta forma indicaremos, segundo os pesquisadores, quais as características do modelo proposto e que estão sendo implementadas nas universidades públicas, nestes anos 90, referentes às temáticas sobre a autonomia, o financiamento e a avaliação.

2. 2. 1 Financiamento

Em dois documentos do Grupo de Trabalho-Verbas[18] (GT-Verbas) do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior de 25 de novembro de 1991 e de 25-26 de janeiro de 1992, encontramos algumas análises muito significativas sobre a proposta do MEC de modelo para o financiamento das Universidades Federais no início dos anos 90.

O primeiro texto já apresentava uma advertência de que dentro de uma concepção de universidade pública e gratuita, a própria palavra "financiamento" já soa estranha para o que fazia parte apenas da manutenção de um serviço público. Na sequência da análise o documento identifica os objetivos da proposta do MEC que se resumia a um conjunto de "formuletas":

---

[18] O documento de 25/11/1991 intitula-se "Modelo do MEC para o financiamento das Universidades Federais" e o outro de 25-26/01/1992 "Silêncios explícitos ou cumplicidade negociada".

> As intenções reais apreendem-se conta a conta. Trata-se de um processo "objetivo" de desobrigação do Estado com as universidades públicas. É mais uma iniciativa deste governo comprometido com a 'modernidade' capitalista internacional, na qual nos está reservado um papel subalterno (GT-Verbas, 1991: 01).

O segundo documento desenvolve-se com base na mesma concepção do primeiro e apresenta uma caracterização de como era contextualizada a política governamental:

> A idéia do empresariamento da educação não é nova. Há muito já nos defrontamos com ela. Coloca-se via "lógica do capital", na explicitação dos interesses dominantes quanto ao papel das instituições educacionais: tem que ser eficientes e eficazes para gerir e gerar recursos não só para sua manutenção como também para satisfazer as necessidades mais imediatas impostas pelo capital. Arte, Cultura, Ciência e Tecnologia já não se apresentavam como produção do saber - enquanto instrumento de construção de um projeto de desenvolvimento autônomo do país – mas como produção de um saber entendido como mercadoria (GT-Verbas, 1992: 01).

Este é o início dos anos 90 (no governo Collor), os interesses tornam-se totalmente explícitos e, o que antes era tido como possibilidades agora começam a transformar-se em realidades....

É indiscutível a importância do tema financiamento para as universidades públicas e, com maior destaque nos anos 90, diríamos que é um tema fulcral para entendermos os caminhos traçados para as universidades neste período.

Encontramos referências sobre este tema na quase totalidade dos analistas do ensino superior público brasileiro dos quais investigamos.

As pesquisas geralmente relacionam as mudanças na universidade pública e a questão do financiamento com mais de um fator ou com a interligação destes. Temos, na relação com a reforma do Estado, os trabalhos de Lima Neto (1997), Silva Jr. e Sguissardi (1997), Menezes (2000), Amaral (1999), Cunha (1999); articulando com as orientações do Banco Mundial, trazemos as investigações de Dias Sobrinho (1999a), Amaral (1999),

Trindade (1999) ou ainda, os que fizeram menção ao modelo de desenvolvimento capitalista atual, como os de Lima Neto (1997), Chauí (1999), Menezes (2000).

Já apontamos nas seções anteriores que o Banco Mundial tem sido responsabilizado por definições de políticas do governo federal sobre as universidades públicas. Mesmo que não existam acordos firmados com o BM sobre a educação superior (os projetos firmados com o Brasil atingem o ensino básico), o fato é que a presença desta instituição na definição de nossas políticas é inegável.

De acordo com Nogueira[19]

> Na prática, os empréstimos concedidos para o setor educacional brasileiro, abrangendo dois projetos aprovados na década de 80 e os seis projetos em andamento nos anos 90, enquadraram-se nas normas operacionais dos Programas setoriais do Banco. Os empréstimos de ajustes setoriais vêm articulando a assistência técnica a uma noção de desenvolvimento compreendida, atualmente, como necessária (à) reestruturação produtiva, baseada nas desregulamentações financeiras, na liberalização comercial, nas privatizações das empresas públicas-estatais e na flexibilidade da mão-de-obra (1999: 153).

Um dos argumentos da instituição de *Bretton Woods* é de que deve-se priorizar o financiamento do ensino básico em contraposição ao ensino superior pois o primeiro traria um retorno social mais imediato. Destacamos a *Declaração Mundial sobre a Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem* aprovado em Jontien – 1990, como exemplo de iniciativas para o investimento no ensino básico.

Entre os investigadores analisados encontramos generalizadamente os que possuem discordância com a explicação fornecida pelo Banco Mundial, como é o caso de Amaral (1999).

Ao apresentar os dados que apontam, aproximadamente, 20% dos recursos investidos em educação como sendo de responsabilidade da União e 80% sendo da alçada

dos estados, distrito federal e dos municípios, o autor afirma que "não se pode creditar ao ensino superior público federal, que deve ser mantido pela União a responsabilidade pela falta de recursos para os outros níveis de ensino" (Amaral,1999: 193)

A conclusão seguinte é o necessário aumento dos recursos para a educação com os recursos oriundos do fisco que não estão sendo arrecadados devido à enorme evasão fiscal e ainda à efetiva aplicação dos recursos já estipulados para a educação.

Amaral conclui que

> é falsa a questão de que se deve privilegiar um grau de ensino em detrimento do outro. Todos devem ser cuidadosamente zelados e adequadamente assistidos pelos poderes públicos, para que se desenvolvam de forma articulada, eficiente e com qualidade. Os países do chamado primeiro mundo sabem muito bem disso e seus governos investem pesada e indistintamente os recursos da educação – do pré-escolar ao superior – para garantir conjuntamente a cidadania, a formação profissional competente e o desenvolvimento científico e tecnológico.
>
> Existe uma distorção no sistema educacional brasileiro, causada pela perversidade de nosso sistema econômico e social, com relação principalmente à distribuição de rendas, que faz com que os estudantes mais pobres não consigam nem mesmo o acesso ao segundo grau. Esse é o maior problema nacional na área da educação (idem: 193).

Porém, em relação aos investimentos feitos no ensino superior nos últimos anos, se pode denotar, uma concordância com a proposta de desobrigação progressiva com os custos das IFES, da parte do Estado, indicada pelo Banco Mundial.

De acordo com Sguissardi, tanto os montantes globais quanto os percentuais dos gastos do governo federal com as Instituições Federais de Ensino Superior em relação aos gastos educacionais vinculados aos impostos foram reduzidos de R$ 7.926 milhões (22% do total gasto em educação) em 1995 para R$ 6.990 milhões (17, 8% do total gasto em

---

[19] Um bom trabalho que apresenta a trajetória dos acordos com o Banco Mundial é o de Francis Mary Guimarães Nogueira, 1999. *Ajuda externa para a educação brasileira: da USAID ao Banco Mundial* – Cascavel: EDUNIOESTE.

educação), em 1998, e R$ 7.247 milhões (19% do total gasto em educação), em 1999, em uma diminuição de aproximadamente 9,5% relativa a esses valores.

Vejamos a tabela abaixo:

Tabela 1

Gastos dos recursos educacionais vinculados aos impostos
Valores em R$ milhões, a preço de janeiro de 1999 (IGP-DI, FGV)

Ano	Total para a educação*	Gastos com as IFES**	% Gasto com as IFES
1995	36.079	7.926	22,0
1996	37.632	7.135	19,0
1997	37.587	6.784	18,0
1998	39.297	6.990	17,8
1999	36.341	7.247	19,9

- * -Calculado a partir da metodologia de Barjas Negri apresentada no trabalho: Financiamento da Educação Superior, Barjas Negri, Série Documental, Textos para discussão, MEC/INEP, Brasília, 1997.
- ** -Recursos do Tesouro, incluindo inativos, pensionistas e precatórios, Fonte ANDIFES

(Sguissardi, 2000: 19).

O autor também observa que houve um aumento de 21% do total de matrículas nas IFES de 1994 a 1999.

Na tabela II mostra da mesma forma que houve uma diminuição (em termos absolutos e proporcionais) de recursos públicos investidos nas IFES em relação ao PIB.

Tabela II

Recursos do Tesouro aplicados nas IFES em relação ao PIB – Valores em milhões, a preço de janeiro de 2000 (IGP-DI, FGV)

Ano	PIB*	Recursos das IFES**	%
1995	981.500	7.926	0,81
1996	1.064.894	7.135	0,67
1997	1.103.144	6.784	0,61
1998	1.114.300	6.990	0,63
1999	1.052.620	7.247	0,69

*IPEA. (2000). Exibição de Séries, em IPEADATA, Brasília-DF http://www.ipeadata.gov.br/, 17/10/2000

** Recursos do Tesouro, incluindo inativos, pensionistas e precatórios; Fonte - ANDIFES

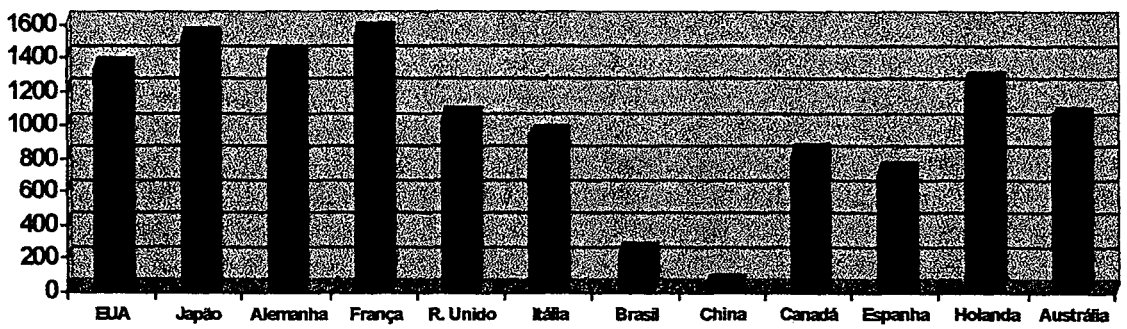
(Sguissardi, 2000: 20)

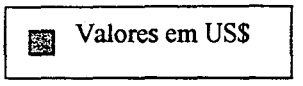
O Brasil com 4,5% do PIB em educação, investe de forma muito inferior aos países que possuem o Produto Nacional Bruto acima de US$ 200 bilhões: Áustria, Índia, Bélgica, Suécia, Suíça, Argentina, Austrália, Coréia do Sul, Holanda, México, Rússia, China, Espanha, Canadá, Reino Unido, Itália, França, Japão, Alemanha e EUA.

De acordo com Amaral

> Excetuando-se a China e a Índia, com superpopulação, o Brasil, o México e a Argentina, dentre esses países, são os que aplicam menos recursos públicos por habitante, ao ano, em educação; US$ 219, 3, US$ 140,5 e US$ 354,2, respectivamente.
>
> A figura que segue ilustra esses valores:

Figura 1





(Amaral, 1999: 62)

Esta situação é contrastante com a de um país que está entre os dez países com maior Produto Interno Bruto porém, está no 74º posto no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), do PNDU (2000) (Sguissardi, 2000: 31). Desta forma, ajuda-nos a entender, que um dos elementos essenciais para o desenvolvimento de um país também está relacionado com o financiamento da educação.

É possível perguntar o que as universidades públicas estão fazendo para se manter considerando uma política de constantes cortes nos recursos destinados a elas?

Dias Sobrinho reconhece que a situação é difícil mas nos fornece indicações sobre qual alternativa tem restado para as universidades públicas

> A universidade pública é restringida, passa por asfixias orçamentárias, submete-se às regras do mercado, tendo que competir com outras instituições semelhantes e até mesmo com empresas, precisa complementar seus recursos através de relações mercantilistas de venda de serviços, enfim, deve passar pelas provas da economia neoliberal (1999: 65).

A universidade pública foi colocada, pelo conjunto de medidas no campo da política educacional e pelas reformas do Estado, numa situação de obrigatoriedade de uma busca incessante por novos recursos.

Além da diminuição dos recursos aplicados na educação superior pública, temos ainda a LDB (LEI 9.394) que dispõe sobre a constituição do Sistema Federal de Ensino, agregando as instituições de educação superior criadas pela iniciativa privada. Isto de acordo com o Grupo de Trabalho sobre Política Educacional-ANDES-SN "abre a possibilidade de instituições privadas de ensino superior receber verbas públicas" (GTPE-ANDES-SN, 1997: 164)

Mas quais as alternativas possíveis num quadro de desmonte e

descomprometimento progressivo do Estado com áreas essenciais como a educação e a saúde?

Ao que tudo indica, ganham relevância as proposições do Banco Mundial, ou seja, variação nas fontes de recursos com alternativas que incluam a participação dos estudantes nos custos, prestação de serviços para a iniciativa privada principalmente na forma de consultorias e ainda a "flexibilização" do quadro de trabalhadores das universidades públicas. Estas possibilidades (que já vêm se realizando) estão a espera de uma definição do tipo de Autonomia que terão as universidades públicas para ganharem maior ou menor impulso.

Na seqüência, observaremos o que se propõe sobre esta temática

2. 2. 2 Autonomia

"ser autor do *nomos*, ser autor da norma, da regra e da lei"
(Marilena Chauí)

A questão da autonomia, com certeza, acompanha a própria história da universidade. No caso brasileiro a importância foi tão destacada que em 1988, com a aprovação da nova Constituição, o tema ganhou uma redação própria no famoso e discutido artigo 207

> "Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão" (Constituição Federal, 1988, art. 207: 117).

Desde então vários setores universitários tem lutado pela auto-aplicabilidade do artigo 207 no enfrentamento com as proposições políticas governamentais que buscam descomprometer-se com o texto aprovado.

Já verificamos que a reforma do Estado exerce grande influência na discussão dos

temas universitários e, de acordo com Lima Neto

> Discutir autonomia universitária para as universidades públicas sem entender quais os propósitos da reforma administrativa em discussão no Congresso e suas consequências para todo o serviço público, não é só uma atitude imprudente como, principalmente, uma incompreensível omissão acadêmica, incompatível com o exercício crítico a que estamos habituados (1997: 256).

Da mesma forma, Chauí explicita a concepção governamental e fundamenta historicamente outra concepção de autonomia

> O léxico da reforma é inseparável da definição da universidade como 'organização social' e de sua inserção no setor de serviços não-exclusivos do Estado. Ora, desde seu surgimento (no século XIII europeu), a universidade sempre foi uma instituição social, isto é, uma ação social, uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais e, estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento de legitimidade internos a ela. A legitimidade da universidade moderna fundou-se na conquista da idéia de autonomia do saber em face da religião e do Estado, portanto, na idéia de um conhecimento guiado por sua própria lógica, por necessidades imanentes a ele, tanto do ponto de vista de sua invenção ou descoberta como de sua transmissão (1999: 217).

Em seguida faz a crítica à autonomia do MEC:

> Ao ser, porém, transformada numa organização administrada, a universidade pública perde a idéia e a prática da autonomia, pois esta, agora, se reduz a gestão de receitas e despesas, de acordo com o contrato de gestão pelo qual o Estado estabelece metas e indicadores de desempenho, que determinam a renovação ou não renovação do contrato. A autonomia significa, portanto, gerenciamento empresarial da instituição e prevê que, para cumprir as metas e alcançar os indicadores impostos pelos contratos de gestão, a universidade tem 'autonomia' para 'captar recursos' de outras fontes, fazendo parcerias com as empresas privadas (idem: 216, grifo nosso).

Neste cenário de disputa em que os interesses em jogo não se circunscrevem somente no espaço das universidades públicas é importante ressaltar o interesse do setor educacional privado para compor um quadro mais completo.

Desta maneira, embora tratando especificamente sobre universidade pública, convém caracterizar minimamente os interesses da universidade privada com as propostas de autonomia, tanto como contraposição, quanto como possibilidades que se avizinham para as universidades públicas. É neste sentido que se pretende entender os objetivos da universidade privada, a partir dos seus interesses imediatos. Se o objetivo primário das empresas educacionais é o lucro, para a universidade pública interessa saber como este toma forma numa proposta de autonomia pois, no último período, a universidade pública tem sido fortemente afetada por uma concepção educacional empreendedora na qual a semelhança entre as distintas instituições tem aumentado muito.

Na perspectiva de Menezes

> Uma razão central para as escolas superiores privadas desejarem seu reconhecimento como universidades, além do apelo publicitário, é a autonomia didática e pedagógica que, especialmente de uma perspectiva empresarial, lhes dá mais agilidade no atendimento de seu mercado, por exemplo pela livre definição de cursos e carreiras (2000: 11, grifo nosso).

Ainda com pouca visibilidade, pelo conjunto que compõe o meio universitário, das consequências para a continuidade de sua própria existência, a perspectiva do empresariamento, incorporada nas proposições de autonomia, tem sido competentemente orquestrada pelo Banco Mundial e pelas políticas do MEC.

Já observamos, de acordo com Trindade, que a proposta do MEC/governo federal (de autonomia, de LDB e a proposta de reforma administrativa) compõe uma estratégia governamental e, que esta, traz no seu bojo uma inegável maior liberdade de gestão financeira e administrativa; porém abrem-se questionamentos:

Compensará conter ou mesmo reduzir os recursos públicos para as universidades? Valerá a pena os efeitos nocivos do fim do regime estatutário e da estabilidade? Compensará o deslocamento, para o âmbito local das definições salariais e trabalhistas,

considerando-se a diferenciação das universidades nesses aspectos? Será válida a "opção" pela transformação das universidades em organizações sociais?

A resposta é negativa segundo Lima Neto[20] pois, a consequência prevista pelo autor seria "a fragmentação e fragilização do sistema federal de ensino superior" (1997: 258).

Um dos momentos decisivos da batalha pela autonomia deu-se com a aprovação da Lei 9.394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, ou a LDB Darcy Ribeiro[21]. No seu artigo 54 estabelece que

> As universidades mantidas pelo Poder Público gozarão, na forma da lei, de estatuto jurídico especial para atender as peculiaridades de sua estrutura, organização e financiamento pelo Poder Público, assim como dos seus planos de carreira e do regime jurídico de seu pessoal.

A autonomia desta forma, estabelece a flexibilização da legislação trabalhista, pilar fundamental do atual processo de exploração da força-de-trabalho.

Observaremos na próxima seção como o Estado se propõe a repassar os recursos às universidades públicas de acordo com a sua proposição de autonomia.

2. 2. 3 Avaliação

"As origens do que hoje se
conhece por avaliação institucional
correspondem ao momento em que as idéias
neoliberais ganham força no mundo
capitalista avançado"
(José Dias Sobrinho)

---

[20] O texto de Newton Lima Neto (1997) "Políticas para o ensino superior : a reforma do Estado e a Autonomia administrativa e financeira das Universidades federais" traz ao final um quadro comparativo sobre a Natureza Jurídica, Regime de Pessoal, Autonomia Gerencial, Orçamentária e Financeira constantes, no Projeto de Lei Ordinária (LDB CÂMARA), a proposta de LDB do senador Darcy Ribeiro, o projeto da ANDIFES, o texto constitucional aprovado em 1988 e a PEC-173 (reforma administrativa).

[21] Para conhecer a trajetória da LDB, ver artigo de Maria da Graça Nóbrega Bollmann, 1997. *LDB: do processo de construção democrático à aprovação anti-democrática.* In: Universidade e Sociedade n. 12

Em 1995, o documento resultante do Planejamento Político-Estratégico do MEC (1995-1998) afirmava a inexistência de mecanismos institucionalizados que pudessem indicar a qualidade do ensino e a eficiência da gestão, que fossem eficazes para "promover a elevação do padrão de atendimento" no ensino superior. Deste texto decorreu a proposição de organizar um sistema de avaliações com a criação dos "exames de final de curso e avaliação por comissões especiais". Ressaltamos uma particularidade do documento que, fazendo referência específica às instituições federais, propugnava "associar recursos a indicadores de desempenho".

Atualmente estas já são as formas de avaliação utilizadas pelo MEC. O que há pouco estava somente no papel configura-se, nos dias de hoje, como uma prática estabelecida em âmbito nacional, entretanto, cheia de querelas...

Antes de abordarmos a questão da Avaliação nos dias atuais, resgatamos brevemente, uma trajetória da questão da avaliação a partir da reforma do ensino superior de 1968. Verificamos que, neste período, estavam presentes duas proposições, a saber, o Plano Atcon e o Relatório da Comissão Meira Matos.

Na proposição do Plano Atcon estava contido um modelo empresarial para o sistema universitário brasileiro, fundado na proposta da organização de fundações privadas. No Relatório da Comissão Meira Matos havia indicações de medidas destinadas ao acompanhamento da nova realidade econômica, com uma perspectiva eficientista de Educação Superior[22].

Nos anos setenta expandem-se movimentos pela avaliação da reforma do ensino superior. Contudo, este período, até o início dos anos 80, fica marcado por movimentos "contra o controle oficial e a vida política da nação" (Leite, 1998: 60).

---

[22] Sobre esta questão ver Maria de Lourdes Fávero, *Da universidade Modernizada à Universidade Disciplinada: Atcon e Matos*. Educação e Sociedade. São Paulo: Cortez- CEDES, n. 30.

Por sua vez, em 1983, o Ministério da Educação apresentou o Programa de Avaliação da Reforma Universitária – PARU, cujos temas principais eram a produção e distribuição do conhecimento e a gestão das Instituições de Ensino Superior[23].

Nos anos 90 fica evidenciado o forte interesse na utilização de procedimentos de medição de resultados por parte do MEC/governo federal. No Plano Setorial de Educação 1991-1995 do governo Collor, em seu preâmbulo, havia a indicação de que a autonomia universitária dependeria do desempenho das instituições (Leite, 1998: 61).

Segundo Leite,

> Nesse período, o Banco Mundial apresentou relatório ao Governo, afirmando que as necessidades principais do Brasil em termos educacionais estavam no ensino primário e secundário. Consideravam que o ensino superior também era importante para a qualificação do trabalho de nível médio e alto. Mas o volume de gastos públicos faria com que questões como eficiência e efetividade tivessem de ser levados em conta (1998: 61).

Porém, em dezembro de 1992, com o *impeachment* do presidente Fernando Collor de Melo, desacelerou-se o processo em curso. Por iniciativa da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES, elaborou-se uma proposta de Avaliação Institucional que foi submetida e aprovada pela Secretaria de Educação Superior do MEC. Este foi denominado de Programa de Avaliação institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB.

De acordo com Leite o PAIUB, é inspirado "nas experiências holandesa, francesa e portuguesa de avaliação, prevendo-se três etapas iniciais de trabalho, ou seja, diagnóstico, auto-avaliação e avaliação externa" (1998: 61).

Todavia, com a instituição do **Exame nacional de Cursos**, criado pela lei 9131/95 e assim denominado pela Portaria Ministerial nº 249/96, o PAIUB passou a ser desconsiderado, embora formalmente ainda exista.

---

[23] Ver sobre o assunto Luiz Antônio Cunha no artigo *Nova Reforma do Ensino Superior: a lógica*

Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9394/96) a União passa a ter o direito de estabelecer um processo permanente de avaliação do rendimento escolar e das instituições. Para tal intuito, articula um sistema composto pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o Exame Nacional de Cursos (ENC – mais conhecido como "Provão") e a reformulação do sistema de avaliação da pós-graduação.

Ainda em outubro de 1996 o governo federal instituiu o Decreto 2026 que dispunha sobre as previsões e procedimentos sobre o processo de avaliação de cursos e das instituições de ensino superior. Leite indica que esse processo compreende

> -Avaliação da Pós-Graduação *stricto sensu,* conduzida pela CAPES;
> -Exame Nacional de Cursos, conduzida pela SEDIAE, mediante terceirização;
> -Auto-avaliação das IES;
> -Análise dos cursos de Graduação, conduzida por especialistas (1998: 63)

O governo federal também demonstrou preocupação no âmbito internacional com a questão da avaliação. Por indicação do governo brasileiro foi inserida uma proposta de desenvolvimento interamericano de avaliação educacional.no documento do Plano de Ação em Educação e este, foi aprovado na reunião dos chefes de Estado da Cúpula das Américas (Chile - 1998).

Verificamos que este sistema encontra-se de acordo com as orientações do Banco Mundial referentes à avaliação. A avaliação é considerada, para o Banco Mundial, como um mecanismo verificador da produtividade, da qualidade e da eficiência do ensino superior.

Para Dias Sobrinho, o Banco desenvolve um modelo de avaliação cientificista, cuja importância fundamental está na relação entre custos e rendimentos. Esta concepção

---

reconstruída. In: Cadernos de Pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 101

remete para a idéia de que a qualidade se torna "reduzida àquilo que se pode medir e quantificar" (1999a: 64).

Ainda de acordo com o referido autor, o sistema de avaliação adotado no Brasil nos permite inferir que:

> A medição e sua expressão numérica permitem a comparação das instituições e a produção de hierarquias, produzindo instrumentos tidos como objetivos e confiáveis para a alocação orçamentária, no caso das instituições públicas. Para tanto, passam a ser muito importantes indicadores como os seguintes: aumento anual de vagas preenchidas; número de alunos formados; proporção de docentes com titulação de mestre e doutor; proporção de docentes em dedicação exclusiva; proporção entre professores e estudantes e servidores; número e avaliação dos cursos de pós-graduação; tempo médio de conclusão dos cursos; custo do aluno; capacidade de captação de recursos junto às empresas, etc. (idem: 64).

Outras referências a questões controversas são apontadas, como o currículo que é o definidor de parâmetros na relação com o aspecto da formação profissional, porém "deve antes de tudo estar afinado com as necessidades do mercado", analisa o autor.

Esta orientação para o mercado apresenta como problema a privatização de um recurso público, qual seja, "a formação, a produção dos conhecimentos e da cultura, o desenvolvimento da consciência social, a crítica e a construção da sociedade" (ib.: 68) que são atribuições das universidades.

As críticas oferecidas pelo autor partem de uma visão de avaliação como um instrumento que produz alterações no sistema educacional e, portanto, na sociedade. Desta forma é uma questão de interesse público, é uma questão política relativa ao papel da universidade na construção da sociedade e "na produção do futuro" (ib.: 61).

No campo do entendimento político do processo de avaliação, Sordi nos lembra de que este recurso é fundamental nas relações escola-sociedade, além de qualificar o

processo educativo, porém "a história tem evidenciado que seu uso distorcido, sob a aparência técnica dissimula seu forte componente político" (1998: 53). Este alerta visa demonstrar que a atual política governamental "usa a pretensa neutralidade da avaliação como anteparo para processar a pasteurização das instituições de modo a que se ajustem ao tipo de escola necessário ao projeto neoliberal" (Sordi, 1998:53).

Mais especificamente, a autora indica que o Estado pode abrir mão da sua presença direta na definição dos currículos, desde que mantenha o controle dos instrumentos avaliativos. Para Sordi

> A intervenção minimalista do Estado, cede espaço às práticas altamente intervencionistas, dissimuladamente executadas, uma vez que **usa a mão invisível da avaliação para obter êxitos políticos e ideológicos**, pelo envolvimento da população em um debate essencialmente técnico, rigorosa e neutramente realizado (1998:54)(grifo nosso).

A autora busca desvendar o que há por trás do inocente conceito de qualidade, tido como objetivo do processo avaliativo, na atual proposta do MEC. Da mesma forma, oferece indicações sobre características presentes na realidade social que são desconsideradas pelo projeto governamental. Afirma a autora que

> Em uma sociedade de classes como a nossa, percorrida ponta a ponta por desigualdades sociais e econômicas que geram desigualdades culturais e padrões diferenciados de acesso aos bens escolares, importa saber se há possibilidade de se conceituar um padrão de qualidade que se ajuste a populações tão díspares (Sordi, 1998: 55).

Este modelo de avaliação é baseado em índices de produtividade e, em se tratando dos cursos de graduação nas universidades, a verificação é realizada a partir do resultado final, ou seja, fica resumida no exame feito pelo estudante quando termina o curso.

2. 2. 3. 1 O Exame Nacional de Cursos (Provão)

"O Provão não aprova nada"
(UNE)

O conjunto de investigadores sobre a questão da avaliação institucional, aos quais, recorremos neste trabalho, parecem estar de acordo quanto a um conjunto grande de limitações detectadas na proposta do Exame Nacional de Cursos apresentada pelo MEC.

A proposição do MEC surgiu através da Medida Provisória 1018 de 08/06/95, transformada em lei sob o nº 9131 de 24/11/95 com a seguinte redação no seu artigo 3º

> o Ministério da Educação e do Desporto fará realizar avaliações periódicas das instituições e dos cursos de nível superior, fazendo uso de procedimentos e critérios abrangentes dos diversos fatores que determinam a qualidade e a eficiência das atividades de ensino, pesquisa e extensão.
>
> § 1º Os procedimentos a serem adotados para as avaliações a que se refere o caput incluirão, necessariamente, a realização, a cada ano, de exames nacionais com base nos conteúdos mínimos estabelecidos para cada curso, previamente divulgados e destinados a aferir os conhecimentos e competências adquiridos pelos alunos em fase de conclusão dos cursos de graduação (1995).

É importante enfatizarmos que esta proposta sofreu enormes resistências de um amplo conjunto de setores envolvidos com a educação superior, principalmente pelos estudantes e suas entidades representativas. Esta repercussão atraiu ainda mais a atenção dos pesquisadores.

Se considerarmos que a avaliação tem ocupado um destacado papel nos Estados atuais, nas distintas esferas da administração pública, da mesma forma observaremos que este fenômeno está articulado com a forma presente de acumulação capitalista, impondo uma redução das atividades sustentadas pelo Estado no modelo chamado de *Welfare State.* A idéia básica é a seguinte, para que possam ocorrer cortes nos orçamentos estatais são necessárias justificativas. E a avaliação tem servido para se chegar a conclusões como por

exemplo a existência de um excessivo número de funcionários, a má utilização dos recursos públicos, a baixa relação entre o número de professores e de estudantes, entre tantas outras. Desta forma, a avaliação atende a uma necessidade no campo das relações econômicas porém, surge como um elemento ideológico, legitimador de determinada perspectiva de mundo.

Neste cenário complexo-contraditório, por vezes, é comum ouvirmos dizer (principalmente pelas classes dirigentes e seus porta-vozes no governo) que a educação é "responsável pelos declínios e dificuldades econômicas, sociais e políticas" (Dias Sobrinho, 1999b: 28). E percebemos também, que a avaliação tem servido para que estes governos organizarem as reformas educacionais, necessárias às novas exigências.

Conforme House "a avaliação se tornou uma ferramenta para informar e legitimar as medidas impopulares que os governos tiveram que tomar, e que freqüentemente significam cortes de orçamento" (1993: 53, citado por Dias Sobrinho, 1999b: 28-29).

Para implementação das proposições governamentais, este utiliza o argumento no qual afirma que as universidades tem medo de serem avaliadas. Desta maneira, corrobora também, a forma imposta com que são submetidas as instituições universitárias ao Exame Nacional de Cursos.

O Provão surge como um arquétipo deste novo modelo de avaliação, trazendo no seu bojo, elementos que dizem respeito, mais especificamente, ao universo empresarial como a competitividade, a produtividade, a seletividade, etc.

Mas como este processo acontece?

O Exame Nacional de Cursos é um teste realizado com os estudantes no ano de conclusão dos seus próprios cursos. Destes testes constam questões elaboradas a partir de um currículo mínimo, estabelecido as suas diretrizes por uma comissão nomeada pelo MEC, geralmente com representantes do Conselho Federal dos cursos, representante do

Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, representantes da Associação Nacional do curso de Graduação de cada curso selecionado e representante da Secretaria Nacional de Ensino Superior.

A partir das diretrizes de cada curso, uma entidade externa ao MEC elabora as questões da prova, unificada para cada curso e aplicam em todo o país, geralmente no mês de junho. O processo de inclusão dos cursos foi estabelecido de forma gradual, iniciando-se com 3 cursos em 1996 até a presente edição em 2000 com a participação de 18 cursos.

Além do teste, os estudantes devem entregar também, no dia da prova, um questionário pesquisa que lhes é enviado antes. Neste questionário-pesquisa os estudantes opinam sobre aspectos referentes à cada curso.

Além da caracterização deste modelo de avaliação, como uma proposta articulada a uma concepção empreendedora que é instituída pelo MEC, outros elementos são problematizados pelos investigadores. Dias Sobrinho compreende que "as avaliações devem constituir um conjunto articulado, um programa integrado por idéias e ações coerentes, organizadas e com intencionalidade educativa" (1999b: 38) e, neste sentido, aponta algumas limitações do Provão. A primeira refere-se ao currículo

> Outra crítica referida aos exames gerais é de que eles praticam uma banalização e um engessamento dos currículos, afastando de sua construção e vivência os professores e os alunos. A definição dos currículos passaria a ser induzida por agências externas, pretensamente neutras, objetivas e detentoras da boa técnica de elaboração de instrumentos de medição. Ora, se o importante para os alunos é passar nos exames e, para a instituição, é classificar-se bem, não estaria sendo alimentada, então, a tendência a ensinar aquilo que supostamente vai cair na prova e os jeitos mais adequados de obter bons resultados?

O autor busca corroborar a sua afirmação em Cardoso

> A história mostra com toda a clareza que onde esteve em vigor um importante exame externo, aí se desenvolveu rapidamente uma tradição de exames externos. Esta tradição de exames passados acaba por definir o currículo de facto. Os professores

> consideram os tipos de actividade intelectual requeridos pelas perguntas dos testes nos anos anteriores e preparam seus alunos para enfrentar essas exigências (...) A entidade que controla o conteúdo dos testes mediante a tradição de exames passados controla o que é ensinado, como é ensinado, o que é aprendido e como é aprendido (1993: 82, citado por Dias Sobrinho, 1999b: 43-44)

Outra referência crítica, diz respeito a avaliação pelo resultado final (o estudante) pura e simplesmente, como capaz de aferir temas complexos como a universidade pública em sua amplitude. Afirma o autor

> Importam aí sobretudo os produtos, na verdade aqueles produtos que foram previamente escolhidos como padrão de qualidade, independentemente dos processos que os produziram, dos contextos que lhes dão significação mais completa, das condições diferenciadas que os engendraram.
>
> Nessa perspectiva positivista e tecnicista, a realidade é tida como unidimensional e, portanto, requer um pensamento e uma linguagem unívocos e abstraídos do mundo social em que se produzem. É como se os produtos tivessem vida própria e pudessem ser destacados dos contextos históricos e existenciais, para se ajustarem a esquemas mentais e instrumentos técnicos abstratamente concebidos que os medissem e os explicassem (1999b: 41-42).

O autor assevera que "para o aluno que presta o exame nos momentos finais de seu curso, nada resta a fazer, em termos pedagógicos, embora o resultado obtido possa ser a diferença entre conseguir ou não um emprego" (idem: 43). Ressaltamos que esta referência, também foi uma das principais críticas apresentadas pelas entidades de representação dos estudantes nos movimentos contra o Provão, principalmente no ano de sua implantação.

De outra forma é inegável que este modelo, mesmo diante de críticas de vários segmentos ligados as entidades de representação das esferas educacionais e de pesquisadores, possui grande serventia aos propósitos do MEC/governo federal dada a sua insistência no processo de implementação. Evidenciado numa forte consolidação nos dias

atuais.

Para Dias Sobrinho, as provas do Exame Nacional de Cursos

> Cumprem a função esperada de responder rapidamente às demandas de cunho político e administrativo, como elementos de informação para reconhecimento, credenciamento, recredenciamento ou descredenciamento de instituições e cursos, organizam as gradações de imagens sociais e também podem orientar indiretamente as políticas de distribuição orçamentária no setor público (ib.: 43).

Na seqüência descreveremos e analisaremos o funcionamento e as articulações das EJ com a política educacional e os processos de avaliação do MEC.

CAPÍTULO II - PARA UM NOVO MODELO DE UNIVERSIDADE UMA NOVA FORMA DE ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDANTES: A EMPRESA JUNIOR

"- Aqui, somos responsáveis por
tudo e podemos ter uma visão mais completa
do que é uma experiência real de negócios"
(Alexandre, presidente da EJ do
C.C.A. em Lages-SC, em entrevista a "Revista
Veja" – 14/05/99)

Temos observado rápidas transformações também na universidade, uma instituição multissecular, que possui na sua história registros de confrontos com a Igreja, com governos e impérios. Se esta não saiu-se vitoriosa, naqueles períodos, aqueles que a fizeram souberam preservar preceitos fundamentais que a caracterizam ainda nos dias de hoje.

Nos dias atuais, porém, a situação é bastante diferente. As alterações na instituição universidade podem retirar-lhe características essenciais transformando-a simplesmente numa organização (social) à serviço da reprodução e acumulação do capital.

Nenhum setor está imune às consequências das transformações no mundo da produção, muito menos a universidade pública que encontra-se **sitiada e em ruínas**[24], também não escapam os docentes e os técnico-administrativos sobre os quais paira o espectro do desemprego e do chamado arrocho salarial e, da mesma forma, os estudantes que encontram dia a dia menores condições de exercerem uma prática profissional a qual destinaram sua formação acadêmica.

É sobre os estudantes ou mais especificamente sobre uma nova forma de organização dos estudantes que desenvolveremos as investigações neste capítulo.

[24] Respectivamente são as expressões utilizadas por Luiz Carlos de Menezes (2000) e Marilena Chauí (1999), com as quais sintetizam as suas análises sobre a situação da universidade pública.

Referimo-nos às Empresas Juniores, uma entidade que se constituiu, efetivamente, nos anos 90 aqui no Brasil e em Santa Catarina. Sua história, seus objetivos, sua concepção, suas articulações, sua organização, suas perspectivas e sua relação com a política educacional e a universidade pública, são o que veremos a seguir.

Antes porém, queremos expor neste capítulo, o itinerário que fizemos apresentando os procedimentos de pesquisa e recursos materiais que contamos para a sua realização.

Os materiais que encontramos sobre Empresa Júnior (EJ) são, na sua grande maioria, de autoria das próprias EJ. Utilizamos os estatutos (anexo II, exemplo de estatuto), boletins e jornais confeccionados pelas próprias entidades de representação do movimento júnior (forma utilizada pelos integrantes das EJ para se autodenominarem) e, principalmente, entrevistas que realizamos com representantes das EJ da UFSC e da Federação de Empresas Juniores do Estado de Santa Catarina – FEJESC.

O fato de ser uma forma de organização com existência recente implica um reduzido número de trabalhos realizados sobre as mesmas. Além destes, encontramos informações em jornais de circulação nacional, na Revista do Provão (MEC), boletim do IEL e informativos do SEBRAE.

Desta forma, a principal fonte secundária que utilizaremos, visando a definição e a história das EJ é o trabalho de Matos (1995), *"A Empresa Júnior no Brasil e no Mundo"*.

Justificamos a escolha deste estudo ser realizado na Universidade Federal de Santa Catarina devido ao fato de ter sido uma das primeiras universidades e um dos primeiros Estados a organizar uma federação estadual de EJ e estas possuírem uma forma de constituição bastante padronizada, além de, a maioria das EJ federadas e a própria sede da federação, encontrarem-se na UFSC.

Sobre as entrevistas é importante ressaltar a forma adotada. Foram feitas oito

entrevistas com estudantes que participam das EJ da UFSC e/ou da federação. As entrevistas foram gravadas, transcritas e tinham a duração estabelecida entre 60 e 90 minutos. Aos entrevistados foi apresentado um roteiro de questões a serem respondidas no transcorrer da entrevista, sendo que, o roteiro era maleável de acordo com o teor das conversas e dos conteúdos.

Das dez EJ em atividade na UFSC (1 no CCS, 1 no CSE e 8 no CTC), entrevistamos representantes de seis (1 no CCS, 1 no CSE e 4 no CTC), sendo que três representantes participavam também da FEJESC. Ainda realizamos mais uma entrevista com o ex-presidente da FEJESC (gestão 1999-2000) que participava de uma comissão nacional de representantes de federações de EJ, convocada pelo MEC para avaliar e estabelecer critérios para definir como deve ser uma EJ, com vistas a aferição no Exame Nacional de Cursos.

Para identificação das entrevistas, optamos pela alteração dos nomes dos entrevistados e, doravante passaremos a indicá-los com os respectivos pseudônimos:, Júlia, Souza, Celso, Márcio, Luís, Cláudio, Paulo e Fernando

As EJ que procuramos para as entrevistas e que prestativamente nos atenderam foram a Nutri Jr. (Empresa Júnior de Consultoria em Nutrição), Ação Júnior (Consultoria dos Alunos do CSE), EPEC (Escritório Piloto de Engenharia Civil), NPI (Núcleo de Projetos em Informática), EJEP (Empresa Júnior da Engenharia de Produção), EMC (Empresa Júnior da Engenharia Mecânica) e a própria FEJESC (Federação de Empresas Juniores do Estado de Santa Catarina).

.Por fim participamos de debates com as diretorias da FEJESC (gestão 1999-2000 e 2000-2001) ocorridos no curso de Educação Física (CDS) e no evento denominado "Circuito Integrativo 2000" no Centro Tecnológico.

2. 1 Trajetória histórica das Empresas Juniores, no Brasil e na Universidade Federal de Santa Catarina

De acordo com Matos, as EJ surgiram originalmente na França no ano de 1967. Um grupo de estudantes universitários franceses havia identificado um distanciamento entre as necessidades empresariais e a formação adquirida nas instituições universitárias. Porém, conforme afirma o autor, as universidades não poderiam "corrigir essa deficiência" em curto prazo, pois as alterações curriculares são processos que levam tempo para ocorrerem.

Portanto, para esses estudantes foi necessário construir um instrumento que colocasse os discentes em contato com o mercado de forma direta e, "sem as deficiências das outras formas existentes, como os estágios em empresas convencionais" (Matos, 1995: 71).

Na França, desde a criação das EJ até 1998, estas já eram consideradas um fenômeno econômico e empresarial contando com um faturamento de 19 milhões de dólares em 114 Empresas Juniores, em quatro mil e duzentos projetos realizados (FEJESP, 1998: 3).

No Brasil, o processo de constituição das EJ percorreu outro caminho. Foi através da Câmara de Comércio França-Brasil (CCFB), por proposição de um dos diretores, que o conceito Empresa Júnior foi apresentado em meados de 1987. A idéia foi repassada aos estudantes de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Segundo Matos, o processo de amadurecimento da idéia foi longo até que se chegasse a um modelo para ser implementado na realidade brasileira, no qual constaram viagens de estudantes até a França para conhecerem a experiência dos estudantes

franceses.

O pioneirismo no funcionamento deu-se pelos estudantes da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV) que, apesar de constituírem sua Júnior em 1988, iniciaram as atividades no ano de 1989. É interessante destacar que o primeiro projeto concluído foi um trabalho de Organização e Métodos para a Fundação S.O.S. Mata Atlântica que foi financiado pela **Câmara de Comércio do Estado de São Paulo** no qual, segundo o autor, "a Júnior GV pôde, através de publicidade, ganhar espaço na mídia, divulgando seus serviços junto à comunidade empresarial" (Matos, 1995: 67).

Este processo, no Estado de São Paulo, teve um desenvolvimento muito rápido, sendo que em meados de 1990 já havia sido fundada a Federação das Empresas Juniores do Estado de São Paulo (FEJESP).

Destacamos, da mesma forma, dois tópicos que o referido autor considera importantes no processo de instalação das EJ no Brasil.

O primeiro faz indicação à forma adotada de modelo de EJ a ser criado. Ou seja, dentre as duas possibilidades de substanciar uma EJ, transpondo mecanicamente o modelo francês no qual a entidade a ser criada tende a conservar as características originais ao longo do tempo ou, desenvolver uma forma que fosse alterada tanto quanto necessária para se adaptar no novo ambiente inserido, optou-se pela segunda.

O segundo diz respeito ao reconhecimento de características facilitadoras do momento capitalista atual. Conforme o autor,

> Não é incorreto dizer que o conceito de Empresa Júnior passa a ser difundido mais rapidamente no bojo de um processo de globalização facilitado pela ampla comunicação atual, que permite inclusive trocas de experiências entre os modelos de associações existentes. A Empresa Júnior distancia-se obviamente, da Coca-Cola por se tratar de uma forma de organização estudantil com propósitos bem definidos que deverão ser adequados à realidade nacional; não se trata de um produto comercial de fácil

> aceitação cuja fórmula secreta determina padrões rígidos de produção. Bem diferentemente, utiliza uma experiência internacional para solucionar um problema interno (Matos: 1995, 77).

No que concerne a difusão da idéia de Empresa Júnior, verificamos que todas as EJ da UFSC e, também a Federação de Empresas Juniores do Estado da Santa Catarina (FEJESC), possuem *home page* e endereço eletrônico. Nas páginas constam, desde informações sobre os tipos de serviços prestados passando por um breve histórico do movimento júnior, até a inclusão de *links* dos principais apoiadores como a UFSC e o SEBRAE-SC e ainda, em alguns casos, estão incluídos o estatuto da EJ e o código de ética do movimento júnior.

Por fim, no processo de implementação das EJ no Brasil, apresentamos uma particularidade decisiva para que estas se efetivassem. Referimo-nos à forma encontrada para abster as EJ de encargos como equipamentos, aluguéis, móveis entre outros que, segundo o autor, ocorreu da seguinte forma:

> De comum acordo entre estudantes e universidades assegurou-se que a Empresa Júnior possuiria espaço físico nas dependências da instituição de ensino a que pertencesse. Afinal de contas, suas atividades eram voltadas à instituição de ensino, além de ser constituída por estudantes pertencentes a ela (Matos:1995, 79).

Este fato, do mesmo jeito, se verificou nas EJ da UFSC e na FEJESC, pois todas possuem sede no prédio do Centro de Ensino ao qual fazem parte e contam com uma boa parte dos equipamentos, como computador, mesas e cadeiras, telefone, luz, entre outros, cedidos pela instituição sem nenhum custo para as EJ[25].

[25] Na França as Empresas Juniores arcam com os encargos e localizam-se em prédios comerciais foras das universidades.

A primeira EJ fundada na Universidade Federal Santa Catarina foi a Ação Júnior (Empresa de Consultoria dos Alunos do CSE) em 13 de dezembro de 1990 e, segundo o estatuto, sua área de atuação corresponde a dos cursos de **Administração, Ciências Contábeis, Economia e Serviço Social**[26].

Entretanto, a formação da FEJESC ocorreu no ano de 1994 e esta também encontramos sediada no Centro Sócio-Econômico da UFSC.

No processo histórico de constituição das EJ observamos o estabelecimento de um molde de organização, com validade em âmbito nacional.

2. 2. Organização político-administrativa das Empresas Juniores

Verificamos que o conceito Empresa Júnior encontrou ressonância nas instituições de ensino superior, facilitado pelo tipo de implementação adotado.

Detectamos, nos processos organizativos das EJ, a adoção de um modelo bastante padronizado. De acordo com o desenvolvimento obtido por estas entidades, entendemos que a escolha realizada (concernente ao modelo) pelo movimento júnior alcançou um dos propósitos iniciais que foi a difusão do conceito Empresa Júnior.

O número de EJ cresceu rapidamente, nos primeiros anos, por São Paulo e em outros Estados como a Bahia e também em Santa Catarina, compondo um quadro de pioneirismo no Brasil.

O número crescente de EJ nos próprios Estados e a preocupação com o padrão estabelecido pelas primeiras EJ levou-as à necessidade de criarem um órgão que coordenasse e regulamentasse as atividades das entidades existentes. Adotou-se o modelo

[26] A Ação Júnior é a única Empresa Júnior da UFSC que engloba mais de um curso na sua composição e área de atuação.

de Federações de EJ. Foi o estado de São Paulo que primeiro se organizou, criando a FEJESP, e logo os outros Estados fundaram suas federações. O rápido desenvolvimento das EJ nas Universidades Públicas e também nas Universidades Privadas possibilitou uma articulação de âmbito nacional, através da realização de Encontros Nacionais de Empresas Juniores – ENEJ.

Segundo um dos entrevistados, representante da Federação das Empresas Juniores do Estado de Santa Catarina, as EJ estão discutindo uma forma de organização nacional. A idéia que prevalece entre os participantes do movimento júnior é pela criação de uma confederação brasileira de empresas juniores. As EJ consideram o fato de, em alguns Estados, já haver se consolidado o modelo de Federação e em outros, com a constituição de poucas EJ, ainda não, como um fator de dificuldade para a sua articulação nacional.

Atualmente as EJ mantém a observância à seguinte estrutura político-administrativa: Encontro Nacional de Empresas Juniores (ENEJ); Conselho Nacional de Empresas Juniores (CONEJ); Encontro Regional de Empresas Juniores (EREJ); Federação Estadual de Empresas Juniores; Empresas Juniores.

A estrutura da Federação é composta, basicamente (neste caso, a FEJESC), por um conselho deliberativo (composto por representantes de cada EJ) e uma diretoria executiva (Diretor Presidente, Diretor Vice-Presidente, Diretor Financeiro, Diretor de Marketing, Diretor Operacional, Diretor de Qualidade e Diretor de Relações Externas).

Por sua vez, a estrutura das próprias EJ pesquisadas na UFSC possui uma formatação que inclui membros associados e é composta por um conselho deliberativo e uma diretoria executiva (verificamos que existe uma pequena variação das funções administrativas nas entidades visitadas; as diretorias executivas geralmente contém: Dir. Presidente; Dir. Administrativo; Dir. de Eventos; Dir. Financeiro; Dir. Marketing; Dir. de Projetos; Dir de Qualidade e Recursos Humanos).

Esta estrutura em forma de diretorias é similar a de muitas empresas, asseguram os entrevistados referindo-se sobre a constituição das EJ. Isto não é nenhum problema na perspectiva do movimento júnior, pois vivenciar a realidade do mercado está entre os principais objetivos deste. Vejamos a seguir.

2. 3. Objetivos das Empresas Juniores

As Empresas Juniores possuem denominação jurídica na forma de associação civil sem fins lucrativos e são regidas por um estatuto aprovado pelos seus membros associados.

Segundo as formulações das próprias EJ da UFSC (e de seus representantes) constam dos seus objetivos principais, os itens por nós selecionados abaixo:

- contribuir na formação profissional dos estudantes, pela execução de serviços, principalmente de consultoria, da área específica de cada EJ, através da relação direta com o mercado;
- incentivar o espírito empreendedor nos estudantes;
- fornecer um complemento prático à formação teórica dos estudantes;
- valorizar estudantes e professores da Universidade Federal de Santa Catarina no mercado de trabalho e no âmbito acadêmico, bem como a referida instituição.

A forma pela qual estas entidades empreendedoras buscam alcançar os seus objetivos dá-se pela consecução das atividades de prestação de serviços nas áreas correspondentes de cada organização júnior e também pela realização de eventos[27].

[27] Os eventos são geralmente atividades de debates sobre os trabalhos realizados e/ou palestras com representantes das diversas esferas profissionais e empresariais.

Embora as EJ não façam somente serviços de consultoria para sua própria manutenção e sobrevivência, é reconhecido que este serviço é o que lhe dá maior sustentação.

As EJ possuem uma mercadoria principal que são as consultorias realizadas a baixo custo, e esta, lançada no mercado tem como principais compradores as micro e pequenas empresas. Isto ocorre devido ao fato de as EJ se apresentarem ao mercado como uma entidade sem fins lucrativos, subsidiada pelas universidades com a utilização de salas para sede e materiais básicos como mesas, cadeiras, telefone, luz e ainda contam com a participação de um professor orientador que verifica e acompanha os projetos de consultoria. Ou seja, de um lado estes subsídios possibilitam que as EJ forneçam um trabalho com custos reduzidos e também, não sendo o lucro o objetivo, as EJ conseguem reduzir o preço da hora técnica cobrada nos seus serviços. De outro lado, as micro e pequenas empresas não contam com recursos suficientes para contratação de serviços de consultorias de empresas especializadas. Desta forma, fecha-se um pequeno filão do mercado que encontra-se fora dos interesses imediatos do grande capital, pois não seria prudente apresentar uma mercadoria para um público que não teria condição de consumí-la.

Destacamos, entretanto, que as EJ mantém uma relação com o SEBRAE, na qual fazem o papel de apresentar para as micro e pequenas empresas alternativas de financiamento. O tipo que se enquadra, tanto para as EJ como para as micro e pequenas empresas, é o Programa de Apoio Tecnológico para as Micro Empresas (PATME).

Dentre os objetivos das EJ, que dispõe de amplo crédito, está a difusão do empreendedorismo, tópico que sublinharemos a seguir.

2. 3. 1 Empreendedorismo e relação direta com o mercado: perspectivas de formação dos estudantes das Empresas Juniores.

Diversos pesquisadores vêm realizando investigações sobre a questão do desemprego. Embora apresentem enfoques diferenciados, na sua grande maioria relacionam este tema com a chamada reestruturação produtiva, estado neoliberal, novas formas de gestão do trabalho, acumulação flexível, só para citar os mais significativos.

O fato é que o desemprego deixou de ser um problema que possa ser amortizado por questões conjunturais. Como um dado bastante significativo, Catani (2000) apresenta os números do Bureau Internacional do Trabalho nos quais indicam que em 1995, "820 milhões de pessoas estariam desempregadas ou em situação tão precária e mal remunerada, que equivaleriam a estar sem emprego (TRAVAIL-OIT, 1994) (pág. 43)". Este número representa 1/3 da população ativa mundial apta pra trabalhar.

Embora não seja o objeto imediato de nossa análise, entendemos que o desemprego, uma das expressões mais cruéis do modo de produção capitalista nos dias atuais, está articulado de forma mediata com o empreendedorismo.

Se é verdade que o desemprego não se resolverá pela ampliação do Estado, posto que **o Estado busca se reduzir em tempos do chamado neoliberalismo**[28]; e que as grandes empresas, elemento fulcral e determinante nos rumos da sociedade atual, tendem a procurar o "enxugamento" como contenção de gastos, fruto do atual período de acumulação do capital, é razoável supor que para aqueles que estão sendo estimulados a se demitirem no serviço público (vide programas de demissões voluntárias), para os que perderam emprego nos processos das privatizações das empresas estatais e os

[28] Ver Emir Sader e Pablo Gentili, 1995.

trabalhadores que perderam os seus postos para as *job killers*[29], quanto para os estudantes que acabam as suas graduações, uma das alternativas indicadas é **o incentivo a criação do seu próprio negócio.**

Verificamos, nas entrevistas realizadas com os estudantes que participam das EJ, quais as perspectivas que eles observam quanto às possibilidades de trabalho, após concluírem seus cursos. Esta identificação, em certa medida, apresenta a influência do componente ideológico na percepção das perspectivas profissionais que os estudantes possuem.

Vejamos algumas falas dos estudantes das entidades juniores.

Perguntado ao Luís sobre qual trabalho ele pretende realizar depois de formado, obtivemos a seguinte resposta:

- Tenho muita afinidade com a área de construção civil, mas tenho mais afinidade com a área de estradas onde tenho mais experiência, tem muito mais trabalho braçal em relação as outras. Sair montando empresa de engenharia de estrada não é para qualquer um, vai levar um tempo a mais.

-

Paulo respondeu o seguinte:

- Como eu tive contato com várias áreas da engenharia de produção, gostei mais de umas do que de outras. Quem sabe mais pra frente, abrir uma empresa ou trabalhar de consultor em algumas empresas. Especializar-me em algumas áreas.

-

Para Fernando:

- Ainda não sei em que área. Gosto muito da parte de projetos que é a que mais trabalhamos aqui. Talvez eu possa administrar alguma coisa. Eu gostaria de ficar em Florianópolis mas o campo de engenharia mecânica é muito limitado aqui. Talvez tente criar alguma coisa, é o sonho de todo mundo, não sei.

-

Por sua vez, Souza reflete desta forma

- Eu penso em trabalhar em produção esportiva, atuando no surf. Acho que este conhecimento de empresa e de marketing, do

[29] Denominação utilizada por Bernardo Joffily em artigo da revista *De fato,* que significa **assassinas de empregos**, referindo-se as novas tecnologias e novas formas de organização do trabalho

relacionamento entre as pessoas pode contribuir muito. Um centro de treinamento para atletas... o conhecimento de administração de empresas pode contribuir bastante.

- Se for possível acho legal montar um negócio. Ser empregado é roubada, o lance é tentar ser patrão.

O que chamamos de componente ideológico refere-se ao fato de os entrevistados demonstrarem muita confiança nas alternativas que expuseram., apesar de não existir nenhum estudo que apresente resultados sobre o ingresso de estudantes, que passaram por EJ, no mercado de trabalho ou que tenham criado seu próprio negócio,

Entendemos que isto decorre do desenvolvimento da mentalidade empreendedora, um dos objetivos centrais das organizações juniores. Na própria experiência, enquanto diretores, eles próprios verificam e fortalecem esta perspectiva quando comparam trabalhos executados por diretorias em diferentes gestões.

Nas entrevistas realizadas constatamos que existe uma variação expressiva quando se refere ao número de projetos realizados pelas Empresas Juniores em gestões de anos diferenciados.

Ao questionarmos um dos entrevistados sobre o mercado de trabalho para a EJ que ele participa, respondeu-nos assim:

- Um professor meu costumava dizer que para bom profissional não falta mercado. (...) Depende muito da época também. O ano passado a gente passou praticamente o ano todo com dois projetos. Este ano que assumi a presidência, em menos de um mês já estávamos com oito projetos nas mãos, alguns já sendo feitos, outros em elaboração de propostas, já praticamente aprovados, só esperando o preço para começar o projeto.

Este fato certamente está relacionado às diferentes capacidades dos participantes em cada gestão; todavia não entendemos que este seja o único fator determinante. Temos um entendimento diferenciado de Matos (1995) quando afirma que

> O desenvolvimento do espírito de liderança, da criatividade e da iniciativa obviamente não é fácil de ser alcançado, demanda tempo e nunca há garantias de ser realmente atingido. É

> este o desafio da Empresa Júnior num quadro de características como as brasileiras. Se não existirem pessoas com essas qualidades, ou que as busquem, certamente a Empresa Júnior terá sua existência ameaçada. Isso explica porque muitas Empresas Juniores são amplamente reconhecidas por seu dinamismo em um determinado ano, e no ano seguinte não funcionam mais (pág. 92).

Se este é um fenômeno que ocorreu no estado de São Paulo, local das análises feitas por Matos, em certa medida, segundo os entrevistados da UFSC, também por aqui se verifica. Algumas gestões realizam uma quantidade maior de projetos de consultoria do que outras contudo, não podemos desprezar outro fator determinante, a necessidade do mercado de trabalho capitalista.

As características de uma EJ ao apresentar uma estrutura formada com base em um modelo empresarial assentam diante da dinâmica de funcionamento do mercado com suas determinações e leis próprias. Isto, por apresentar uma mercadoria diretamente ao mercado capitalista, no caso a prestação de serviços de consultoria

O conhecimento da perspectiva empreendedora não garante a inserção do estudante no mercado de trabalho capitalista e nem a criação de um empreendimento por parte do estudante.O mercado capitalista é quem impõe os condicionantes do ingresso dos estudantes com esta perspectiva. E isto também é válido para a possibilidade de desenvolvimento das consultorias. Ou seja, neste cenário complexo, no qual cresce a importância da terceirização[30], **repassar conhecimento a custos reduzidos para as micro e pequenas empresas é uma garantia de mercado para o trabalho das EJ de maior peso do que as qualidades individuais dos empresários juniores.**

Se hoje o empreendedorismo apresenta-se como mais um qualificante é por conta da caracterização do atual padrão de acumulação do capital que corta postos de trabalho de maneira tendencial.

2. 3. 2 A importância da Empresa Júnior na formação profissional dos estudantes

Na sociedade atual a preocupação com o trabalho, enquanto formação profissional, adquiriu uma dimensão gigantesca na vida das pessoas. Se a grande maioria das pessoas é obrigada a vender a sua força de trabalho para poder sobreviver, contemporaneamente, o discurso de que é necessária uma força de trabalho mais qualificada está presente em todos os cantos.

Neste cenário, o fator educação adquire um vulto enorme nos principais discursos dos organismos internacionais de representação do capital. A educação apresenta-se como alternativa para a crise social e econômica, principalmente para os países periféricos.

Como vimos no capítulo anterior, o discurso do Banco Mundial indica para o ensino superior uma maior flexibilização das fontes de financiamento, com particular atenção voltada para a iniciativa privada. Isto também significa orientar as esferas educacionais para o atendimento dos interesses empresariais. Segundo Velho (1996), referindo-se aos novos contornos da relação Universidade-Empresa,

> O interesse das indústrias na pesquisa acadêmica está se intensificando, na razão direta da dependência dos produtos e serviços de novos conhecimentos científicos fundamentais que as tornem competitivas num mercado altamente dinâmico. O interesse das universidades, por sua vez, repousa na necessidade de identificar novas fontes de financiamento para suas atividades de pesquisa, diante da redução da capacidade do Estado em garantir, sozinho, os custos destas atividades (pág. 1-2)

A relação entre universidade e empresa, duas organizações constituídas originalmente por substâncias diferentes e portanto com interesses diversos, tem causado uma formatação específica de concepção de formação profissional. E este novo modelo de

---

[30] A terceirização é aqui entendida, resumidamente, como a tendência das grandes empresas para subcontratarem outras firmas para realizar serviços auxiliares de faxina, transporte, segurança, cozinha, ou

relação tem lesado a universidade de forma tal que a desconfiguração das características que a definem enquanto universidade (caracterizada pela indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão) é algo que surge num crescente.

Ao investigarmos sobre como os estudantes das entidades estudantis empreendedoras compreendem a importância da participação nas EJ para a sua própria formação profissional, obtivemos um conjunto de respostas que compartilham de um conteúdo muito similar entre si.

Perguntamos aos estudantes, como a participação na EJ contribui na formação profissional ou como propicia uma chance melhor no mercado de trabalho.

Luís nos respondeu:

- Primeiro: todo mercado quer trabalho em grupo, não tem mais uma obra só com o engenheiro civil trabalhando, tem o engenheiro sanitarista, o elétrico, o de controle em automação.(...) Isto tem dentro da EJ porque são grupos de 10, 15 pessoas trabalhando juntas e têm que tomar uma decisão uníssona. Dá trabalho, é difícil, quebra-pau direto, aquelas briguinhas construtivas, aquelas discussões emocionantes que traz para a gente a experiência da maleabilidade da qual vamos necessitar lá fora.
- Outra coisa. É uma parte que dentro da engenharia você não tem, a parte da administração. Ninguém quer fazer um curso superior e ser empregado a vida toda, quem estiver falando é demagogo. Eu tive experiência em marketing, tive experiência na área de projetos, agora estou com a presidência.

Paulo, da mesma forma, compreende positivamente:

- Com certeza. Só o fato de podermos administrar uma empresa, em contato com os empresários, acaba antecipando uma coisa que talvez tivéssemos de aprender depois de formados. Isso nos dá alguns pontos positivos a mais do que algumas pessoas.

Rafael sintetiza:

- A EJ propicia a vivência de um futuro e te dá uma formação de como lidar com as pessoas.

---

ainda, na realização de atividades ligadas no processo produtivo ou no fornecimento de componentes prontos.

Souza, por sua vez, relaciona com a aula:

> - Quem trabalha na Empresa Júnior tem muito mais noção do mercado. Até mesmo na aula, os professores falam de assuntos que já vimos aqui na empresa e a gente presta mais atenção por que reconhece a importância daquilo.

As respostas nos permitem identificar elementos significativos presentes no discurso dos estudantes juniores.

Em primeiro lugar, nos atrai a atenção a compreensão da limitação dos cursos de graduação, no sentido de satisfação das expectativas dos estudantes quanto aos seus próprios cursos. Porém, as observações dos estudantes partem de um horizonte pré-estabelecido que é o mercado de trabalho, o mundo das empresas, e este, segundo o nosso entendimento, não é o parâmetro para constituição de um curso superior numa universidade pública.

Em segundo, observamos respostas que caracterizam a perspectiva empreendedora atual como trabalho em grupo para resolução dos problemas, experiência administrativa, maleabilidade, contato com múltiplas funções, etc. Estas questões estão envolvidas com a denominada ideologia do "saber fazer" que é uma expressão subjetiva da materialidade das exigências do capitalismo atual.

Uma expressão bastante utilizada pelos estudantes das EJ, nas entrevistas, é a de que a participação numa entidade empreendedora proporciona um **complemento** à formação adquirida na universidade. Ora, este complemento parte do mesmo lugar comum que advém os outros aspectos mencionados como contribuidores da formação, ou seja, fazem parte da perspectiva de determinada concepção de formação num curso superior que tem por objetivo formar para o mercado de trabalho.

Segundo o trabalho de Luiz Eduardo Wanderley,

> A universidade é um lugar, mas não só ela, privilegiado para conhecer a cultura universal e as várias ciências e divulgar o saber, mas deve buscar uma identidade própria e uma adequação à

> realidade nacional. Suas finalidades básicas são o ensino, a pesquisa e a extensão. Ela é uma instituição social que forma, de maneira sistemática e organizada, os profissionais, técnicos e intelectuais de nível superior que as sociedades necessitam. Situa-se na esfera da superestrutura dentro da sociedade civil, mantendo vínculos com a sociedade política e a base econômica. Serve normalmente a manutenção do sistema dominante, mas pode também servir a transformação social. Deve ter ampla autonomia para cumprir as suas finalidades, garantindo o pluralismo de idéias e a liberdade de pensamento. Em alguns países cumpre o papel destacado na formação política, científica e tecnológica, na crítica das teorias que informam o desenvolvimento e no fornecimento de subsídios para a sua implementação e execução (1983: 11)

Não é nossa pretensão, nesta investigação, definir qual é o objetivo de um curso superior numa universidade pública. Contudo, estamos apontando ressalvas no sentido de que o objetivo seja exclusivo de formar para o mercado de trabalho.

Utilizamos a definição do referido autor como ilustração da abrangência do conceito sobre o que é universidade em contraposição às perspectivas empreendedoras que, atualmente, se entranham nas universidades.

Se concordamos que o objetivo da universidade é formar para o mercado de trabalho (isto não significa que a mesma não mantenha vínculos muito estreitos), estaremos concordando com a adoção de uma lógica pautada exclusivamente por uma racionalidade, na qual o objetivo principal é a reprodução do capital.

Para Marilena Chauí "a prática administrativa se reforça e se amplia na medida em que o modo de produção capitalista entra na sua fase contemporânea, conhecida como acumulação flexível" (1999: 218). Da mesma forma, segundo a autora, a fragmentação crescente deste modelo e a desarticulação de todas as esferas e dimensões da vida social, passa a necessitar de uma nova articulação. Esta nova articulação é realizada por meio da administração. Para Chauí

> A rearticulação administrada transforma uma instituição social numa *organização,* isto é, numa entidade isolada cujo sucesso e cuja eficácia se medem em termos de gestão de recursos

> e estratégias de desempenho e cuja articulação com as demais se dá por meio da competição (1999: 218) (grifo nosso)

Ou seja, para esta lógica não há diferenças se estamos tratando de uma universidade, uma fábrica de automóveis, um *fastfood*, ou um *shopping center*. O que, evidentemente, ao referirmo-nos à universidade, significa a descaracterização enquanto uma instituição social que possui outras finalidades constituídas historicamente além de atender exclusivamente às necessidades do mercado.

Vejamos em seguida outro objetivo das EJ.

2. 3. 3 Valorizar os estudantes, professores e a instituição universitária

Um dos objetivos das Empresas Juniores que nos chamou a atenção, está relacionado com a valorização da universidade, dos professores que apóiam e dos estudantes que participam. Isto pode ser verificado de maneiras bastante diversas no interior de uma EJ.

Para os estudantes existe a questão imediata de contribuir na formação profissional na perspectiva do mercado de trabalho. De acordo com os entrevistados ficou claro que passar por uma organização empreendedora facilitará o ingresso do estudante neste mercado, seja como vendedor da força de trabalho ou como alguém que iniciará um empreendimento próprio. Nestes casos, a idéia é de que o conhecimento adquirido como diretor da EJ ou como consultor agregue-se como valor aos estudantes participantes.

Existem alguns fatos ocorridos na relação com algumas empresas que se tornaram símbolos para os empreendedores estudantis. O mais significativo, e o que mais nos foi relatado pelos entrevistados e também nos debates com a diretoria da FEJESC, é o caso da empresa Gessy Lever. Segundo os estudantes, esta empresa tem como item no processo de

seleção de *trainees* a preferência pela contratação de estudantes que tenham atuado numa entidade júnior.

No jornal de circulação nacional *Folha de S. Paulo* encontramos mais de trinta artigos referindo-se às Empresas Juniores no período de 1994 à 1998, sendo que apenas um fazia ressalvas quanto ao trabalho desenvolvido pelos estudantes, e todos os outros apresentavam vantagens para contratar o serviço das EJ e vantagens para um estudante participar destas entidades (ver anexo III).

Em âmbito local também surgem alguns exemplos desta valorização. O estudante júnior Cláudio, ao falar da relação com as empresas que utilizam seus serviços, cita o Hippo Supermercados

> - Já trabalhamos para o Hippo Supermercado, é um parceiro que nos ajuda muito. Está se fechando um acordo para que estagiários que tenham passado pela Empresa Júnior venham a trabalhar lá porque eles acreditam no nosso trabalho. Provavelmente no próximo ano.[31]

A FEJESC, em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina e com o apoio do SEBRAE-SC, produziu alguns vídeos sobre o que é uma Empresa Júnior e como funciona, que foram transmitidos no canal universitário no ano de 1998.

Em relação aos professores que orientam as EJ, as vantagens indicadas pelos entrevistados aparecem sob três formas. A primeira é a possibilidade do professor converter a sua participação em horas de atividade de extensão. A segunda é o pagamento pelos serviços prestados. Aqui cabe uma ressalva, pois a grande maioria dos entrevistados afirma que os professores do seu curso, os que orientam os projetos, não recebem nada ou transformam o que seria a sua cota parte em recursos para a própria EJ ou para o departamento, sob a forma de livros ou outra similar. Porém, há um curso em que é comum pagar aos professores, por projeto que orientam, em torno de duzentos a trezentos reais. A

terceira forma é o contato com o mundo empresarial, já que os professores que também prestam serviços de consultoria acabam divulgando os seus serviços. Esta é uma questão polêmica, uma vez que há cursos cujos professores também prestam consultorias que apóiam as EJ e há cursos, segundo os entrevistados, nos quais os(as) professores(as) demonstram resistência em apoiar as entidades estudantis empreendedoras.

Isto ficou demonstrado na entrevista que segue, quando perguntamos a Souza se o departamento do curso apoiava a EJ

> - No começo do funcionamento da empresa, muitos professores achavam que tomaríamos o lugar do profissional funcionando como mão-de-obra barata (...) Hoje em dia respeitam mais a nossa Júnior, vêem a importância, mas precisamos ir até eles para obter apoio, se não, é como se não existíssemos.

Para a instituição universitária o retorno apresenta-se de formas menos aparentes. Inicialmente quem investe é a própria instituição com a cessão da sala para o funcionamento das EJ, dos materiais como o computador e o telefone, e também, com o apoio para realização de eventos promovidos pelas EJ. Tudo isto representa um custo para a universidade pública, voltado para atender uma entidade que não compõe seu organograma político-administrativo.

Aliás, esta é uma questão que nos atraiu com particular atenção, pois entendemos que está articulada com o objetivo principal deste trabalho.

Neste sentido perguntamos aos estudantes juniores qual é o tipo de retorno que existe para a UFSC? Nos foi relatado sobre uma discussão que vem sendo efetuada entre a Reitoria, a Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade (PRAC) e as Empresas Juniores da UFSC, através da FEJESC, voltada para pensar uma forma de incluir as EJ na estrutura universitária, estabelecendo vínculos orgânicos com uma pró-reitoria que possua mais

---

[31] As entrevistas foram realizadas nos meses finais de 2000.

identidade com estas entidades. Esta inclusão passaria, inclusive, pelas alterações necessárias nos estatutos e/ou regimento da universidade.

Segundo os nossos entrevistados (todos com conhecimento do mencionado fato), estas conversas já vem ocorrendo desde a gestão 1999-2000 e continua com a diretoria atual. Luís nos conta sobre o grau em que se encontram as conversas.

> - O grande medo da universidade, e nós já asseguramos que isso é praticamente impossível de acontecer, é que a EJ venha a se parecer com um estágio, tirando mercado dos profissionais que estão saindo da universidade.
> - A FEJESC está realizando um levantamento cadastral, refazendo, porque alguns pontos ficaram obscuros para a universidade, de tudo o que fazemos e da maneira como fazemos, Depois disso, que já dura seis meses, vai ser estudado o enquadramento da EJ na universidade, uma Pró-reitoria, um departamento e assim será inserida a EJ no regimento interno da universidade. Como a maioria das EJ federadas é da UFSC, servirá de exemplo (para outras universidades).

Retomando o ponto sobre o retorno para a instituição universitária, levantamos algumas informações que nos foram oferecidas pelos entrevistados. Tendo em vista que não temos condições de oferecer um número exato de quanto custa para a universidade pública a permanência de uma EJ nas suas instalações, utilizamos informações dadas pelos entrevistados de cunho pouco profundo, ou seja, pautada pela vivência prática de um empreendedor júnior. No entanto, para o objetivo proposto, nos é suficiente uma aproximação do custo. Esta aproximação, se não elucida o nosso problema, ao menos nos fornecerá valiosas pistas.

De acordo com um empresário júnior, o Luís, a entidade na qual ele faz parte, consumiria em torno de quatrocentos reais mensais entre luz, telefone, etc. Contudo, esta mesma entidade não gasta menos de quinhentos reais no pagamento dos estudantes consultores. O entrevistado, do mesmo modo, nos apresenta características da EJ que são consideradas vantagens para a universidade. Ele afirma que todos os

materiais necessários são utilizados de forma racional (econômica), porque reduz o custo e propicia maior retorno para a entidade empreendedora. Diferentemente dos laboratórios, nos quais, segundo ele, por exemplo, os estudantes que participam utilizam os materiais internos (computador, impressora) com pouco rigor, acarretando um custo maior para a universidade. Ele apresenta um dado que indica a participação de trinta estudantes, aproximadamente, efetuando atividades de consultoria nas EJ da UFSC e isto, ele considera um ganho para a universidade.

Uma outra vantagem, declarada por todos os entrevistados, é a propaganda da instituição universitária. Se por um lado, o nome da universidade fornece a credibilidade para o trabalho da instituição júnior, de outro, o trabalho realizado pela EJ confirma a credibilidade perante, principalmente, o público empresarial que é atendido pelas mesmas.

Há ainda uma modalidade de consultoria que algumas EJ realizam que possuem caráter beneficente. Trata-se de atividades que são realizadas para a comunidade, segundo os estudantes juniores, sem custo para os que recebem a prestação de serviços. Estas atividades solidárias estão relacionadas com a idéia de "responsabilidade social" difundidas atualmente no universo empresarial e, da mesma forma, relacionadas com um tipo de retorno para o público que financia a universidade pública, ou seja, toda a população.

Na esfera ideológica, a universidade adquire vantagem na medida em que divulga e estimula um tipo de complemento à formação dos estudantes, com características de acordo com as necessidades empresarias, isto é, desde que a instituição compartilhe desta orientação.

Analisaremos a seguir onde se articulam mais objetivamente a política educacional do MEC, nos anos 90, e as Empresas Juniores.

2. 4 Relação das Empresas Juniores com a política educacional sobre avaliação

Segundo todos os entrevistados, é fato que o curso que possui uma entidade empreendedora estudantil, é avaliado positivamente pelo MEC. Um dos entrevistados participou de uma comissão nacional de representantes de Federações de Empresas Juniores, convidada a constituir-se pelo próprio MEC e pautada por objetivos definidos. O representante era membro da gestão 1999-2000 da Federação das Empresas Juniores do Estado de Santa Catarina.

De acordo com o entrevistado, O MEC propôs que esta comissão elaborasse critérios que definissem qual a correta constituição de uma EJ, ou seja, estabelecer um "padrão de qualidade". O objetivo seria o de verificar se os cursos que fazem parte de processos de avaliação orientados pelo MEC, possuem EJ de acordo com os estatutos, os objetivos e o código de ética do movimento júnior.

Segundo as informações que obtivemos, existem entidades empreendedoras estudantis em algumas universidades privadas que não foram aceitas como participantes da Federação de seu respectivo Estado, por não estarem adequadas aos itens acima estabelecidos. Inclusive, aqui em Santa Catarina, na Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI – existe uma entidade empreendedora que não conseguiu se filiar a FEJESC.

A comissão, que é formada por presidentes das Federações, discutiu diretamente com o Ministro Paulo Renato e com assessores do segundo escalão, evidenciando o interesse do MEC no diálogo com o Movimento Júnior. Poderíamos destacar também a reportagem realizada pela revista do Provão 2000 (anexo IV), ressaltando as vantagens de uma Empresa Júnior.

Outra informação de pleno conhecimento de parte dos entrevistados é a de que os

cursos de Administração, ao serem criados, devem abrir uma Empresa Júnior. Como exemplo verificamos no curso da Faculdade Energia de Administração e Negócios que está sendo iniciado em 2001, em Florianópolis, que consta do seu projeto pedagógico abrir uma Empresa Júnior.

E, de forma mais institucional, encontramos nos formulários de Autorização de Cursos e Credenciamentos de Instituições de Ensino Superior o item referente a existência ou não de EJ no curso avaliado. Em artigo de Rodrigues (1999), que pretende apresentar evidências de diversidade nos instrumentos de avaliação elaborados pelas comissões de especialistas do MEC, encontramos a reprodução do formulário abaixo

Resultado da Avaliação do Curso de Direito

Indicadores Avaliados	**Conceito**
01. Egressos / perfil e habilidades	
02. Nível de qualificação do corpo docente	
03. Adequação de professores às disciplinas de Direito	
04. Dedicação e Regime de Trabalho	
05. Estabilidade do corpo docente	
06. Política de aperfeiçoamento / qualificação atualização docente	
07. Qualificação do responsável pela implantação do curso	
08. Projeto pedagógico	
09. Biblioteca	
10. Laboratório(s) de computação	
11. Política de uso do(s) laboratórios	
12. Plano de manutenção e atualização de recursos computacionais e pessoal	
13. Estágio supervisionado	
14. **Empresa Júnior**	
15. Administração acadêmica	
16. Infra-estrutura física	
17. Corpo discente	
18. Auto-avaliação	
19. Pesquisa e Extensão	
20. Envolvimento com a comunidade	

(Rodrigues, 1999: 16)(grifo nosso)

É possível identificar através destas iniciativas, o que consideramos um estímulo externo para a criação e o desenvolvimento das entidades empreendedoras estudantis.

Consideramos que este fato é, além de uma demonstração de apoio do MEC às EJ, também é uma comprovação de que possui identidade com a mentalidade empreendedora e o contato direto com o mercado proposto pelas EJ. Dito de outra forma, o MEC desenvolve e estimula uma perspectiva de educação empreendedora.

A reunião destes indicativos nos permite fazer algumas considerações sobre as articulações entre as Empresas Juniores, a política educacional, universidades públicas e o Banco Mundial, como veremos nas considerações a seguir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos, nos capítulos anteriores, fornecer um breve quadro da política educacional dos anos 90 no Brasil, no contexto das orientações do Banco Mundial. Assim como oferecer o maior número possível de informações sobre as Empresas Juniores, mesmo que algumas questões não estejam diretamente relacionadas com o objetivo central desta investigação. Isto foi feito devido à particularidade de não havermos encontrado, até o momento, nenhuma investigação acadêmica sobre este assunto. O objetivo desta escolha visa fornecer um quadro que possibilite enxergar a Empresa Júnior a partir dos seus próprios objetivos e algumas mediações com o mundo que a cerca. Desta forma, as informações anteriores orientarão o nosso olhar nas considerações que faremos.

Com o desenvolvimento da pesquisa, mais especificamente, na parte da reunião dos materiais das EJ e também das entrevistas, algumas questões emergiram destacadamente.

Estamos nos referindo aos itens dos estatutos das entidades empreendedoras como por exemplo: "desenvolver o espírito empreendedor, abrir espaço à novas lideranças, estabelecer contatos entre empresários e acadêmicos" (Ação Júnior, 1996: 1). Ou quando perguntamos que tipo de coisas se aprende numa EJ que ajudará quando sair do curso:

> Primeiro, a sentir-se dentro de uma empresa, ainda que minúscula. Mas a gente já responde pelo funcionamento, lida com diversas pessoas.
>
> Estar em uma empresa com várias diretorias, dentro de uma diretoria, aprender a trabalhar em grupo, lidar com cobrança, aprender a cobrar. Além disso conhece muita gente, faz contatos para o futuro.
>
> Atualmente a (nossa) EJ não está tão bem estruturada, inclusive financeiramente, para darmos um retorno efetivo para a sociedade e o lado social da empresa tem que estar presente. Aqui na Júnior a gente está pensando nisso.
>
> Mas, pessoalmente é isso, são feitos contatos com o empresariado, a gente está sabendo o que o mercado quer. (Souza, trecho da entrevista)

Isto significa dizer que a partir das fontes primárias surgiu o que entendemos como um dos elementos determinantes para a formação das EJ, **o mercado de trabalho.**

É de nosso entendimento na análise do atual período, chamado de acumulação flexível, que as alterações ocorridas tanto nas formas de gestão, inovações tecnológicas ou informacionais visam um aumento da capacidade do capital em se reproduzir enquanto capital. Dito de outra forma, a diminuição de postos de trabalho absorvidos pelas máquinas; a aceleração das informações, principalmente dos mercados financeiros; a precarização do trabalho na medida em que se criam firmas que terceirizam serviços antes assumidos pelas grandes empresas; o desemprego como uma das conseqüências deste conjunto de medidas e ainda o achatamento do preço da força de trabalho, compõem um quadro de **intensificação da exploração da força de trabalho**[32].

Mesmo assim, o mercado de trabalho, plenipotenciário, reina absoluto na perspectiva dos estudantes empreendedores que esperam por terminar os seus cursos e inserirem-se no mundo da compra e venda da força de trabalho. Não que exista outra alternativa, afinal não superamos a sociedade de mercado, porém, percebemos que há uma grande desconsideração por questões como o desemprego. Um elemento tão presente nos dias atuais e que, como indicam os investigadores, não será facilmente equacionado se mantido o atual padrão de acumulação do capital.

Outra consideração que fazemos diz respeito a reorientação da política do Banco Mundial referente ao financiamento estatal. Como vimos em Sguissardi (2000), o novo documento indica que é urgente, e deve ser tratado como prioridade, o investimento no ensino superior, por parte do Estado. O autor entende que as principais alterações propostas pelo Banco, bem como as indicações do Consenso de Washington, já foram realizadas e, desta forma, buscou relativizar o peso das novas orientações.

---

[32] Dentre autores que investigaram este tema, destacamos Antunes (2000), Harvey (1999) e Tumolo (1998).

De acordo com o referido autor, o documento novo faz

> Um grande esforço de conciliação da imprescindibilidade do Estado com as virtudes do mercado -"O sistema como um todo precisa beneficiar-se do vigor e interesse do mercado e do Estado", embora também se afirme a respeito dos sérios problemas de qualidade postos pela diferenciação institucional que "O argumento de que as forças do mercado irão garantir uma boa qualidade é simplista" (Sguissardi, 2000: 30).

Concordamos com esta afirmação, pois os números da produção acadêmica das universidades públicas em relação às universidades privadas são demasiadamente distintos, com um peso muito maior para a produção das instituições de ensino público (conforme documento "A presença da Universidade Pública – IEA-USP). Todavia, afirmar que as principais reformas já foram realizadas, responde parcialmente aos motivos de uma possível reorientação.

De acordo com o nosso entendimento, o conjunto das reformas estatais realizadas (reforma do Estado, privatizações, flexibilização da legislação trabalhista, as mudanças no ensino superior, etc.) estão em conformidade com o atual padrão de acumulação do capital. Mais especificamente, é possível afirmar que a instituição que chamamos de universidade, tem caminhado na direção de uma educação com um forte viés economicista ou "customizado" (Coraggio, 1998).

As universidades públicas, na busca por novos financiamentos (no mundo das empresas), têm assumido uma concepção empresarial, que caracteriza-se também por um processo de privatização interna. Isto significa um crescente direcionamento da sua produção para o atendimento dos interesses do mercado.

Ora, se o que estamos afirmando é verdadeiro, **entender uma reorientação do Banco Mundial, indicando investir nas universidades públicas, não é um contra-senso. Pois, se os recursos públicos forem investidos nas universidades públicas,**

continuariam a retornar (na sua maior parte) aos principais beneficiários das políticas estatais neste período chamado de "acumulação flexível": os grandes capitalistas.

Ressaltamos também, de acordo com Sguissardi, que o Banco Mundial considera que é urgente a "tomada de medidas para expandir a quantidade e melhorar a qualidade da educação superior" (BM, 2000: 11, citado por Sguissardi, 2000: 28). **Isto não quer dizer financiamento exclusivo das universidades públicas, mas da educação superior.**

Mesmo que o novo documento do BM faça ressalvas quanto a qualidade das IES privadas quando afirma que "o argumento de que as forças do mercado irão garantir uma boa qualidade é simplista" (idem:30), não entendemos que se trate de alguma garantia de investimento exclusivo para as IES públicas. Aliás, trata-se de um **documento de intenções ainda não confirmadas, como ocorreram com as orientações do documento anterior (1995).**

Uma outra consideração refere-se ao surgimento e a autonomia das EJ, no contexto das políticas do MEC para a educação superior, em particular às universidades públicas.

O documento do Banco Mundial (1995), em consonância com as alterações do período chamado de acumulação flexível, no qual o Estado é chamado para o atendimento mais explícito aos interesses da classe capitalista, indica para o ensino superior dos países periféricos a diversificação das fontes de financiamento. Nisto está subentendido que **o Estado vai reduzir o seu nível de investimentos no ensino superior público**, como verificamos em Amaral (1999), Menezes (2000) entre outros. Evidentemente, também significa que a universidade pública deve, segundo esta lógica, buscar fontes alternativas de recursos, ou seja, **deve procurar a iniciativa privada**.

Observamos, da mesma maneira, que tem sido muito mais comum a presença das

parcerias entre as universidades e empresas. Conforme assinala Velho,

> órgãos governamentais de política científica, instituições representativas do setor empresarial e dirigentes de universidades vêm apontando o estabelecimento e intensificação de tais relações como uma estratégia da maior importância"(1996: 1).

Todavia, uma das maiores dificuldades na relação Universidade-Empresa consiste no baixo investimento em pesquisa e desenvolvimento – P&D, por parte do empresariado brasileiro, que chega a 8% do que é investido no país, contra aproximadamente 50% do investimento dos países cientificamente centrais (Velho, 1996: 138).

Mesmo com a ameaça da concorrência estrangeira, a partir dos anos 90, o empresariado brasileiro tratou

> de se modernizar através da importação de tecnologias, sem qualquer preocupação em consolidar uma base tecnológica nacional. E delegam às universidades o papel de prestadoras de serviços técnicos, ajustadoras das tecnologias importadas às condições da produção local, alheios as potencialidades desta instituição (Velho, 1996: 138).

Este é um contexto que deve ser levado em conta ao se analisar as Empresas Juniores. Se cabe às universidades de países periféricos como o Brasil, o que afirma a investigação da autora, é razoável supor que a prestação de serviços e consultorias das EJ contribuam positivamente na mesma direção.

Também relacionado com o mercado capitalista está a questão da terceirização. Embora possua um papel secundário na relação com as EJ, identifica onde podem se inserir as EJ neste mercado. Como isto ocorre?

É possível afirmar que o setor de micro e pequenas empresas no Brasil sofre uma enorme carência de informações e tecnologia. E que este setor adquire enorme importância para as grandes empresas quando participam da produção de peças no final de cadeias produtivas e/ou na prestação de serviços.

Desta maneira, **é possível supor que uma forma de transferência de recursos e conhecimento para as micro e pequenas empresas, articuladas ao modelo que se configura atualmente, no atendimento das necessidades do grande capital, pode dar-se pela mediação realizada através das Empresas Juniores com o subsídio estatal, o que possibilita custos reduzidos.**

Com o asfixiamento financeiro a que estão submetidas as universidades públicas não resta muita alternativa, de forma imediata, que não seja recorrer ao que o mercado oferece. E o que é oferecido (em torno de 8%) está muito longe de atender as necessidades de uma universidade pública, caracterizada pela indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão.

Não se trata de afirmar que as universidades públicas possuem algum retorno financeiro direto com as EJ, como por exemplo o repasse de algum percentual, porque isto, atualmente, não ocorre.

Refletindo o tópico sobre retorno financeiro e outros das EJ às universidades públicas, verificamos algumas formas que poderiam ser compreendidas desta maneira. Temos a divulgação/propaganda da instituição e do seu potencial como prestadora de serviços, um determinado número anual de estudantes estagiários/consultores e a disseminação em parte do corpo discente de uma concepção empreendedora (para os estudantes juniores trata-se de um complemento na formação dos estudantes). Não temos um cálculo realizado para identificarmos quanto custa uma EJ à universidade (nem os entrevistados apresentaram esta informação). Podemos, no entanto, ressaltar que não se trata de um custo muito oneroso, que não possa ser viabilizado e, nem é o caso de um retorno financeiro muito expressivo, que possa ser alardeado.

No atual estágio das relações entre as EJ e as universidades, de acordo com as informações dos entrevistados, discute-se a inserção das EJ na estrutura oficial da

universidade, legalizando o que já está legitimado por ambas. Este tópico merece maior atenção, pois nos remete a um dos princípios afirmados pelos estudantes empreendedores: a autonomia das EJ.

As Empresas Juniores, criadas nas universidades públicas, foram construídas por iniciativa dos próprios estudantes, sempre com o respaldo e apoio das administrações universitárias, porém sem maiores interferências, pois trata-se de uma entidade com constituição jurídica própria e que não possui nenhum contrato com a universidade. Obtivemos também, na fala de todos os entrevistados, a informação de que **a iniciativa para construir uma EJ deve partir dos próprios estudantes**. Todavia, na medida em que as comissões de avaliação do MEC, bem como os processos avaliativos, passem a referendar positivamente a existência destas entidades; na medida em que cursos como o de Administração passem a instituir a constituição de uma EJ nos novos cursos; e ainda, na medida em que as administrações universitárias incluam as EJ na estrutura oficial das universidades, **consideramos, num olhar menos apurado, que o nível de autonomia das entidades empreendedoras estudantis limitar-se-á ao alcance dos interesses destes parceiros e evidentemente, pelas limitações do mercado de trabalho.**

Isto se deve, inclusive, às identidades entre esta organização empreendedora e a atual política do MEC. Estas podem ser identificadas como **a adoção de uma perspectiva empreendedora voltada ao atendimento das necessidades do mercado**. Por sua vez, **esta perspectiva é verificada através dos processos de avaliação do MEC, que servirão para uma reorientação curricular**. Isto está em conformidade com a atual política governamental que "usa a pretensa neutralidade da avaliação como anteparo para processar a pasteurização das instituições de modo a que se ajustem ao tipo de escola necessário ao projeto neoliberal" (Sordi, 1998:53).

Mais do que conclusões, num cenário no qual entendemos que a indefinição está

muito presente, chegamos a novas reflexões. Estas, porém, encontram-se em um cenário específico, qual seja, **não é possível entender as Empresas Juniores somente a partir da articulação com a política educacional dos anos 90**. Podemos, como buscamos fazer, demonstrar identidades e correspondências. Todavia, entendemos que é insuficiente para responder a seguinte pergunta: por que a Empresa Júnior consegue se desenvolver numa universidade "operacional" (Chauí, 1999: 220)?

Por fim, gostaríamos de dizer que não esteve presente, como objetivo desta investigação, resolver as questões polêmicas que envolvem os diversos temas relativos à universidade pública e, nem teríamos condições para realização desta tarefa. Pretendemos reunir alguns elementos os quais entendemos como fulcrais para a compreensão da situação da universidade pública nos anos 90, tanto nos documentos de orientação governista, quanto de importantes pesquisadores com uma perspectiva crítica.

BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Nelson Cardoso do. 1999. Crise no financiamento das instituições federais de ensino superior. In: TRINDADE, Hélgio (org.) *Universidade em ruínas:* na república dos professores. Petrópolis: Vozes/ Porto Alegre: CIPEDES.

_____1999a. Autonomia das Universidades Públicas Federais: situação atual, propostas e perigos. In: DOURADO, Luiz Fernandes. & CATANI, Afrânio Mendes (orgs.). *Universidade Pública: Políticas e identidade institucional.* Campinas: Autores Associados/ Editora Universidade Federal de Goiás

BANCO MUNDIAL. 1995. *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia.* Washington.

BOLLMANN, Maria da Graça Nóbrega, 1997. *LDB: do processo de construção democrático à aprovação anti-democrática.* In: Universidade e Sociedade n. 12– São Paulo– ANDES-SN.

BRASIL, MEC, 1993. *Plano Decenal de Educação Para Todos* - Brasília

BRASIL, 1995. – *Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado.* Ministério da Administração e da Reforma do Estado. Brasília: Governo Federal.

BRASIL, 1995a. *Planejamento Político Estratégico: 1995-1998.* Ministério da Educação e do Desporto. Brasília.

BRASIL, MEC/INEP, 1999. *Evolução do Ensino Superior – Graduação 1980-1998.* Brasília

BRESSER PEREIRA, L.C., 1996. *Crise econômica e reforma do Estado no Brasil – para uma nova interpretação da América Latina.* São Paulo: Editora 34

BRITO, Vera Lúcia Alves. 1999. Autonomia Universitária: luta histórica. In: DOURADO, Luiz Fernandes. & CATANI, Afrânio Mendes (orgs.). *Universidade Pública: Políticas e identidade institucional.* Campinas: Autores Associados/ Editora Universidade Federal de Goiás

CAMACHO, Thimóteo. 1997. Mulher, trabalho e poder – O Machismo nas relações de gênero da UFES. Vitória: EDUFES.

CATANI, Afrânio Mendes. & OLIVEIRA, João Ferreira de. 1999. A universidade pública no Brasil: identidade e projeto institucional em questão. In: TRINDADE, Hélgio (org.) *Universidade em ruínas:* na república dos professores. Petrópolis: Vozes/ Porto Alegre: CIPEDES.

_____1999. A Gratificação de Estímulo à Docência (GED): Alterações no trabalho acadêmico e no padrão de gestão das instituições federais de ensino superior. In: DOURADO, Luiz Fernandes. & CATANI, Afrânio Mendes (orgs.). *Universidade Pública: Políticas e identidade institucional.* Campinas: Autores Associados/

Editora Universidade Federal de Goiás

CATTANI, Antônio David. 2000. *Trabalho e Autonomia*. 2. Ed. Petrópolis: Vozes.

CHAUÍ, Marilena. 1999. A universidade em ruínas. In: TRINDADE, Hélgio (org.) *Universidade em ruínas:* na república dos professores. Petrópolis: Vozes/ Porto Alegre: CIPEDES.

COGGIOLA, Osvaldo. 1996. Neoliberalismo: futuro do capitalismo? In: COGGIOLA, Osvaldo & KATZ, Claudio. *Neoliberalismo ou crise do capital?*. 2. Ed. São Paulo: Xamã

CORAGGIO, José Luís. 1998. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção. DE TOMMASI, Livia., WARDE, Mirian Jorge & HADDAD, Sérgio. (orgs.) *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. 2.ed. São Paulo: Cortez.

CUNHA, Luiz Antônio. 1999. O público e o privado na educação superior brasileira: fronteira em movimento? In: TRINDADE, Hélgio (org.) *Universidade em ruínas:* na república dos professores. Petrópolis: Vozes/ Porto Alegre: CIPEDES.

_____ 1999a. Reforma universitária em crise: gestão, estrutura e território. In: TRINDADE, Hélgio (org.) *Universidade em ruínas:* na república dos professores. Petrópolis: Vozes/ Porto Alegre: CIPEDES.

DOURADO, Luiz Fernades. & OLIVEIRA, João Ferreira. 1999. Políticas educacionais e reconfiguração da educação superior no Brasil. In: DOURADO, Luiz Fernandes. & CATANI, Afrânio Mendes (orgs.). *Universidade Pública: Políticas e identidade institucional.* Campinas: Autores Associados/ Editora Universidade Federal de Goiás

DE TOMMASI, Livia. 1998. Financiamentos do Banco Mundial no Brasil no setor educacional. DE TOMMASI, Livia., WARDE, Mirian Jorge & HADDAD, Sérgio. (orgs.) *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. 2.ed. São Paulo: Cortez.

DIAS SOBRINHO, José. 1999. Avaliação e privatização do ensino superior. In: TRINDADE, Hélgio (org.) *Universidade em ruínas:* na república dos professores. Petrópolis: Vozes/ Porto Alegre: CIPEDES.

_____ 1999a. Concepções de universidade e de avaliação institucional. In: TRINDADE, Hélgio (org.) *Universidade em ruínas:* na república dos professores. Petrópolis: Vozes/ Porto Alegre: CIPEDES.

_____ 1999b. Exames Gerais, Provão e Avaliação Educativa. In Avaliação/ RAIES- v.4, n.3 set. Campinas.

ESTATUTO DA AÇÃO JÚNIOR, 1996. Florianópolis -(mimeo)

FONSECA, Marília. 1998. O financiamento do Banco Mundial à educação brasileira: vinte anos de cooperação internacional. In: DE TOMMASI, Livia., WARDE,

Mirian Jorge & HADDAD, Sérgio. (orgs.) *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. 2.ed. São Paulo: Cortez.

GTPE-ANDES-SN, 1997. *Análise dos principais pontos da nova LDB* In: Universidade e Sociedade n. 12– São Paulo– ANDES-SN

HARVEY, David. 1999. *Condição pós-moderna:* uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 8. ed. São Paulo: Loyola.

IEA-USP, 2000. *A presença da universidade pública*. São Paulo: IEA-USP (mimeo).

LEITE, Maria Cecília Lorea. 1998. Avaliação e relações de poder: PAIUB e exame nacional de cursos In: Avaliação/ RAIES- n.6. Campinas

MARX, Karl. 1977. *Contribuição à crítica da economia política.* Tradução de Maria Helena Barreiro Alves, São Paulo: Martins Fontes

MATOS, Franco de. 1997. *A Empresa Júnior no Brasil e no mundo:* o conceito, o funcionamento, a história e as tendências do movimento EJ. São Paulo: Martin Claret.

MENEZES, Luís Carlos de. 2000. *A Universidade sitiada:* a ameaça de liquidação da universidade brasileira. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

MORAES, Maria Célia Marcondes, 2000. *Reformas de ensino, modernização administrada: a experiência de Francisco Campos, Anos vinte e trinta.* Florianópolis:UFSC-CED-NUP.

NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães. 1999. *Ajuda externa para a educação brasileira: da USAID ao Banco Mundial*. Cascavel: Edunioeste.

RISTOFF, Dilvo. 1999. A tríplice crise da universidade brasileira. In: TRINDADE, Hélgio (org.) *Universidade em ruínas:* na república dos professores. Petrópolis: Vozes/ Porto Alegre: CIPEDES.

RISTOFF, Dilvo. 1999. *Universidade em foco* – Florianópolis: Insular

RODRIGUES, Francisco de Paula Marques, 1999. Calma, que o "Provão"é manso! In: Avaliação/ RAIES- n.16. Campinas.

SADER, Emir & GENTILI, Pablo. 1995. *Pós-neoliberalismo:* as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SANTOS FILHO, José Camilo. 1999. Analise teórico-política do Exame Nacional de Cursos. In Avaliação/ RAIES –v.4, n.3 set.

SAVIANI, Dermeval, 1999. *A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas* 5.ed. Campinas: Autores Associados.

SCHWARTZMAN, Simon. 1991. Raízes históricas da relação entre a universidade e o setor produtivo no Brasil. In: BOTTA, W. et alii *Universidade e indústria: depoimentos.* São Carlos: EDUFSCAR.

SGUISSARDI, Valdemar. 1999. *Dearing Report*: novas mudanças na educação superior inglesa. In: TRINDADE, Hélgio (org.) *Universidade em ruínas:* na república dos professores. Petrópolis: Vozes/ Porto Alegre: CIPEDES.

_____, 2000. *Educação Superior: O Banco Mundial reforma suas teses e o Brasil reformará sua política* Brasília: (mimeo).

SOARES, Maria Clara Couto Soares. 1998. Banco Mundial: políticas e reformas. DE TOMMASI, Livia., WARDE, Mirian Jorge & HADDAD, Sérgio. (orgs.) *O Banco Mundial e as políticas educacionais.* 2.ed. São Paulo: Cortez.

SORDI, Maria Regina Lemes de. 1998. A face perversa da avaliação: elementos para uma leitura do papel da avaliação no projeto neoliberal. In: Avaliação/ RAIES- n.6. Campinas

THIOLLENT, Michel, 1981. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária* São Paulo: Polis

TRINDADE, Hélgio. (org.) 1999. Universidade, ciência e Estado. In: *Universidade em ruínas:* na república dos professores. Petrópolis: Vozes/ Porto Alegre: CIPEDES.

_____ 1999a. As universidades frente à estratégia do governo. In: TRINDADE, Hélgio (org.).*Universidade em ruínas:* na república dos professores. Petrópolis: Vozes/ Porto Alegre: CIPEDES.

_____ 1999b. TRINDADE, Hélgio. (org.) *Rapport Attali*: as bases da reforma do ensino superior francês. In: *Universidade em ruínas:* na república dos professores. Petrópolis: Vozes/ Porto Alegre: CIPEDES.

_____ 1999c. UNESCO e os cenários das educação superior na América Latina. In: TRINDADE, Hélgio. (org.) *Universidade em ruínas:* na república dos professores. Petrópolis: Vozes/ Porto Alegre: CIPEDES.

_____ 1999d. A autonomia segundo o MEC: fragilidade política e ambiguidade conceitual. In: TRINDADE, Hélgio. (org.) *Universidade em ruínas:* na república dos professores. Petrópolis: Vozes/ Porto Alegre: CIPEDES.

TUMOLO, Paulo Sergio. 1998. *A política nacional de formação da Central Única dos Trabalhadores diante do novo padrão de acumulação de capital.* Tese de doutorado – PUC/São Paulo.

USP- Reitoria, 2000. A presença da Universidade Pública –USP-São Paulo (mimeo)

VELHO, Sílvia. 1996. *Relações Universidade-Empresa:* desvelando mitos. Campinas: Autores Associados.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. 1983. *O que é universidade.* São Paulo, Brasiliense

ANEXOS

Anexo I – Roteiro de questões para entrevista com os representantes das Empresas Juniores

Roteiro de questões para entrevista com os representantes das Empresas Juniores

1- Qual o seu nome completo?
2- Que curso você faz na UFSC?
3- Qual o seu objetivo em participar de uma Empresa Júnior?
4- As EJs afirmam que participar delas contribui na sua formação profissional, você poderia nos explicar como isto acontece?
5- Para você qual é objetivo das Empresas Juniores?
6- Qual é o público alvo das EJ?
7- Como funcionam as EJ?
8- Fale sobre as parcerias das EJ. O SEBRAE, em particular, e a própria Universidade.
9- As EJ devem estar engajadas na defesa pela Universidade Pública e Gratuita? De que forma?
10- Os professores participantes recebem algum tipo de recurso ou pagamento?
11- Existe algum retorno financeiro para a Universidade?
12- Você acha que deveria existir algum repasse dos recursos para a UFSC?
13- Por que seria vantajoso para um estudante participar de uma EJ?
14- Você acha que as EJ conseguiriam sobreviver sem o apoio institucional das Universidades?
15- Na sua opinião o que deixa a desejar na educação que você recebe aqui na UFSC? O que é que está faltando?
16- Dê a sua opinião sobre como a Universidade pode arrecadar novos recursos financeiros e investimentos?
17- É possível afirmar que as EJ da UFSC seguem a orientação política da FEJESC?
18- Você espera conseguir um trabalho mais facilmente participando da EJ?
19- O curso que você faz garante uma possibilidade de inserção no mercado de trabalho ?

Anexo II – Estatuto da Ação Júnior – UFSC

→ Mandato ... Jurídicos

ESTATUTO DA AÇÃO JÚNIOR - EMPRESA DE CONSULTORIA DOS ALUNOS DA UFSC

Registro Civil Tit. e Doc. Pessoas Jurídicas
Iole Faria de Sousa - Oficial - Substituta
Maria [illegible] - Substituta
Lucia [illegible] - Substituta
Vidal Ramos, nº 53 - sala 106 - Edif. Cr[illegible]tal Center
Fone/Fax: [illegible]

CAPÍTULO I - DA CRIAÇÃO, DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETIVO E DURAÇÃO

Art. 1° -A Ação Júnior - Empresa de Consultoria dos Alunos da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, doravante designada simplesmente Ação Júnior, criada em 13 de dezembro de 1990, é uma associação civil sem fins lucrativos e com prazo de duração indeterminado, com sede no Centro Sócio-Econômico da UFSC e foro em Florianópolis, Santa Catarina, passa a reger-se pelo presente Estatuto.

Art. 2° -A Ação Júnior reger-se-á pelo presente Estatuto, por Regimento Interno, regulamentos, instruções, planos de ação e outros atos que forem aprovados pelos órgãos competentes de sua administração, bem como legislação pertinente em vigor.

Art. 3° - A Ação Júnior que atuará nas áreas dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Serviço Social, tem como objetivos primordiais:

I) proporcionar a seus membros associados as condições necessárias à aplicação prática de conhecimentos teóricos relativos à área de formação profissional;

II) contribuir com o desenvolvimento acadêmico do aluno, incentivando seu espírito empreendedor;

III) realizar estudos, projetos, elaborar diagnósticos e relatórios sobre assuntos específicos inseridos em sua área de atuação, quando contratada por terceiros;

IV) assessorar a implantação de sugestões indicadas para os problemas diagnosticados;

V) valorizar alunos e professores da Universidade Federal de Santa Catarina no mercado de trabalho e no âmbito acadêmico, bem como a referida instituição;

VI) fornecer um complemento prático à formação teórica dos alunos;

VII) desenvolver o espírito empreendedor, abrir espaço à novas lideranças, contatos entre empresários e acadêmicos;

VIII) aperfeiçoar o aluno, a fim de contribuir para sua melhor qualificação profissional.

Parágrafo Único - Para a consecução dos seus objetivos, a Ação Júnior proporcionará aos membros associados a elaboração e execução de projetos em atendimento a clientes, dos

Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Maria Faria de Souza - Oficial
Renovento Nascimento Neto - Escrevente
Luciene Rosa Duarte - Escrevente
Rua Vidal Ramos, nº 53 - sala 106 - Edif. Crystal Center
Fone/Fax: (048) 22[illegible]-6131 - FPolis - SC

quais arrecadará o suficiente para o reembolso dos seus custos e dos participantes, calculados em hora-técnica.

CAPÍTULO II - QUADRO SOCIAL, DIREITOS E DEVERES

Art. 4° São considerados membros da Ação Júnior:

I) Membros Honorários: toda pessoa física ou jurídica que contribua com aportes financeiros para a condução das atividades da Ação Júnior e/ou preste relevantes serviços para o desenvolvimento de seus objetivos. Indicados pela Diretoria Executiva e aprovados sua admissão por decisão do Conselho de Administração.

II) Membros Associados: estudantes de graduação, dos cursos mencionados no Art. 3º, matriculados na Universidade Federal de Santa Catarina, que se filiarem à Ação Júnior.

Art. 5° - São direitos dos Membros Associados:

I) comparecer e votar nas Assembléias;

II) solicitar, a qualquer tempo, informações relativas às atividades da Ação Júnior;

III) utilizar todos os serviços colocados à disposição pela Ação Júnior;

IV) desde que selecionados pelo diretor da respectiva área, participar de projetos, estudos e relatórios realizados em cumprimento a contratos firmados com terceiros, e serem remunerados pelos mesmos;

V) serem eleitos membros da Diretoria Executiva, desde que estejam associados na Ação Júnior por mais de 6 (seis) meses da data da eleição e estejam matriculados num dos cursos do Centro Sócio-Econômico;

VI) serem eleitos membros do Conselho de Administração desde que sejam ex-diretores da Ação Júnior;

VII) requerer a convocação de Assembléia Geral, na forma prevista no Estatuto.

Art. 6° - São deveres de todos os membros da Ação Júnior:

I) respeitar o Estatuto e o Regimento Interno, bem como as deliberações da Assembléia Geral, do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva;

II)exercer com zelo e dedicação os cargos para os quais tenham sido eleitos;

Art. 7° Perde-se a condição de membro Associado da Ação Júnior:

I) pela renúncia;

II) pela conclusão, abandono ou jubilação de curso de graduação na Universidade Federal de Santa Catarina, em se tratando de membro associado;
III) por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho de Administração, fudamentada na violação de qualquer disposição do presente Estatuto e demais normas da Ação Júnior;

IV) pela morte.

§ 1º - Caso um membro associado gradue-se durante a realização de um projeto, o mesmo poderá permanecer nesta condição até a conclusão do trabalho.

§ 2º -Caso faça parte da Diretoria Executiva da Ação Júnior, o mesmo será automaticamente desligado.

Tit. e Doc. Pessoas Jurídicas
José Maria de Souza - Oficial
Maria Faria de Souza - Oficial Substituto
Benavenuto Nascimento Neto - Escrevente
Luciane Rosa Duarte - Escrevente
Rua Vidal Ramos, nº 53 - sal... Edif. Crystal Center
Fone/Fax: (04...) 223-6131 - Fl...ópolis - SC

CAPÍTULO III - PATRIMÔNIO

Art. 8º -O Patrimônio da Ação Júnior será composto:

I) pelas contribuições regulares dos membros associados, a serem propostas pela Diretoria Executiva .

II) por subvenções, por contribuições voluntárias e doações recebidas;

III) pelo produto de contribuições recebidas por serviços prestados a terceiros;

IV) pelos bens adquiridos com recursos da Ação Júnior.

CAPÍTULO IV - ASSEMBLÉIA GERAL E ELEIÇÕES

Art. 9º - A Assembléia Geral é o órgão de deliberação máximo da Ação Júnior e será Ordinária ou Extraordinária.

Art. 10 - Somente membros associados terão direito a voto nas Assembléias Gerais, correspondendo 1 (um) voto a cada membro associado, sendo vedada a representação por procuração.

Art. 11 - As Assembléias Gerais são convocadas pela Diretoria Executiva ou pelo Conselho de Administração, com um mínimo de 10 (dez) dias de antecedência à sua realização. mediante divulgação dirigida a todos os membros associados.

Parágrafo Único - As Assembléias Gerais serão, ainda, convocadas pela Diretoria Executiva, a requerimento de membros associados representando, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) dos membros associados da Ação Júnior.

Tit. e Doc. Pessoas Jurídica
José Flávio de Souza - Oficial
Maria Flávia de Souza - Oficial Substituta
Leonardo Nascimento Neto - Escrevente
Luciana Rosa Duarte - Escrevente
Fone
Sala 101
Ed.f. Crystal Center
131 - Flpólis - SC

Art. 12 - A Assembléia Geral Ordinária reunir-se-á uma vez por ano.

Art. 13 -A Assembléia Geral Ordinária examinará e aprovará as contas da Diretoria Executiva e deliberará sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo, bem como Relatórios de Atividades elaborado pela Diretoria Executiva.

Art. 14 - A Assembléia Geral Extraordinária reunir-se-á a qualquer tempo, por convocação da Diretoria Executiva ou do Conselho de Administração, e sempre que exigirem os interesses sociais.

Art. 15 - Somente serão apreciados na Assembléia Geral assuntos incluídos na ordem do dia.

Art. 16 - A Assembléia Geral realizar-se-a em primeira convocação com a presença da metade dos membros associados, em segunda convocação, quinze minutos após, com qualquer número, sendo suas decisões tomadas por maioria simples.

Art. 17 - A Assembléia Geral será presidida pelo Diretor Presidente da Ação Júnior ou pelo seu substituto legal e as funções de secretário da Assembléia Geral serão desempenhadas por qualquer dos membros associados, escolhido pela Assembléia Geral, por aclamação.

Art. 18 - A Assembléia Geral caberá aprovar e alterar o Regimento Interno, mediante proposta da Diretoria Executiva.

Art. 19 -Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão eleitos, pelos membros associados, em eleição direta e secreta.

§ 1º - A eleição será convocada pela Diretoria Executiva até o dia 20 de novembro de cada ano, mediante a publicação do Edital e ampla divulgação.

§ 2º - Cabe a diretoria Executiva designar a Comissão Eleitoral, composta de um Presidente e dois vogais, escolhidos entre os membros associados, devendo cada chapa apresentar um fiscal para acompanhar os trabalhos da Comissão até a contagem final dos votos.

§ 3º - As chapas para a Diretoria Executiva e candidatos ao Conselho de Administração devem se apresentar à Comissão Eleitoral até o décimo dia anterior ao da realização das eleições, em local e horário estabelecidos no edital de convocação, registradas e numeradas pela ordem de recebimento, fornecendo-se recibo de entrega.

§ 4º - O voto será apresentado em cédula rubricada pela Comissão Eleitoral e fiscais, com a indicação do número da chapa da preferência do eleitor. Para o Conselho de Administração o voto será nominal em um primeiro ano para três conselheiros e no ano seguinte para os demais quatro conselheiros.

§ 5º - No caso de empate, será proclamada vencedora a chapa cujo candidato a Presidência seja tenha sido aprovado em um maior número de horas-aula. O critério em caso do empate entre candidatos ao Conselho de Administração, será a idade, sendo vencedor o mais idoso.

§ 6º - Os candidatos a cargos da Diretoria Executiva deverão comprovar sua matrícula na UFSC, ficando impossibilitados, se eleitos, de exercerem e se candidatarem a cargos no Centro Acadêmico, Diretório Central, União Catarinense e União Nacional dos Estudantes.

§ 7º - As impugnações no processo eleitoral serão apreciadas pela Diretoria Executiva

CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 20 - O Conselho de Administração é o órgão consultivo e fiscal da Ação Júnior e é composto por 7 (sete) membros eleitos por voto direto dos membros associados da Ação Júnior, para um mandato de 4 (quatro) semestres letivos e consecutivos, podendo ser reeleitos uma ou mais vezes.

§ 1° - Poderá ser membro do Conselho de Administração, o acadêmico de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina, que tenha sido membro associado da Ação Júnior, ex-diretores, ex-alunos que tenham exercido atividades na diretoria executiva da Ação Júnior, bem como integrantes do corpo docente do Centro Sócio Econômico.

§ 2º - As eleições para o Conselho de Administração se darão com a renovação de 3(três) Conselheiros em um ano e 4 (quatro) conselheiros no ano seguinte.

Art. 21 - O Presidente do Conselho de Administração será escolhido pelos membros que o integram.

Art. 22 - As reuniões do Conselho de Administração somente serão instaladas com a presença de 2/3 (dois terços) de seus membros presentes, observando as exceções estabelecidas no presente Estatuto.

Art. 23 - O Conselho de Administração reunir-se-á pelo menos uma vez a cada semestre letivo, mediante convocação pelo seu Presidente, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

Parágrafo Único - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser ainda convocadas pelo seu Presidente, a requerimento de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos seus membros ou a requerimento da Diretoria Executiva.

Art. 24 - Compete ao Conselho de Administração:

I) examinar e emitir parecer sobre as demonstrações financeiras, relatórios de atividades e orçamento do exercício apresentados pela Diretoria Executiva, previamente a aprovação pela Assembléia Geral;

II) manifestar-se sobre propostas e matérias que lhe sejam submetidas pela Diretoria Executiva e sugerir condutas e atividades;

III) aprovar admissão de membros honorários e a perda de condição de membro associado da Ação Júnior, em caso de violação de disposições do presente Estatuto;

IV) aceitar subvenções, doações e legados;

V) deliberar sobre casos omissos nesse Estatuto, por solicitação encaminhada pela Diretoria Executiva.

Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Fernando Paiva de Souza - Oficial
Fernando Paiva de Souza - Oficial Substituto
Fernando Nascimento Neto - Escrevente
Luciane Rosa Duarte - Escrevente
Rua Vidal Ramos, 243 - sala 106 - Edif. Crystal Center
Fone/Fax: (048) 223-6131 - Florianópolis

CAPÍTULO VI - DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 25 - A Diretoria Executiva é investida de poderes de administração e representação da Ação Júnior, de forma a assegurar a consecução de seus objetivos, observando e fazendo observar o presente Estatuto e as deliberações da Assembléia Geral.

Art. 26 - A Diretoria será composta por no máximo 9 (nove) membros eleitos em eleição direta e secreta, entre os membros associados da Ação Junior, para mandato de 2 (dois) semestres letivos consecutivos.

Art. 27 - A Diretoria Executiva será composta de 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Administrativo, 1 (um) Diretor de Eventos, 1 (um) Diretor Financeiro, 1(um) Diretor de Marketing e no máximo 4 (quatro) Diretores de Projetos, ficando a cargo de cada chapa a decisão de quantos Diretores de Projetos serão necessários para o exercício do ano seguinte.

§ 1º - Compete ao Diretor Presidente representar a Ação Júnior ativa e passivamente, em juizo e fora dele.

§ 2º - Nas suas faltas e impedimentos, o Diretor Presidente será substituído pelos Diretores Administrativo e Marketing sucessivamente.

Art. 28 - Compete a Diretoria Executiva:

I) regulamentar e executar as deliberações da Assembléia Geral e do Conselho de Administração;

II) aprovar as demonstrações financeiras, relatórios de atividades e orçamento anual, apresentando-os ao Conselho de Administração para exame e emissão de parecer, previamente à aprovação pela Assembléia Geral;

III) fixar a taxa de filiação dos membros associados;

IV) estabelecer critérios de padronização dos procedimentos da Ação Júnior quanto ao atendimento a clientes, formação de equipes, elaboração e reembolso dos custos dos projetos e de seus participantes;

V) receber os pedidos de prestação de serviços a terceiros, sempre levando em conta a capacidade da Ação Júnior para assumí-los, bem como seus interesses e objetivos fundamentais;

VI) elaborar e aprovar as propostas de prestação de serviços e respectivos contratos;

VII) designar os substitutos de Diretores no caso de desligamento e impedimentos dos mesmos por sua indicação.

§ 1º - A competência de cada Diretoria será definida pelo Regimento Interno da Ação Júnior.

§ 2º - As diretorias serão compostas por um diretor, gerentes ou assessores cujo número e funções serão definidas pelo Regimento Interno da Ação Júnior.

Art. 29 - Em quaisquer atos que envolvam obrigações sociais, judiciais, inclusive assinaturas de contratos, emissões de cheques, ordens de pagamento, a Ação Júnior será representada por dois Diretores Executivos em conjunto, sendo que um deles deverá ser o Diretor Presidente, ou seu substituto legal, sendo vedada representação por procuração.

CAPÍTULO VII - DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 30 - O exercício social da Ação Júnior coincidirá com dois semestres letivos consecutivos.

Art. 31 - Os resultados da Ação Júnior que se verificarem ao final de cada exercício social serão compulsoriamente reinvestidos nas atividades por ela conduzidas.

Art 32 - É vedada remuneração dos integrantes do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva pelo Exercício de tais funções, bem como a distribuição de bonificações ou vantagens a dirigentes, membros honorários ou associados da Ação Júnior.

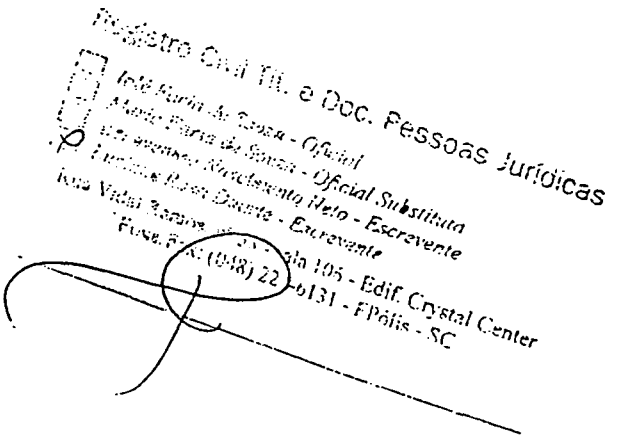
Art. 33 - A Ação Júnior será extinta por deliberação de no mínimo 2/3 (dois terços) dos seus associados quando dará o destino do seu patrimônio, caso não seja aceito pelo Centro Sócio Econômico da UFSC.

Art. 34 - Os membros associados não resguardam solidária e subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Art. 35 - O presente Estatuto poderá ser modificado, pela maioria absoluta dos membros associados presentes à Assembléia Geral, especialmente convocada para esse fim.

Art. 36 - Para iniciar a renovação dos C

onselheiros será feito um sorteio no qual serão selecionados os três primeiros conselheiros que colocarão o seu cargo a disposição e nos anos subseqüentes deve ser respeitado o Art. 20, inciso II do presente Estatuto.


Registro Civil Tit. e Doc. Pessoas Jurídicas
José Furia de Souza - Oficial
Maria Furia de Souza - Oficial Substituta
Benevenuto Nascimento Neto - Escrevente
Luciane Rosa Duarte - Escrevente
Rua Vidal Ramos
Fone/Fax: (048) 22
sala 105 - Edif. Crystal Center
6131 - FPólis - SC

Luciane Rosa Duarte
Escrevente

Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas
Primeiro Sub-Distrito da Capital
☐ *José Furia de Souza - Oficial*
☐ *Maria Furia de Souza - Oficial Substituta*
☒ *Luciane Rosa Duarte - Escrevente*
☐ *Benevenuto Nascimento Neto - Escrevente*
Nº A Pág.Nº — do protocolo, Nº 3633
Registrado no Livro 17 Nº 18 Pág. Nº —
Sob Nº 3633 ☐ Reg. de Títulos e Documentos
FPólis/SC: 05/06/96 ☒ Reg. Pessoas Jurídicas

Anexo III – Reportagem da "Folha de S. Paulo"- 20/out/97

Título: Alunos aprendem em negócio próprio
Data: 20/Out/97
Autor: Silvia Ruiz
Editoria: Folhateen
Página: 6-6
Edição: Nacional
Seção:
Assunto: EMPRESA JÚNIOR; UNIVERSITÁRIO
Observação: COM SUB-RETRANCAS
Vinheta: EMPRESA JÚNIOR

da Reportagem Local

Como estudante universitário, o que você escolheria: ser estagiário ou trabalhar em uma empresa gerenciada por você mesmo?

Muitos já optaram. Em vez de batalhar por um estágio, fundaram seu próprio negócio dentro da faculdade ou universidade.

Batizadas de empresas juniores, essas organizações já somam mais de 50 só no Estado de São Paulo. O Brasil já é o segundo país do mundo em número de empresas juniores (são 200), só perdendo para a França (cerca de 300). Vários Estados possuem até federações, como a Fejesp (Federação das Empresas Juniores de São Paulo).

A empresa júnior é uma associação sem fins lucrativos, formada e gerenciada exclusivamente por estudantes de uma determinada faculdade ou universidade. Possui a estrutura tradicional de uma empresa: organograma (presidente, diretor financeiro etc.), impostos e contas a pagar e demais obrigações e características.

Sua principal atividade é dar consultoria e desenvolver projetos para micro e pequenas empresas, que não poderiam pagar pelo serviço de um profissional.

Os professores sempre dão orientação, mas quem coloca a mão na massa são os alunos. "A grande vantagem é poder vivenciar na prática aquilo que se aprende em sala de aula", diz Bruno Telles, 21, presidente da Poli Júnior e aluno do 3º ano de engenharia mecânica da Poli (Escola Politécnica da USP).

Um dos últimos negócios da Farma Júnior (empresa da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da USP) exemplifica bem o funcionamento das empresas juniores. Um pequeno empresário encomendou um projeto de um "shake diet". O contrato foi assinado, o orçamento (que costuma ser um décimo do cobrado por um profissional), aprovado, e uma equipe da Farma Júnior desenvolveu o "shake", que já está à venda.

"É muito gratificante ver o produto criado pela sua empresa sendo comercializado", diz Melina Vieira Calasans, 22, aluna do 5º ano de farmácia.

Qualquer área pode ter a sua empresa júnior (de ciências sociais a veterinária) e desenvolver projetos para todo o tipo de cliente. "Estou criando uma máquina de cortar pimenta para uma fábrica de conservas", conta Fernando Ozeki, 18, calouro da Poli.

Aliás, uma das vantagens dessas organizações é que o aluno já pode participar desde o início do curso.

Os interessados em fundar uma empresa na faculdade devem procurar a Fejesp (leia endereço abaixo). É bom lembrar que o trabalho costuma ser longo, e o dinheiro, curto.

Em geral, os estudantes que gerenciam o negócio não recebem nada. E, quando recebem, o salário não costuma passar de R$ 300 por mês, mesmo valor pago aos estudantes contratados.

"O objetivo não é ganhar dinheiro, mas complementar o ensino da faculdade e ganhar experiência para o futuro", diz Fernanda Tamate, 18, da Júnior ESPM (Escola Superior de Propaganda e Marketing).

Onde obter informações sobre empresas juniores: Fejesp, tel. (011) 818-4429; endereço eletrônico: www.usp.br/unidades/júnior e "A Empresa Júnior no Brasil e no Mundo", de Franco de Matos, editora Martin Claret

Copyright © 1994-1999 Empresa Folha da Manhã S.A.

Título: **Algumas vantagens**
Data: **20/Out/97**
Autor:
Editoria: Folhateen
Página: 6-6
Edição: Nacional
Seção:
Assunto: EMPRESA JÚNIOR; UNIVERSITÁRIO; VANTAGEM
Observação: SUB-RETRANCA

. Dá autonomia sobre os projetos desenvolvidos e liberdade para criar e arriscar

. Apresenta a realidade de micros e pequenas empresas

. Obriga o aluno a se virar em uma estrutura pequena

. Possibilita o relacionamento com clientes

. Possibilita experiência em diferentes áreas de atuação (finanças, marketing, recursos humanos etc.)

. O que é ensinado em sala de aula é vivido na prática

. Dá experiência para a entrada no mercado de trabalho

. É aberta a alunos do 1º ano da faculdade

. Não é preciso se deslocar para o local de trabalho, já que o escritório é na própria faculdade

Para fundar uma empresa

Primeiros passos

1. Contatar a Fejesp (Federação das Empresas Júnior de São Paulo) para auxiliar nas providências burocráticas e obter dicas

2. Contatar a direção da faculdade e buscar seu apoio

3. Conquistar os professores para servir de suporte

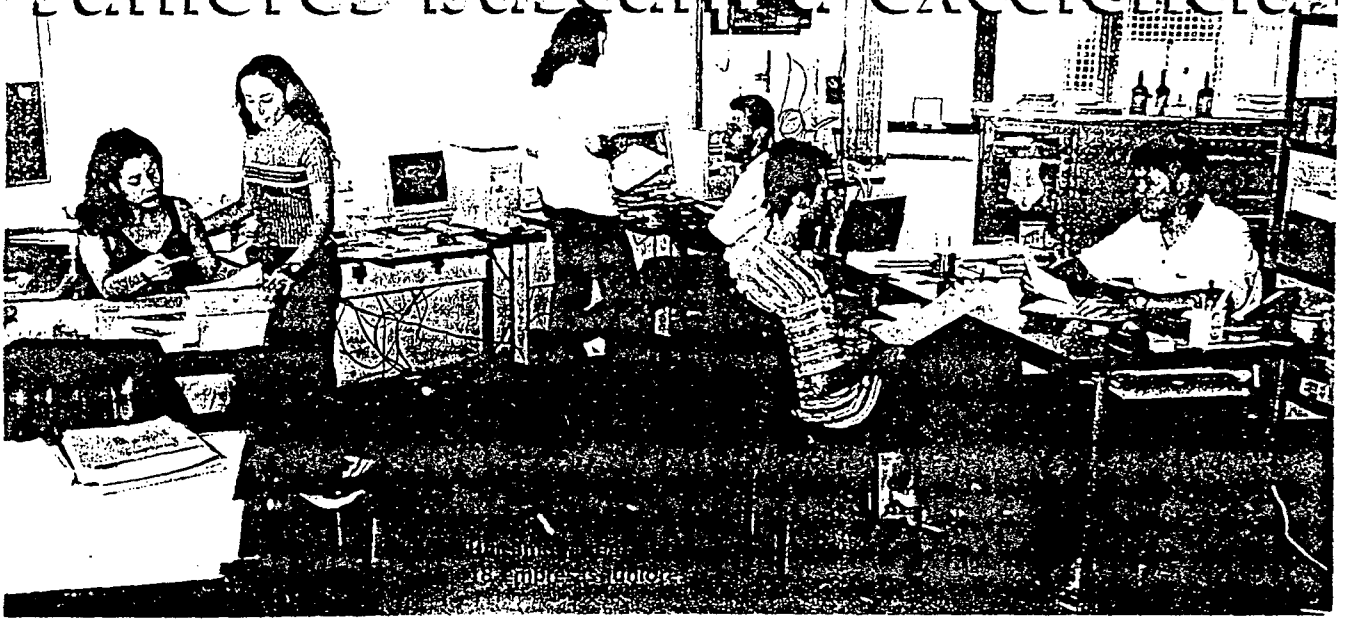
4. Trocar informações com outras empresas-júnior

5. Divulgar a empresa dentro e fora da faculdade

Copyright © 1994-1999 Empresa Folha da Manhã S/A

Anexo IV – Matéria na Revista do Provão 2000

Juniores buscam a excelência



Eles ainda estudam, mas já trabalham. Não é o caso, aqui, de custear o aprendizado em escolas particulares, mas de buscar a excelência. São os universitários que atuam nas chamadas empresas juniores, criadas com o apoio de universidades e impulsionadas por parcerias, geralmente com outras empresas de porte bem maior.

A idéia nasceu na França, em 1967, e chegou ao Brasil no final dos anos 80. A Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) é uma das pioneiras na aplicação desse modelo de integração entre o estudo e a aplicação dos ensinamentos, a teoria e a prática. Suas duas empresas juniores mais antigas, a Gepea e a Motriz, hoje se destacam pela qualidade na prestação de serviços e por trabalhos que ultrapassam fronteiras estaduais e nacionais.

A universidade tem atualmente 18 empresas juniores e nove delas, em atuação conjunta, desenvolveram o Portal da Unicamp, o primeiro do Brasil especificamente voltado para esse tipo de empresas. Estão envolvidas nesse projeto, que é da Motriz, as juniores das áreas das Engenharias Mecânica, Química, Elétrica, Computação, Civil, Alimentos, Biologia, Física e Estatística.

"Através da Internet, o cliente poderá expor seu propósito e o portal irá indicar as empresas juniores mais adequadas às suas necessidades", explica o diretor-presidente da Motriz, André Garcia de Souza Filho.

CLIENTELA – Pode até soar estranho que universitários ou recém-saídos das faculdades se refiram a "clientela", como se já fossem mesmo empresários estabelecidos. Mas é assim que eles vão tocando o *business*. E entrando de cabeça no chamado mercado, no seu sentido mais amplo.

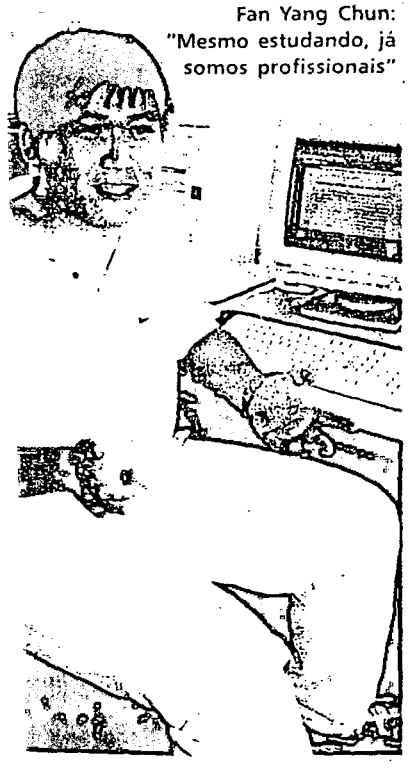
"Cada vez mais, os clientes sentem que, apesar de ainda sermos universitários, somos profissionais, pois não visamos lucro e buscamos a excelência do trabalho. Os únicos que recebem salário são os estagiários, alunos de graduação que executam o serviço como consultores, com supervisão de professores", explica Fan Yang Chun, outro diretor-presidente de empresa júnior, a Gepea Consultoria em Alimentos, vinculada à Faculdade de Engenharia de Alimentos da Unicamp.

Quando necessário, a Gepea, inclusive, busca parcerias com outras juniores e se relaciona com a maioria dessas empresas na troca de experiências administrativas. Afinal, hoje as juniores têm um foco de atuação muito específico.

A Motriz, formada por estudantes da Faculdade de Engenharia Mecânica da Unicamp – que engloba Engenharia de Controle e Automação – tem a própria Unicamp entre seus clientes e é parceira da Propeq, empresa júnior da Faculdade de Engenharia Química da mesma universidade, para quem está desenvolvendo um projeto especial.

"O Instituto de Biologia já havia ontratado várias empresas para fa-er o sistema de exaustão no Labora-ório de Anatomia, onde a quantida-e de formol no ar está acima do per-itido. Essas empresas, no entanto, ão visavam à qualidade do trabalho", etectou o *boss* da Motriz, André arcia de Souza Filho. "Foi quando ecidimos convidar a Propeq para ma parceria, pois o projeto envolvia estudo químico das propriedades do rmol em condições específicas e de mo ele se comporta em determina-os meios", justifica.

"Atualmente, a Motriz é uma das niores que mais buscam parcerias Souza Filho diz acreditar que esse ntato entre elas só não é maior "por lta de comunicação mesmo, além e uma certa rivalidade, mas acredi-no crescimento das parcerias, à edida que as juniores forem atin-ndo uma certa maturidade e expe-ência no mercado".



Fan Yang Chun: "Mesmo estudando, já somos profissionais"

André Garcia de Souza Filho: "Parcerias crescerão com a maturidade das juniores"

QUALIDADE – Essa experiência a Motriz parece já ter conseguido, em sua trajetória desde a fundação, em 1991. E não só na área de Engenharia Mecânica. A empresa foi a primeira a implantar um programa de qualidade, baseado no hoje famoso 5S (o programa dos cinco "esses") dos japoneses, que consiste basicamente em melhorar a informação interna da empresa, a qualidade das relações humanas, higiene, motivação pessoal, gerenciamento e segmentação de funções, enfim, adequação da empresa à realidade de mercado.

A empresa tem até uma diretoria de qualidade, que recebe convites de outras juniores para palestras em eventos internos como uma Semana de Engenharia, entre outros. O diretor-presidente conta que no final do ano será implantada "a segunda fase desse programa de qualidade, que se chama Kaisen e cujo objetivo principal será buscar os pontos fracos e trabalhá-los".

Com tanta qualidade em jogo, não causa surpresa o fato de empresas juniores já estarem conquistando novos mercados além das fronteiras estaduais e brasileiras. A Gepea é uma delas. Sua mais nova realização é uma parceria para desenvolver um projeto no Equador.

De acordo com a diretora de Marketing da empresa, Carina Maria Tronco, o primeiro contato foi estabelecido via Internet. "Eles viram a página da Gepea na Rede e enviaram um e-mail. Acabaram atendidos, por telefone, e no contato com nosso diretor comercial, Tiago Rangel Pusas, surgiu o convite para uma visita ao país com tudo pago pela Indusantares Ltda., que também é uma empresa de consultoria, mas que não possui tecnologia para desenvolver uma destilaria de álcool, o interesse atual".

Ela conta que o diretor viajou ao Equador e lá explicou detalhadamente o funcionamento de uma empresa júnior para os consultores, que precisavam resolver o problema de uma indústria de açúcar, com o excedente da cana. E é o próprio Tiago Pusas quem acrescenta: "Nosso cliente internacional ficou muito interessado, principalmente por poder adquirir tecnologia brasileira em equipamentos mais complexos, no caso o destilador que eles não possuem, a um custo mais baixo, com apoio de alunos e professores da Unicamp." A parceria foi fechada e o projeto para a destilaria de álcool está em andamento, com o suporte de alguns professores da Propeq, a empresa júnior da Faculdade de Engenharia Química.